



PUC RIO

NICIA MARCÍLIO BARROSO

MUITO BARULHO POR NADA? UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE
INSERÇÃO DA MULHER CONTEMPORÂNEA NO TRABALHO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

RIO DE JANEIRO, 30 DE MARÇO DE 2001

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 B277m TESE UC

Autor Barroso, Nícia Marcílio

Título Muito barulho por nada?



Ex.2 PUC-Rio - PUCB

00201407

NICIA MARCÍLIO BARROSO

Muito Barulho por Nada?

Um estudo sobre as formas de inserção da
mulher contemporânea no trabalho

Dissertação apresentada ao
departamento de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro como parte dos requisitos
para obtenção do título de mestre em
psicologia.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2001

NICIA MARCÍLIO BARROSO

Muito Barulho por Nada?

Um estudo sobre as formas de inserção da
mulher contemporânea no trabalho

Dissertação apresentada ao
departamento de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro como parte dos requisitos
para obtenção do título de mestre em
psicologia.

Orientadora: Junia de Vilhena

Rio de Janeiro, fevereiro de 2001

112938

10C 1D



150
B277 m
tese uc
ex. 2

Ao Afonso André, meu pai,
por sempre iluminar os caminhos da minha vida.

Ao Nelson Ricardo,
pelo imenso amor que nos une.

AGRADECIMENTOS

À professora Junia de Vilhena, minha orientadora, pelo estímulo e confiança que depositou em mim. Sua sabedoria e vocação para o debate deram o tom desta dissertação.

Aos professores João Ferreira e Silvia Jardim, pela oportunidade de participar do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental e do Projeto de Assistência em Saúde Mental do Trabalhador, ambos no IPUB. Esta, sem dúvida, foi a minha mais fecunda experiência.

Ao Francisco Caminha, sempre tão carinhoso, pelas contribuições fundamentais dadas a este trabalho.

A Joana Novaes, amiga tão querida, por ter me proporcionado os mais alegres intervalos do trabalho.

A Marília Etienne Arreguy, com quem reparti as angústias desta empreitada.

A Ana Paula, Daniele, Gisela, Marcela e Patrícia, companheiras no Núcleo de Estudos sobre Psicanálise e Subjetividade Contemporânea, pelas intervenções que ajudaram a tecer minhas hipóteses.

A Beatriz Rodrigues, pelo apoio e disponibilidade em discutir meu trabalho.

A Daniela Romão e Julio Verztman, que brindaram comigo a entrada do ano 2001, selando uma amizade que se estenderá pelo novo milênio. Ao Julio, em especial, pelas sugestões e críticas que auxiliaram na finalização desta dissertação.

A Teresa Cristina Bandeira, atenta a minha intrincada relação com o trabalho.

À professora Claudia Garcia, meu especial agradecimento, por ter acompanhado de perto o desenrolar desta dissertação, dividindo generosamente seu conhecimento comigo. Sua conduta na vida acadêmica, que me serve de exemplo, conjuga seriedade, competência e, acima de tudo, entusiasmo por um trabalho pleno de sentido.

A Marise, Verinha e Dudu, pela ternura que imprimem ao trabalho.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Esta dissertação focaliza as formas de inserção da mulher contemporânea no trabalho, valendo-se para isso das contribuições de autores da psicanálise e da sociologia. Para ilustrar as diversas posições que o trabalho ocupa na vida das mulheres são ressaltados modelos como o da *trabalhadora dedicada* (que se norteia pela diade sacrifício/sacerdócio), *histérica barulhenta* (que encerra um "feminismo espontâneo") e *mulher econômica* (aderida à lógica do mercado). Ao discutir tais modelos, busca-se entender de que modo a inserção no trabalho transforma a mulher e quais as contribuições desta para transformar o trabalho.

Palavras-chave:

Trabalho, mulher, gênero, divisão sexual do trabalho, feminilidade.

ABSTRACT

This dissertation focuses the ways of inserting contemporaneous women into labor, taking advantage of the contribution from psychoanalysis and sociology authors. Illustrating the different positions that labor takes in women's life we can show examples like "the dedicated female worker" (that is guided by sacrifice and dedication), the "hysterical noisy woman" (which contains a spontaneous feminism), "the economical woman" (attached to an economical logic). Discussing these examples, we are trying to understand how woman insertion into labor changes her and how she can contribute to change labor.

Key words: labor, woman, gender, labor sexual division, feminality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------	---

PARTE I - O TRABALHO

1. O VALOR DO TRABALHO	6
1.1. O "espírito do capitalismo" e a gênese do "homem econômico"	7
1.2. <i>Sordidae artes</i> : o desprezo pelo trabalho	12
1.3. Os novos inúteis do mundo	15
1.4. Metamorfoses no mundo do trabalho	20
1.5. Trabalho: uma questão de gênero	32

PARTE II - AS TRÊS TECELÃS

2. TRABALHO INVISÍVEL: AS TECELÃS DE FREUD	40
2.1. Mulher: continente negro	41
2.2. Filhas da natureza, hostis à cultura	47
3. TRABALHO INTERMINÁVEL: A AGONIA DE PENÉLOPE	51
3.1. Gênero e subjetividade	55
3.1. Mulher trabalhadora, preciosa diferença	63
4. TRABALHO AMALDIÇOADO: A CONDENAÇÃO DE ARACNE	68
4.1. Da mulher invisível à histérica barulhenta	72
4.2. <i>Hay que endurecer</i>	77
5. TRABALHO FEMININO: A SAÍDA PELO LUTO	83
5.1. Tornar-se trabalhadora?	83
5.2. Do feminismo espontâneo ao feminismo radical	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

Sexta-feira, treze horas. Começa mais um plantão do Projeto de Assistência em Saúde Mental do Trabalhador (PRASMET) no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Chegando ao ambulatório, encontro uma série de trabalhadoras que aguardam atendimento. A primeira da lista é uma enfermeira, cerca de trinta e cinco anos, parecendo bastante ansiosa. Ao iniciar a consulta, Dorotéia desfia, em tom teatral, sua história repleta de detalhes mirabolantes. Entre um gesto e outro, enxuga as lágrimas. Prestes a ser aposentada em virtude de uma dor de cabeça que acarretou licenças por quase dois anos, Dorotéia fala dos percalços no trabalho e do quanto tem sofrido por não encontrar um "remédio" que alivie sua dor.

Muitas situações com as quais me deparei nos plantões do PRASMET envolviam mulheres cujo mal-estar no trabalho constituiu importante fator na busca por tratamento psicológico ou psiquiátrico. Seja como mero coadjuvante do relato ou tópico principal, encarnado na figura de um chefe aterrador ou como queixa de um tédio mortal, o trabalho ocupava na vida dessas mulheres as mais diferentes posições. Afinal, qual é o trabalho das mulheres?

Esta dissertação focaliza as formas de inserção da mulher contemporânea no trabalho. Busco entender qual o lugar da mulher para o trabalho e qual o lugar do trabalho para a mulher. O interesse por tais questões nasceu dos quatro anos de experiência no PRASMET, que desde 1994 desenvolve suas atividades nos diversos setores assistenciais do IPUB, aliando pesquisa e assistência no campo da saúde mental e trabalho. Desde o ingresso neste projeto, minha atividade centrou-se no plantão destinado à recepção dos trabalhadores e trabalhadoras e, sobretudo, no atendimento daqueles que eram encaminhados para psicoterapia. Ao longo desse tempo, defrontei-me com casos de trabalhadoras, em vias de aposentadoria precoce

ou demissão, que suscitaram questões sobre o modo como as mulheres inserem-se no trabalho e qual a especificidade de seu sofrimento.

Inicialmente, os casos que chamaram minha atenção incluíam longas licenças médicas e inúmeros tratamentos sem sucesso no processo de readaptação ao trabalho, redundando no encaminhamento para o setor de saúde mental. Atreladas aos rótulos de histérica, psicopata, manipuladora ou *borderline*, tais trabalhadoras desencadeavam situações que, por ora, defino como fazer "barulho" no mundo do trabalho. O contingente feminino que chega aos serviços de saúde mental do trabalhador expressa algo de particular sobre a organização do trabalho? Além da "histérica barulhenta", que outras "mulheres" habitam o mundo do trabalho?

Frente às situações-problema¹ ocorridas no PRASMET, procurei subsídios para compreender os fenômenos que vinha observando na prática. Nessa pesquisa inicial, encontrei vasta literatura sociológica acerca da relação entre mulher e trabalho, coletando, ainda, inúmeras matérias de jornais e revistas que freqüentemente colocavam essa temática no ordem do dia. Entretanto, quando busquei estudos sobre o vínculo da mulher com o trabalho que incluíssem o referencial da psicanálise, constatei que apesar desta integrar o campo da *saúde mental e trabalho*² a produção teórica sobre tais questões ainda é escassa.

Quanto ao conceito de *trabalho* em Freud, vale ressaltar que na obra intitulada "O mal-estar na civilização" (1930) este figura como uma das bases do laço social. Além de deslocar componentes libidinais, narcísicos, agressivos e eróticos, o trabalho livremente escolhido é apontado como uma saída sublimatória e, conseqüentemente, fonte de satisfação. O trabalho, afirma Freud, proporciona aos indivíduos um "lugar seguro" na comunidade humana.

¹ No lugar de "caso clínico", privilegiamos o termo "situação-problema", visto que os casos clínicos podem ou não ser construídos a partir do contato inicial feito no plantão (Cf. Jardim, S., 1997b).

² O campo da saúde mental e trabalho é composto pelas seguintes disciplinas: medicina do trabalho, psicologia do trabalho, psicopatologia do trabalho, toxicologia e ergonomia, sendo estas fundamentadas pela psicofisiologia, neurofisiologia, neurologia, psiquiatria, psicossomática e psicanálise. Os pesquisadores que integram esse campo buscam, na organização do trabalho, mecanismos que interferem no processo saúde/doença mental (Cf. Seligmann Silva, E., 1994).

O termo *trabalho* articula-se, também, a dois processos psíquicos fundamentais: o *trabalho* do sonho e o *trabalho* de luto. O trabalho do sonho (1900) designa o conjunto de operações que transforma o conteúdo latente - expressão do desejo do sonhador - em conteúdo manifesto. O trabalho de luto (1917), por sua vez, é uma elaboração psíquica que permite ao sujeito desapegar-se de um objeto amado e posteriormente perdido, contrapondo-se, assim, à melancolia. A oposição entre trabalho de luto e melancolia é o ponto de partida utilizado por Isabel Fortes (1998) para discutir a relação da mulher com o trabalho produtivo, o que será desenvolvido no capítulo cinco desta dissertação.

Com respeito aos estudos sobre a feminilidade, cabe salientar que Freud descreveu uma mulher historicamente situada, isto é, atrelada ao papel de mãe e dona-de-casa de uma forma diferente da que se observa nos dias de hoje. Desse modo, recorri a autores que revisitaram os textos freudianos sob nova ótica, incluindo o conceito de gênero para discutir a problemática feminina.

Esta dissertação divide-se em duas partes. Enquanto a primeira utiliza basicamente o referencial da sociologia, a segunda mescla tais contribuições à reflexão de autores da psicanálise. Mesmo estando no princípio de meu percurso nesses campos, o grande interesse pela questão aqui apresentada serviu-me de estímulo para a empreitada. Esclareço, ainda, que conceitos psicanalíticos como ideal do ego, identificação, sublimação, entre outros, foram empregados de forma muito pontual, pois estava além dos limites deste trabalho um aprofundamento dos mesmos.

A primeira parte, composta de apenas um capítulo, inicia com a descrição de Max Weber (1904) sobre a relação entre o “espírito do capitalismo” e a ética protestante. Quando a discussão volta-se para o trabalho contemporâneo, destacam-se aspectos como o desemprego estrutural e, sobretudo, a precarização do trabalho, visto que este é prioritariamente destinado às mulheres. Para discutir o trabalho como categoria central em nossas vidas, incluí a perspectiva de teóricos importantes no campo da ciências sociais – como é o caso de Robert Castel (1995) -, utilizando, também, autores sem

expressão nos meios acadêmicos, dado que estes evidenciam a polêmica em torno dessa questão.

O último segmento deste capítulo introduz, mais diretamente, a relação da mulher com o trabalho, enfocando aspectos como a divisão sexual do trabalho e o conceito de gênero. Não abordei uma categoria específica de mulheres, porém, em alguns momentos as distinções de classe são fundamentais para o contexto da discussão. Nos pontos em que me pareceu necessário, procurei indicar se o que estava sendo tratado referia-se às mulheres oriundas da classe baixa (como é o caso da mão-de-obra operária) ou àquelas das classes média e alta.

A segunda parte compreende quatro capítulos, nos quais são discutidas diferentes formas de inserção da mulher no trabalho.

O segundo capítulo apresenta, brevemente, as concepções de Freud sobre a mulher. Embora inúmeros autores competentes já tenham feito tal recorte da obra freudiana – como Silvia Alexim Nunes (2000), Maria Rita Kehl (1998), Claudia Garcia (1997) –, decidi manter o conteúdo desse capítulo por articular-se à *invisibilidade* da mulher na cultura e no trabalho. Se o leitor iniciado na psicanálise provavelmente identificará as lacunas e imprecisões do texto que será apresentado, suponho que o leitor iniciante irá surpreender-se com o modelo de feminilidade “normal”/maternidade construído por Freud.

O terceiro capítulo inclui o debate em torno do trinômio mulher/trabalho/tempo. Dentre os diversos autores utilizados, destaco as contribuições de Nancy Chodorow (1978), que apresenta a seguinte hipótese: é a partir da maternagem exclusiva das mulheres que se reproduz o lugar social superior para o masculino em detrimento do feminino. Historicamente circunscritas às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, a mulher mantém forte elo com o privado, o que freqüentemente marca sua inserção no trabalho. O modelo da *trabalhadora dedicada* atualiza, na esfera produtiva, o ideal de feminilidade tradicional?

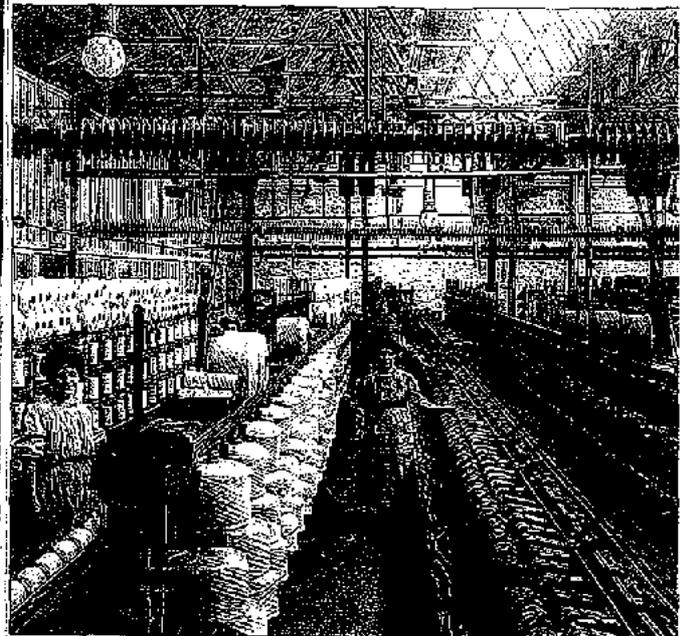
O quarto capítulo apresenta a hipótese de Emilce Dio Bleichmar (1988) sobre a histeria como expressão de um transtorno narcisista do gênero. Traz,

ainda, um modelo de inserção no trabalho diferente do apresentado no capítulo anterior, descrevendo a mulher que trabalha segundo modelos identificatórios diferentes daqueles forjados na feminilidade tradicional. *A mulher econômica* é o novo "produto" da organização do trabalho?

O capítulo cinco divide-se em duas partes bem distintas. A primeira traz os argumentos de duas psicanalistas – Isabel Fortes (1998) e Teresa Pinheiro (2000) –, enquanto a segunda inclui a perspectiva de Christopher Lasch (s/d) e Robert Kurz (2000), ambos do campo das ciências sociais. A partir dessas contribuições, enfoquei alternativas relacionadas ao vínculo mulher/trabalho. Enfim, de que forma a inserção no trabalho transforma a mulher e como esta pode contribuir para transformar o trabalho?

PARTE I

O TRABALHO



Conheça a obra de Alfred Sloan, o guru de Peter Drucker e Bill Gates *pág. 92*

O Brasil está preparado para o jogo bruto do comércio internacional? *pág. 16*



Abril

EDIÇÃO 734

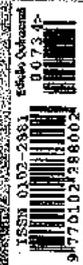
ANO 39 - Nº 4 - 21/FEVEREIRO/2001

RS 5,00

Unidade de produção
de antibióticos
da Bayer Lilly
em São Paulo

**Bem-vindo as fábricas
mais modernas
do Brasil. Flexíveis
e democráticas, elas
antecipam a linha de
produção do amanhã.
Você está pronto
para trabalhar
nesse mundo novo?**

Por *Claudia Vassallo*
Página 36



O FUTURO DA FABRICA

1. O VALOR DO TRABALHO

Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida (...) Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que fostes tirado. (Gênesis)

O trabalho não detém uma positividade intrínseca para a humanidade. Se antes era encarado como maldição ou como algo eticamente neutro, de que modo o trabalho tornou-se uma vocação? Desde quando as pessoas passaram a definir-se como profissionais? A posição que o trabalho ocupa em nossa vida converte-o em fonte de realização pessoal e, também, de angústia e dor.

Nesta abordagem dos impasses relativos ao trabalho, busca-se evidenciar a posição que cabe ao gênero feminino. Se, no início dos tempos bíblicos, a mulher provoca a condenação do homem ao trabalho árduo, após a revolução industrial seu ingresso na fábrica é motivo de freqüentes e ruidosos protestos masculinos. A mulher, desta vez, ameaça tirar o trabalho do homem. Nos dias de hoje, na vigência do desemprego estrutural, a maldição lançada por Deus contra Adão, Eva e seus descendentes ganhou sentido inverso: outrora expulsa do Paraíso/ócio, a humanidade teme ser excluída do paraíso/trabalho.

1.1. O “Espírito do Capitalismo” e a Gênese do “Homem Econômico”

Em 1904, Max Weber publica um ensaio no qual assinala o vínculo entre a ética protestante e o *espírito do capitalismo*. A partir daí, descreve as transformações que atingiram empreendimentos econômicos outrora fomentados por um cunho tradicionalista.

O ritmo da vida no âmbito do tradicionalismo econômico é descrito por Weber nas seguintes palavras:

O número de horas de trabalho era muito exíguo, talvez cinco ou seis horas por dia, às vezes consideravelmente menos (...) Os ganhos eram moderados, o bastante para levar uma vida respeitável (...) Globalmente, as relações entre os competidores eram relativamente boas, uma longa visita diária à taverna, geralmente com abundância de bebidas, e um círculo aprazível de amigos tornava a vida confortável e prazerosa³.

O equilíbrio entre trabalho e lazer que imperava no tradicionalismo econômico desaparece na vigência do *espírito do capitalismo*. Emoldurado em máximas como “Tempo é dinheiro”, o pensamento de Benjamin Franklin exprime esse novo *ethos*. Sua doutrina prescreve o ideal do homem honesto e de crédito reconhecido, que tem no aumento de seu capital um fim em si mesmo. Franklin não prega simples técnicas comerciais, mas uma ética peculiar na qual o enriquecimento equivale a uma norma de vida. Mas quais as raízes deste pensamento?

Na terra natal de Franklin, o desenvolvimento da economia capitalista propriamente dita foi precedido pelo surgimento do *espírito do capitalismo*. Ao demonstrar que este não é um reflexo da estrutura econômica, Weber articula-o à Reforma, movimento religioso que valoriza as coisas do mundo, permitindo que o trabalho abandone a esfera da maldição para tornar-se uma vocação.

³ Weber, M., 1999 [1904], p. 43.

Assim, não é o impulso para ganhar dinheiro ou a grandeza do empreendimento que diferenciam o *espírito do capitalismo* do tradicionalismo econômico. A distinção surge quando a busca pelo lucro deixa de ser simplesmente tolerada e passa a ser um fim, uma obrigação ética, um dever.

Weber não encontra em Lutero a expressão do *espírito do capitalismo*, porém, acentua que a primeira fase da Reforma contribuiu para aumentar a ênfase moral e o prêmio religioso dados em troca do trabalho. Lutero encara a vida monacal como algo sem valor ou justificativa perante Deus e, em contraposição a esta, prega a vocação para o trabalho secular como expressão de amor ao próximo. Weber acentua, ainda, que as traduções da Bíblia feitas por Lutero deram origem ao conceito de vocação tal como o entendemos hoje, isto é, no sentido de um plano de vida, de uma determinada área de trabalho.

Foi, portanto, nesse conceito de vocação que se manifestou o dogma central de todos os ramos do Protestantismo (...) e segundo a qual a única maneira de viver aceitável para Deus não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo⁴.

As críticas de Lutero à usura e aos juros são retrógradas do ponto de vista da acumulação de capital, sendo que as transformações que se seguem - e que verdadeiramente vão ao encontro do *espírito do capitalismo* - decorrem do Puritanismo inglês, oriundo do Calvinismo. Enquanto Lutero nunca superou uma certa indiferença pelas tarefas do século, os puritanos mostram um extremo apego ao mundo. Seus líderes incentivam os fiéis a aproveitarem as oportunidades dadas por Deus no mundo dos negócios, dado que ganhar dinheiro de modo honesto é visto como sinal de eleição divina. Esta, sem dúvida, torna-se uma justificativa ética para o lucro.

A licença para acumular dinheiro alia-se, porém, a uma feroz objeção moral: proíbe-se o descanso sobre a posse, combatendo-se o ócio com excessivo rigor. Torna-se necessário exercer trabalhos físicos e mentais

intensos, sendo a falta de vontade de trabalhar encarada como ausência do estado de graça. Nesse contexto, a riqueza constitui perigo quando acarreta o prazer e o gozo da vida. Para o puritanismo ascético, até os ricos devem trabalhar, mesmo que isso seja desnecessário para a sobrevivência.

Valoriza-se o trabalhador especializado, mais sistemático e metódico, condenando-se o que é casual e irregular. Já não basta trabalhar para agradar a Deus; Sua vontade é de que o trabalho seja executado racionalmente. Essa é a vocação divina do homem que, como consequência, garante o afastamento do ócio. Observa-se, então, que a concepção puritana de vocação enfatiza o caráter metódico da ascese vocacional, enquanto Lutero valoriza a aceitação do destino traçado por Deus. Na síntese de Weber: "O puritano queria tornar-se um *profissional*, e todos tiveram que segui-lo".⁵

Os primeiros empreendedores munidos do espírito do capitalismo despertaram estranheza, visto que foi preciso romper com a tradição que tolerava o lucro com reservas e o considerava fonte de pecados como a usura. No pensamento medieval, a glória de Deus era preferencialmente buscada através de atividades como o canto e a oração, sendo o trabalho um meio de conseguir o sustento e não uma finalidade de vida. O maior obstáculo que os novos empreendedores tiveram que superar para se impor foi o tradicionalismo econômico. Como este conduzia os homens a ganharem apenas o suficiente para as suas necessidades, o aumento da oferta de dinheiro não elevava a produção, restando, como alternativa, reduzir os salários e com isso obrigar as pessoas a trabalharem mais para manterem-se vivas. Contudo, destaca Weber, essa estratégia tem suas limitações, pois acarreta queda da qualidade do trabalho e tem como corolário um trabalhador não especializado. As tarefas mais complexas necessitam de um *homem motivado*, aquele que exerce o trabalho como uma vocação.

Para o puritano, não há equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e ao lazer. Quando este opta por poupar em vez de gozar a vida, o prazer dá lugar a uma excessiva frugalidade: no lugar de trabalhar para viver (satisfazer

⁴ *Idem*, p. 53.

necessidades básicas), passa a viver para trabalhar. Essa inversão é um princípio orientador do *espírito do capitalismo* e, ao mesmo tempo, representa o pensamento religioso que reflete uma valorização das atividades do século sem precedentes na Idade Média. A restrição ao gozo da vida e o estímulo ao trabalho fomentam a acumulação capitalista, porém, Weber acentua algo ainda mais importante: a influência da concepção de vida puritana favoreceu o desenvolvimento de uma mentalidade econômica racional e burguesa, sendo este o berço do moderno "homem econômico".

Richard Sennett (1999) acentua que o "homem econômico", decidido a provar seu valor moral pelo trabalho, é um *novo tipo de caráter* que se articula à autodisciplina e à autonegação. A ética do trabalho do homem motivado, afirma Sennett, "... não parece a Max Weber motivo de felicidade humana, nem na verdade de força psicológica. O homem motivado é demasiado oprimido pela importância que tem de atribuir ao trabalho"⁶.

O indivíduo passou a refém de um "dever" (dívida) em relação a sua atividade profissional, seja como trabalhador (dever de trabalhar) ou como capitalista (dever de ganhar cada vez mais). O ideal do homem econômico vicejou, e o *espírito do capitalismo* imprimiu novo ritmo à vida no Ocidente. Nesse contexto, parte da população retirou-se dos campos para os centros urbanos que, por sua vez, cresceram desmesuradamente.

Em "A Metrópole e a Vida Mental" (1902^a), artigo de Georg Simmel publicado pouco antes da obra de Weber, registram-se efeitos da nova ordem do mundo na subjetividade. Se o ritmo lento do campo favorecia relacionamentos com forte colorido emocional, o excesso de estímulos que caracteriza a vida na grande cidade dá origem ao "tipo metropolitano", alguém que reage com a cabeça e não com o coração.

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores como as da cidade pequena (...) a pessoa ficaria completamente atomizada

⁵ *Idem*, p. 130, grifo nosso.

⁶ Sennett, R., 1999, p. 126.

internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. (...) o aspecto interior dessa reserva exterior é não apenas a indiferença, mas, mais freqüentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas.⁷

A exacerbação da "intelectualidade" destina-se a preservar a vida mental contra o poder avassalador da metrópole. Todavia, tal domínio do intelecto ramifica-se em inúmeras outras direções. Simmel articula a "intelectualidade" à lógica econômica, destacando que ambas imprimem um caráter prático às relações de forma geral.

A lógica econômica domina a metrópole, constata Simmel, e a mente moderna torna-se extremamente "calculista". Ressalta que tal qualidade não é aplicada apenas aos negócios, ao contrário, toma conta de todos os aspectos da existência humana. Assim, quando a vida transforma-se em um problema aritmético, os seres humanos são encarados como números, elementos indiferentes. No mundo onde tudo é mensurável, "o aspecto quantitativo da vida é transformado diretamente em traços qualitativos de caráter"⁸. Desse modo, pontualidade, calculabilidade e exatidão convertem-se em traços do homem econômico/metropolitano.

A atitude *blasé* é o fenômeno psíquico mais característico da metrópole, afirma Simmel. Tal fenômeno tem duas fontes: o excesso de estímulos próprio à vida na grande cidade – o que impede o sujeito de reagir adequadamente às novas sensações – e a própria economia do dinheiro.

A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isso não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. *Esse estado de*

⁷ Simmel, G., 1902^a, p. 17.

⁸ *Idem*, p. 21.

*ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada.*⁹

Simmel e Weber apontam para o processo de adesão do Ocidente à lógica econômica e suas conseqüências. Enquanto Simmel identifica a atitude *blasé* como um reflexo subjetivo da "economia do dinheiro", Weber finaliza sua exposição sobre o *espírito do capitalismo* retomando um importante teórico do puritanismo chamado Richard Baxter. Para Baxter, a preocupação com os bens materiais deveria vestir os ombros dos santos como um tênue manto do qual se pudesse despir a toda hora. Consternado, Weber conclui: o destino fez deste manto uma prisão de ferro.

1.2. Sordidae artes: o desprezo pelo trabalho

Na Antigüidade, muito antes da ética protestante atribuir positividade ao trabalho, poetas e filósofos gregos acreditavam que o caminho para o enobrecimento e para uma vida venturosa estava no exercício da política, na guerra e no cultivo do espírito e do corpo. Desprezavam qualquer atividade doméstica comum e o trabalho de rotina do comércio e das manufaturas, o que era deixado a cargo dos escravos, das mulheres ou dos metecos. Tais trabalhos degradavam o cidadão livre, daí o anseio por um mundo onde as máquinas servissem os homens, desejo expresso nas palavras de Aristóteles:

Se cada instrumento pudesse, a uma ordem dada, trabalhar por si, se as lançadeiras tecessem sozinhas, se o arco tocasse sozinho a cítara, os empreendedores não iriam precisar de operários e os patrões dispensariam os escravos.¹⁰

⁹ *Idem*, p. 16, grifo nosso.

¹⁰ Aristóteles apud De Masi, D., 1999, p. 14.

Segundo Marilena Chaui (1999)¹¹, o desprezo pelo trabalho ordinário evidencia-se, também, através das origens greco-romanas desta palavra. O vocábulo *ergon* (em grego) e *opus* (em latim) referem-se às obras produzidas e não à atividade de produzi-las. As atividades laboriosas, consideradas desprezíveis, eram descritas como rotineiras, repetitivas e atreladas a um conjunto de regras fixas. Quanto ao vocábulo *tripalium*, origem latina do vocábulo *trabalho*, este designa um instrumento de tortura utilizado para empalar escravos rebeldes. *Tripalium* derivada de *palus*, que significa estaca ou poste onde se empalavam os condenados.

Passados mais de dois mil anos da quimérica sociedade automatizada de Aristóteles, o panfleto revolucionário de Paul Lafargue, intitulado *O Direito à Preguiça* (1880), mais uma vez denuncia o trabalho como escravidão. Esse escrito, que em sua época alcançou sucesso comparável ao *Manifesto Comunista* (1848) de Karl Marx, critica a ideologia do trabalho e propõe a preguiça não apenas como um direito, mas como condição básica para o desenvolvimento físico, psíquico e político do proletariado.

O sonho de Aristóteles é nossa realidade. Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem o que a máquina é: o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das *sordidae artes* e do trabalho assalariado, o Deus que lhe concederá os lazes e a liberdade.¹²

A era da máquina não trouxe a libertação prevista por Aristóteles, ao contrário, o homem tornou-se escravo da tecnologia, reduzido a uma simples peça da engrenagem. Para Lafargue, o trabalho deveria servir como um "condimento" para realçar o prazer da preguiça, porém, ao invés de limitá-lo a uma média de três horas por dia, o mundo ocidental desenvolveu algo bem

¹¹ Introdução à obra de Paul Lafargue intitulada *O Direito à Preguiça* (1880), Hucitec/Unesp, 1999.

¹² Lafargue, P., 1999 [1880], pp. 118, 119.

diferente disso: "A paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição de homens livres: sua produtividade os empobrece"¹³.

Chauí lembra-nos de que a preguiça é um dos sete pecados capitais¹⁴. Encerrado o idílio de desfrutar o ócio no Paraíso, Adão e Eva - assim como toda a humanidade - são condenados ao trabalho. Uma vez que a pena foi imposta por Deus: "... não cumpri-la é crime de lesa-divindade e por essa razão a preguiça é pecado capital, um gozo cujo direito os humanos perderam para sempre"¹⁵. Como vimos, a ética puritana acentuou o fato do ócio ser um perigo para a salvação da alma. Chauí destaca: quando se reconhece no elogio do ócio o convite ao vício é preciso repudiá-lo pelo *neg-ócio*.

Lafargue reconhece no entusiasmo proletário pelo trabalho assalariado uma "estranha loucura" que engendra dor e miséria, indicando a preguiça como única saída para a humanidade. Mas o que esta pode esperar além do trabalho? Lafargue descreve as virtudes produzidas pela preguiça da seguinte forma: "O prazer da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, danças, música, sexo, ocupação com as crianças, lazer e descanso) e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes"¹⁶. Acentua, ainda, que a maior virtude da preguiça é a de revelar a face maldita do trabalho assalariado, algo a ser abolido. Ao afrouxar o controle capitalista, a preguiça prepararia o corpo e o espírito do operariado para lutar por sua emancipação.

A crítica à glorificação do trabalho proferida por Lafargue no final do século XIX é atualizada naquilo que Viviane Forrester (1997) chama de *O Horror Econômico*, ensaio que reafirma a essência do manifesto pelo *Direito à Preguiça*. Ao analisar o desemprego estrutural provocado pelos avanços tecnológicos, Forrester indaga o porquê da humanidade insistir em um modelo esgotado ao invés de construir um modo de vida que não se apoie apenas no trabalho produtivo. Quando as pessoas são excluídas daquilo que não existe mais (o emprego), o preço a ser pago individualmente é o adoecimento, o

¹³ *Idem*, p. 88.

¹⁴ No lugar de *ócio*, Lafargue enfatiza o termo *preguiça* para fazer referência aos pecados capitais.

¹⁵ Chauí, M., 1999, p.10.

sofrimento e a morte. "Por que então teimar em enfiar trabalho a todo custo onde ele não é mais necessário? (...) como se não pudesse existir outro 'emprego' para a vida, para as suas vidas, do que ser assim 'utilizados'?"¹⁷. A autora frisa que a ausência do emprego em si não é algo nefasto, mas, sim, o sofrimento que ele gera.

Forrester acredita que as pessoas à margem do mercado poderiam usufruir do tempo livre de forma positiva. Entretanto, a ausência do trabalho torna-se "... tempo vacante, de um vazio mortal, tempo de vergonha e de perdição"¹⁸. O poder atualmente exercido pela lógica do mercado é de tal forma global que, além do controle sobre a produção, regula-se, também, o suposto tempo livre: a indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer, todo esse aparato é estruturado segundo o mercado capitalista, consumindo o tempo que deveria ser dedicado às virtudes da preguiça.

1.3. Os Novos Inúteis do Mundo

A ordem econômica e social vigente é analisada por autores com diferentes filiações teóricas, sendo que a Europa - em particular a França - tem se mostrado um fórum profícuo no debate dessa questão. O que vem se colocando na balança são as perdas sofridas nos últimos anos, pois o mundo ocidental presencia o rápido desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, o acirramento do desemprego, da precarização do trabalho e da disputa por postos em um mercado cada vez menor.

Enquanto nas grandes cidades européias o debate sobre as mudanças no mundo do trabalho já ganhou as ruas, no Brasil o aprofundamento do tema parece caber apenas aos meios acadêmicos. Assistimos ao constante bombardeio da mídia incitando o trabalhador a qualificar-se, mas, raramente, é

¹⁶ Lafargue, P., 1999 [1880], p. 45.

¹⁷ Forrester, V., 1997, p. 138.

¹⁸ *Idem*, p. 74.

veiculada a grave crise instaurada pelo desemprego *estrutural*. Desse modo, quem não se insere adequadamente no mercado acaba sendo culpado por isso, pois seu insucesso é atribuído a sua própria *insuficiência estrutural*. Em outras palavras: a "empregabilidade" torna-se responsabilidade do trabalhador, porém, a qualificação já não garante uma oportunidade. Sentimo-nos duplamente traídos.

Robert Castel (1995) destaca o seguinte aspecto do mundo contemporâneo: "... indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um *lugar designado*".¹⁹ O *lugar* em questão é o próprio *trabalho*, pois este constitui suporte privilegiado de inscrição na sociedade: o trabalho é o eixo das relações sociais, processo que origina as configurações culturais, simbólicas e identitárias. No entanto, apesar de toda a importância que lhe foi atribuída ao longo dos séculos, as pessoas estão sendo privadas dos asseguramentos vinculados ao trabalho.

Em vez de limitar sua análise àqueles que foram excluídos por completo do mercado, Castel chama a atenção para o segmento da população que possui *frágil inserção no trabalho*. O autor declara que não são apenas as margens da sociedade que estão em foco, abordando a questão social a partir do enfraquecimento da condição salarial, isto é, da precarização do trabalho.

A análise proposta por Castel pressupõe a correlação de dois eixos: o eixo da relação com o trabalho e o eixo da inserção relacional. O cruzamento de ambos circunscreve diferentes zonas do espaço social, que variam segundo o grau de coesão que asseguram. Vale ressaltar que o limite entre cada zona é poroso, indicando que os indivíduos transitam de forma dinâmica pelos espaços. Esquematizando: 1) zona de integração: alia as garantias de um trabalho estável à possibilidade de mobilizar suportes relacionais sólidos; 2) zona de vulnerabilidade: alia precariedade do trabalho à fragilidade relacional; 3) zona de desfiliação: alia a ausência de trabalho ao isolamento social; 4) zona de assistência: alia a ausência de trabalho ao forte coeficiente de inserção social.

¹⁹ Castel, R., 1995, p. 23.

O assalariamento, que já existia de forma fragmentada na era pré-industrial, foi considerado durante muito tempo como uma condição extremamente desfavorável. Ser assalariado correspondia a uma posição indigna e miserável, servindo apenas para quem "não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços (...)" o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre...²⁰. Foi com a industrialização que o assalariamento ampliou-se, porém, são muitas as diferenças entre a situação vigente no início da industrialização e a relação salarial fordista. Para delimitar essas distintas configurações do assalariamento - a passagem de uma forma a outra - Castel sublinha aspectos como o contrato de trabalho coletivo e o acesso aos serviços públicos. Assim, registra-se:

... a extraordinária aventura da condição de assalariado, que passou do mais completo descrédito ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções (...). E, ainda hoje, não há como não se espantar com a estranha reviravolta a partir da qual, *após ter sido um sucesso, a condição de assalariado novamente corre o risco de se tornar uma situação perigosa.*²¹

Jornada de oito horas, seguro-desemprego, salário mínimo, direito à férias e à aposentadoria representam importantes conquistas dos trabalhadores. Tais garantias, incluídas no Estado de Bem-Estar Social, têm como contraposto o Estado mínimo, tendência que vem ganhando espaço na Europa e nos Estados Unidos. Neste último, o *Welfare State* alcançou o auge no princípio da década de 70, declinando logo depois.

O Estado de Bem-Estar Social está sendo duramente atacado, visto que a lógica neoliberal objetiva prescindir do Estado como regulador da economia e mediador entre a busca do lucro e a solidariedade. Ao abrir mão de tal compromisso, a sociedade poderá caminhar para a insegurança social anterior às formas de proteção, fechando as portas para a negociação entre políticas sociais e interesses de mercado. Em síntese: o futuro entra em crise quando a

²⁰ *Idem*, p. 21.

precariedade se afigura como destino. Conseqüentemente, recrudescer a vulnerabilidade social, espectro que os países do primeiro mundo acreditavam ter conjurado definitivamente.

Castel assevera que os desempregados encarnam a manifestação mais visível das profundas transformações na conjuntura dos empregos, porém, os *trabalhos precarizados representam algo ainda mais importante*, isto é, a atenção do autor está voltada mormente para a chamada "zona de vulnerabilidade".

A diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantarem o paradigma do emprego homogêneo e estável. Por que dizer que isso constitui um fenômeno tão importante e, sem dúvida, até mesmo mais importante do que o aumento do desemprego? Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que *alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação*.²²

Estamos caminhando para uma situação de turbulência semelhante àquela que precedeu a consolidação do Estado de Bem-Estar Social? A rede tecida ao redor do trabalho vem perdendo seu poder de integração com o enfraquecimento das políticas sociais, da precarização, da impossibilidade de acesso aos postos de trabalho. No Brasil, o enorme sofrimento gerado por esse processo traz aos ambulatórios públicos uma horda de trabalhadores/desempregados adoecidos que, na maioria das vezes, encontram profissionais que se limitam a "psiquiatrizar" essa complexa situação. Existe farmacopéia capaz de curar esse mal-estar?

Os "inúteis do mundo" de que fala Castel ou a "população redundante" descrita por Zygmunt Bauman (1998) compreendem aqueles que se tornaram supranumerários diante do desenvolvimento, da tecnologia, da razão econômica. Segundo Bauman, a reabilitação da empresa ou a saúde

²¹ *Idem*, p. 28, grifo nosso.

²² *Idem*, p. 516.

organizacional tornaram-se o novo imperativo categórico ao qual devemos nos adaptar. Isso implica flexibilização do trabalho e imposição de leis "naturais" do mercado, onde quem dá as cartas "... não são estados-nações democraticamente controlados, mas conglomerados financeiros não-eleitos, desobrigados e radicalmente desencaixados".²³

Para Bauman, o *Admirável Mundo Novo* neoliberal caracteriza-se pela desregulamentação, privatização, valorização do direito de escolha do consumidor e culpabilização dos impossibilitados de escolher. Deduz-se que a criminalização da pobreza é um movimento coerente no contexto que registramos: os "consumidores falhos", incapazes de responder aos atrativos do mercado por não possuírem recursos para tal, tornam-se o alvo contemporâneo.

Ao constatar que o papel dos pobres na contemporaneidade não é o de exército de reserva de mão-de-obra, mas o de "população redundante", Bauman pergunta: "Para que serve? Para o fornecimento de peças sobressalentes para consertar outros corpos humanos?"²⁴

Na opinião de Forrester (1997), apesar da humanidade já ter atravessado períodos de miséria e crueldade aterradores, o momento que vivemos hoje é o mais perigoso, pois a massa humana tornou-se dispensável economicamente. Desse modo, urge encontrar outro "emprego" para a vida que ultrapasse a idéia de "empregar" a massa desocupada. Caso contrário, o exército de supranumerários poderá ser vítima de genocídio ou então, como também indica Bauman, tornar-se estoque de órgãos humanos para transplantes ao qual os privilegiados do sistema recorreriam à vontade.

Se a ferocidade social sempre existiu, ela tinha limites imperiosos, porque o trabalho oriundo das vidas humanas era indispensável para aqueles que detinham o poder. Ele não o é mais; pelo contrário, tornou-se incômodo. E aqueles limites esboroam-se. Será que se entende o que isso significa? Jamais o conjunto dos seres humanos foi tão ameaçado na sua sobrevivência.²⁵

²³ Bauman, Z., 1998, p. 61.

²⁴ *Idem*, p. 59.

²⁵ Forrester, V., 1997, p. 136.

Tal alerta nos leva a supor que, em tempos de reengenharia e flexibilização, 'dar o sangue pela (saúde da) empresa' é uma expressão que pode ganhar mórbida literalidade ...

Como vimos, a ausência ou a precarização do emprego favorecem o desmantelamento das redes sociais tecidas em torno do trabalho. Vivemos um período de transição que denota a mudança de um paradigma, ou seja, em que cabe questionar o lugar do trabalho? Afinal, o trabalho está realmente diminuindo (De Masi, 2000; Forrester, 1997; Rifkin, 1995) ou está apenas migrando e sendo impingido a um número cada vez menor de trabalhadores em condições precarizadas (Dejours, 1999)?

A simples constatação do trabalho como eixo das relações sociais não faz avançar a questão. Trata-se de reconhecer o fim desta centralidade e propor alternativas? Segundo Castel (1995): "O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pela reação daqueles que não o tem"²⁶. Se, por um lado, afirma-se que diante da falta de empregos é preciso romper com a centralidade do trabalho (algo constituído sob bases sociais que já não vigoram), por outro lado, indaga-se sobre o que será colocado em seu lugar.

1.4. Metamorfoses no Mundo do Trabalho

Uma vez que a própria civilização estruturou-se em torno do trabalho, é surpreendente constatar que homens e mulheres vêm se tornando desnecessários ao processo de produção. Máquinas têm substituído as pessoas em inúmeras tarefas e o desemprego que daí decorre atingiu níveis alarmantes em várias partes do globo. Se antes era possível criar novos postos de trabalho para substituir aqueles que acabavam, o avanço tecnológico tratou

²⁶ Castel, R., 1995, p. 18.

de romper tal equilíbrio definitivamente. Ou seja, a retomada do crescimento não significa a redução do desemprego, pois a automação torna grande parte da mão-de-obra dispensável.

Vigoram atualmente as seguintes palavras de ordem: flexibilização; reengenharia; gerenciamento de qualidade total; demissões e redução das estruturas. Caminhamos para a superação do binômio taylorismo/fordismo e a ascensão do toyotismo²⁷. Quanto aos novos empregos que ainda são gerados, estes são mau remunerados e temporários. Decrescem as carreiras estáveis oferecidas pelas grandes corporações e, como alternativa, surgem trabalhos extremamente precarizados. Se, por um lado, caminhamos para a produção sem trabalho humano, por outro lado, isso não é vivido como libertação das tarefas árduas, mas como o pesadelo do desemprego e suas nefastas consequências.

Forrester (1997) acredita que o profundo entrelaçamento entre trabalho e civilização dificulta a adoção de medidas alternativas para lidar com a diminuição dos empregos. A autora pergunta: "Quando tomaremos consciência de que não há crise, nem crises, mas mutação? (...) Participamos de uma nova era, sem conseguir observá-la"²⁸. Ao invés de buscar uma reorganização que mantenha a coesão social apesar da redução dos postos de trabalho, governantes de todas as partes do mundo continuam sustentando que a crise do emprego é um mal passageiro a ser resolvido: "Se hoje se começa (apenas) a fazer alusão a isso, é geralmente para desembocar em promessas paradoxais de amanhã repletos de salários e pleno emprego".²⁹

Para manter a conjuntura atual, a sociedade tem investido na criação de postos de trabalho como um fim em si mesmo, não levando em conta se o que

²⁷ O toyotismo surgiu como resposta à crise japonesa que sobreveio ao final da segunda guerra mundial. Consiste em estratégias de enxugamento onde incrementa-se a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores. O trabalho é feito em equipe, sendo que cada um dos membros exerce múltiplas funções, ou seja, rompe-se com o caráter parcelar das tarefas. O operário manipula várias máquinas ao mesmo tempo, ao contrário do taylorismo/fordismo que calcava-se na relação de um homem para uma máquina. A produção é horizontalizada (terceirização), ao contrário da verticalização do taylorismo/fordismo. Em síntese: flexibilização, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, *just in time*. Cf. Antunes, 1999.

²⁸ Forrester, V., 1997, p.8.

²⁹ *Idem*, p. 137.

está sendo produzido são objetos supérfluos, belicosos ou destituídos de qualquer propósito social. Indiferentes à miséria a céu aberto, continuamos a investir na rapidez da produção e do desperdício, deixando de lado o cerne da questão: a distribuição equânime dos bens necessários a manutenção da vida. Se a tecnologia potencializa a produção da riqueza, por que não dividi-la? Ao invés de promover a sociedade da abundância, o desenvolvimento tecnológico perpetua desigualdades.

Domenico De Masi (1999) não crê - nem mesmo deseja - no retorno do pleno emprego. Em sua opinião, já dispomos da tecnologia necessária para manter a produtividade industrial e, paralelamente, recuperar as vantagens da era pré-industrial, momento em que ainda não havia "... uma amarga sensação de conflito entre o trabalho e o prazer de aproveitar a vida".³⁰ Segundo De Masi, o maior empecilho para que o homem liberte-se da escravidão do trabalho manual e repetitivo não é a lentidão da tecnologia, mas a dificuldade de inserir-se na sociedade por outra via que não o emprego. Para ilustrar esta afirmação, cita a "Síndrome de Vespasiano": na época da reconstrução do Capitólio devastado, o imperador premiou o criador de um mecanismo que transportava colunas de mármore sem grande esforço humano, porém, o invento não foi posto em prática para evitar desocupação da mão-de-obra. A "Síndrome de Vespasiano" expressa o atraso do progresso em nome da manutenção do emprego.

De acordo com a análise ultra-otimista de De Masi, a humanidade tem se adaptado com sucesso às modificações trazidas pelas máquinas. Estaríamos caminhando para a eliminação do trabalho manual e repetitivo e para a ampliação e a democratização do "trabalho criativo", fonte de satisfação para quem o executa: "o trabalho pode ser um prazer se, justamente, for predominantemente intelectual, inteligente e livre".³¹

De Masi enfatiza que, na sociedade inteiramente automatizada, o número de empregos obviamente será insuficiente para todos, sendo necessário projetar mecanismos de distribuição das riquezas para aqueles que

³⁰ De Masi, D., 1999, p. 59.

não estiverem diretamente envolvidos na produção. Tais pessoas desfrutariam intensamente do “ócio criativo”, definido pelo autor a partir da vida dos antigos gregos. Para estes, as atividades valorizadas consistiam no exercício da política, estudo, poesia e filosofia.

O “trabalho criativo” dos que permanecerão empregados na sociedade capitalista do futuro tem as seguintes características:

... a alienação do *trabalhador executivo* esvazia, a alienação do *trabalhador criativo* preenche. A obra executada pertence ao patrão do trabalhador; a obra criativa, mesmo quando é vendida ao patrão, ou a terceiros, pertence sempre ao seu autor.³²

A forma como De Masi concebe o “trabalho criativo” vai ao encontro de uma tendência atual do capitalismo: enquanto o fordismo transferia para a gerência científica a responsabilidade pela elaboração dos processos inerentes à produção, a nova onda capitalista (leia-se toyotismo) transfere o *savoir faire* para a própria esfera do trabalho, apropriando-se de todas as potencialidades e envolvendo o mais completamente possível a subjetividade de homens e mulheres. De fato, o trabalho criativo “livre”, festejado por De Masi, implica libertação do esforço físico, porém, permanece encarcerado na mesma estrutura de exploração. Ao positivar a alienação e descartar o conflito capital/trabalho, o autor pressupõe uma harmonia que sugere a relação entre mecenas/capitalistas e artistas/trabalhadores.

O fim dos empregos convencionais também é a temática discutida por Jeremy Rifkin (1995). Ao comentar a extensão do chamado *desemprego tecnológico*, frisa que 75% da mão-de-obra das nações industrializadas desempenha simples tarefas repetitivas, o que significa que as máquinas provavelmente substituirão a maioria desses trabalhadores e trabalhadoras em

³¹ *Idem*, p. 212, grifo nosso.

³² *Idem*, p. 323.

um curto espaço de tempo. Caminhamos, a passos largos, para a produção que prescindirá do trabalho vivo³³.

Além de afirmar que as portas das fábricas em breve estarão cerradas para o operariado, Rifkin acredita que os setores de serviços e administrativo não absorverão os desempregados, dado que as máquinas inteligentes já são capazes de ocupar inúmeras funções nessas áreas. A vida que conhecemos vem sofrendo profundas transformações, não sendo possível prever ainda o impacto que isso produzirá. Segundo o autor, a única certeza que sobressai é quanto à elevação do desemprego, algo de difícil assimilação para a sociedade de forma geral.

O avanço da automação, outrora promessa de abundância e lazer, vem se transformando no pesadelo daqueles que perdem seus empregos para as máquinas inteligentes. Todavia, para Rifkin, as conseqüências dessa revolução tecnológica ainda não estão definidas, pois tudo depende de como os ganhos serão distribuídos. A diminuição do trabalho impõe a reflexão quanto à transição de uma sociedade baseada no emprego em massa para uma outra forma de organização social não apoiada em critérios de mercado, isto é, implica redefinir o papel de homens e mulheres na sociedade.

A idéia de uma sociedade não baseada no trabalho é tão completamente estranha a qualquer conceito que tenhamos sobre como organizar grandes quantidades de pessoas num todo social, que nos defronta com a perspectiva de precisar pensar a própria base do contrato social.³⁴

Rifkin constata que os norte-americanos de hoje trabalham mais do que há 40 anos. Nas últimas décadas, o tempo do trabalho de cada um aumentou cerca de 163 horas por ano, declinando o período de férias e as licenças médicas. É notório que a tendência toyotista de maximizar lucros através do

³³ O "trabalho vivo" é aquele exercido diretamente pelo homem ou pela mulher, seja manual ou intelectual. Com a automação, grande parte deste trabalho tem sido substituído pelo "trabalho morto" que toma corpo nas máquinas.

³⁴ Rifkin, J., 1995, p. 13.

incremento da produção e do enxugamento dos quadros tem como consequência o desemprego e o sobretabalho.

Opondo-se a essa tendência, os líderes trabalhistas de hoje reivindicam a redução da jornada para todos. Segundo Rifkin, um contingente significativo de homens e mulheres está cada vez mais interessado nessa questão, mostrando-se disposto a abrir mão da dedicação excessiva ao trabalho (inclusive de parte do salário) em prol do convívio com a família. De fato, o ato de "vender o próprio tempo" já não tem a mesma importância de antes na produção da riqueza e, como consequência, urge reformular o contrato social construído com base nesse arranjo. Na opinião do autor, caso a desocupação da mão-de-obra pela máquina continue a significar desemprego e dor, irá se delinear um futuro sombrio até mesmo para os países ricos.

Para evitar a implosão do atual sistema, Rifkin propõe a seguinte alternativa: a energia dos desempregados e dos trabalhadores com jornada reduzida deverá direcionar-se para melhorar a qualidade de vida de suas próprias comunidades, isto é, "na criação de uma terceira força que floresça independente do mercado e do setor público".³⁵ Desse modo, a diminuição das ofertas de emprego no setor de mercado (trabalho formal) seria compensada pela *ampliação do terceiro setor - também chamado de setor independente ou voluntário -*, voltado para a vida comunitária. Para o autor, essa é a chave para reformular o contrato social do século XXI.

A respeito da amplitude do terceiro setor, Rifkin menciona que atualmente este inclui serviços ligados à saúde, à educação, à pesquisa, às artes, à religião etc. Ações comunitárias combatem o analfabetismo, a desnutrição infantil, auxiliam idosos, deficientes físicos, doentes mentais, jovens desamparados, desabrigados, indigentes, entre outros. Ao descrever a importância do terceiro setor nos EUA, o autor cita uma pesquisa realizada em 1991 pelo Instituto Gallup: 51% dos norte-americanos adultos engajam-se em inúmeras causas e organizações. O voluntário médio doa cerca de 4,2 horas

³⁵ *Idem*, p. 263.

de seu tempo por semana, o que perfaz uma contribuição econômica equivalente a nove milhões de empregados em tempo integral.

No entanto, destaca Rifkin, apesar dos números indicarem que o terceiro setor tem crescido mais rapidamente do que o governo e a esfera privada nos EUA, este é freqüentemente ignorado por inúmeros cientistas políticos que continuam dividindo o país em apenas dois planos: público e privado. Em sua opinião, o setor independente tem servido como um mediador crítico entre a economia formal e o governo, assumindo tarefas que os outros setores não são capazes de administrar.

Organizações do terceiro setor desempenham muitas funções. São as incubadoras de novas idéias e foros para a manifestação de agravos sociais. (...) São os lugares onde os pobres e desamparados podem encontrar ajuda. Organizações sem fins lucrativos como museus, bibliotecas e sociedades históricas ajudam a preservar tradições e a abrir portas para novos tipos de experiências intelectuais. (...) Enfim, o terceiro setor é onde as pessoas relaxam, brincam e vivenciam mais plenamente os prazeres da vida e da natureza.³⁶

Rifkin assevera que a lógica do mercado induz as pessoas a pensarem em si mesmas como meras consumidoras de bens e serviços, o que obstaculiza o crescimento do terceiro setor. Neste, ao contrário, a ação de cada um visa a resgatar o sentido de rede social, revelando-se uma força aglutinante.

A lógica do consumo tem como corolário o aquecimento da temperatura global, o dano à camada de ozônio, a destruição das florestas, a disseminação dos desertos, a extinção de espécies e a desestabilização da biosfera. Rifkin aposta no terceiro setor como alternativa revolucionária para o materialismo do século XX. Enquanto no trabalho formal a troca é sempre material - as conseqüências sociais e ecológicas são menos importantes do que os ganhos financeiros -, o serviço comunitário "é uma ação de ajuda, de estender a

³⁶ *Idem*, p. 269.

mão"³⁷. Ao contrário dos integrantes do setor privado, que são estimulados pelo lucro e pelo consumo, os participantes do terceiro setor são motivados pelo serviço ao próximo.

Rebatendo o rótulo de utópico, Rifkin afirma que as transformações promovidas pelo terceiro setor ocorrerão na medida em que a automação afasta as pessoas do trabalho formal. Com isso, acredita, diminuirá a submissão humana aos valores próprios à economia de mercado. O tempo livre que decorre do trabalho poupado pela máquina poderá ser vivido como desemprego ou como possibilidade de uma vida melhor para todos, algo a ser decidido na arena política. Em outras palavras: caminharemos para o acirramento da convulsão social, da violência, do conflito armado e do ataque às elites que controlam a economia global ou, ao contrário, trilharemos um caminho onde todos poderão beneficiar-se dos ganhos da produtividade, com jornadas de trabalho menores e fortalecimento dos laços sociais.

Rifkin propõe algumas medidas para viabilizar a era pós-mercado encabeçada pelo terceiro setor. Destacam-se as seguintes: 1) *Salário indireto*: homens e mulheres doariam horas de trabalho para o terceiro setor, recebendo em troca uma dedução no imposto de renda. Tais deduções aumentariam de acordo com a importância do trabalho realizado. Isto é, o desconto seria maior para aqueles que se engajassem em projetos considerados prioritários; 2) *Salário social*: pagamento de um salário para atuar no terceiro setor como alternativa ao pagamento de previdência e benefícios aos desempregados. Além de melhorar a qualidade de vida na comunidade, tal iniciativa auxiliaria o desempregado a forjar novos vínculos de confiança e senso de comprometimento mútuo.

Na coordenação dos projetos estariam organizações não-governamentais sem fins lucrativos e isentas de impostos. O governo, com a arrecadação diminuída, não seria prejudicado pois o trabalho do terceiro setor abrandaria os gastos com o social.

³⁷ *Idem*, p. 263.

Vale ressaltar que a proposta de Rifkin apoia-se na "empresa cidadã" e no Estado mínimo, sugerindo uma saída amigável para o embate entre capital e trabalho. Segundo a crítica de Robert Kurz (1997), o terceiro setor não passa de um mero sintoma da crise, não se constituindo em novo paradigma das relações sociais. Para tal, seria necessário formular uma perspectiva própria de desenvolvimento para o século XXI, indo além das medidas paliativas que "fazem somente curativos leves nas feridas abertas pela 'mão invisível' do mercado globalizado".³⁸ Sobre as idéias de Rifkin, Kurz tece o seguinte comentário, com o qual tendemos a concordar: "... o terceiro setor é visto como o irmão caçula do mercado, pois as fontes de financiamento são necessariamente as migalhas de caridade deixadas pela produção que visa ao lucro".³⁹

Sennett (1999) também analisa a inserção de homens e mulheres na esfera produtiva, sendo que seu enfoque recai na extrema importância do *trabalho estável* na formação do caráter. O autor enfatiza que o trabalho estável não está em consonância com a lógica do *capitalismo flexível*, sistema no qual a sobrevivência de cada um depende da obediência a uma determinada cartilha: ser ágil, estar aberto as mudanças a curto prazo, assumir riscos continuamente, prescindir de procedimentos formais, ser capaz de alterar por completo a rota profissional.

A flexibilização expressa a forma mais recente de opressão capitalista, o que vem mudando o significado do trabalho e, até mesmo, as expressões empregadas para designá-lo. Assim, o termo *carreira*, que significava um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira, não traduz o tipo de trabalho que viceja na contemporaneidade, tomando-se mais apropriado o termo *job*, cujo sentido Sennett resgata do século XIV:

... bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro. A flexibilidade hoje traz de volta

³⁸ Kurz, R., 1997, p. 153.

³⁹ *Idem, Ibidem.*

esse sentido arcano de *Job*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida.⁴⁰

Para Sennett, o caráter se articula aos aspectos duradouros de nossa experiência emocional: lealdade, compromisso mútuo, estabelecimento de metas a longo prazo, capacidade de adiar a satisfação. O caráter é aquilo que procuramos salvar e manter mesmo nos momentos de maior confusão, ou seja, os traços que valorizamos em nós mesmos e pelos quais queremos ser reconhecidos. Desse modo, o autor aponta para o antagonismo entre os valores inerentes ao trabalho flexível e aqueles que regem o "bom caráter": homens e mulheres já não podem transmitir aos filhos a essência de sua vida de trabalho como exemplo de conduta ética, dado que as "qualidades do bom trabalho [lógica do capitalismo flexível] não são as mesmas do bom caráter".⁴¹

Sennett pergunta: como manter nossos valores duradouros em uma sociedade impaciente e imediatista? Como estabelecer metas de longo prazo para nossa vida se a economia que nos rege festeja a idéia de curto prazo? Como manter a lealdade e os compromissos mútuos quando as instituições onde trabalhamos estão sempre se desfazendo ou sendo projetadas novamente? Como construir a narrativa de nossa história de vida em um sistema que nos mantém à deriva? Na síntese de Sennett, o capitalismo de curto prazo corrói as qualidades de caráter que ligam os seres humanos e possibilitam um senso de identidade sustentável.

Durante a maior parte da história humana, as pessoas têm aceito o fato de que suas vidas mudarão de repente devido a guerras, fomes ou outros desastres. O que é singular na incerteza de hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal ... Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. 'Não há mais longo prazo' desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os

⁴⁰ Sennett, R., 1999, p. 9.

⁴¹ *Idem*, p. 21.

laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento.⁴²

Aqueles que defendem o capitalismo flexível argumentam que a vivência cotidiana de riscos e o ataque à burocracia rígida auxiliarão as pessoas a serem mais livres para moldar suas próprias vidas. Contudo, para Sennett, ao mesmo tempo em que se extinguem certas regras também nascem outras formas de controle. As contínuos riscos que o capitalismo flexível obriga cada trabalhador a assumir têm um estatuto bem diferente do glamour que emanava dos romances do século XIX, pois o perigo tornou-se trivial e não uma prerrogativa dos heróis: "Permanecer num estado contínuo de vulnerabilidade é a proposta que, talvez sem o saber, os autores dos manuais de negócios fazem quando celebram o risco diário na empresa flexível".⁴³

Para finalizar esta abordagem polifônica das metamorfoses no mundo do trabalho, vale frisar as contribuições de Ricardo Antunes (1999). Para este autor, o trabalho contemporâneo caracteriza-se pelos seguintes aspectos: declínio do proletariado industrial, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro do binômio taylorismo/fordismo e, paralelamente, ampliação do chamado *trabalho precarizado* composto por pessoal *terceirizado*, subcontratado, trabalhadores em tempo parcial (*part-time*), entre outros. Em síntese, as mudanças resultaram na fragmentação e na desproletarização do trabalho industrial (diminuição da classe operária industrial tradicional) e na subproletarização (trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado etc.). É importante ressaltar, ainda, que é no trabalho precarizado que a mulher vem se inserindo maciçamente.

Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas, Antunes afirma que o trabalho ainda preserva sua centralidade. Mesmo com a diminuição do assalariamento, o trabalho como atividade real mantém seu lugar estratégico na cultura e seu importante papel na sociabilidade contemporânea. Ao longo de seu estudo - que se apóia nas idéias de Marx,

⁴² *Idem*, p. 33.

⁴³ *Idem*, p. 97.

Georg Lukács entre outros -, Antunes destaca o trabalho como categoria articulada ao processo de *humanização*, à passagem das formas pré-humanas ao ser social.

Vale lembrar a distinção feita por Marx entre a abelha e o arquiteto:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com as construções dos favos de sua colméia. Mas o que distingue de 'antemão' o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera.⁴⁴

Sendo o gênero humano capaz de ideação prévia, o arquiteto construirá coisas diferentes de acordo com suas aspirações, algo impossível para as habilidosas abelhas e aranhas. Antunes sublinha o caráter teleológico do trabalho, isto é, a articulação entre o *pensar* e o *produzir*: o *pensar* define a finalidade e planeja as formas de realizá-la, enquanto o *produzir* realiza o que se pretende. O aspecto teleológico do trabalho funda a especificidade do ser social, constituindo-se no salto organizador que nos permite ir além da animalidade. O trabalho "humaniza", diferenciando nossa consciência de um subproduto do biológico.

Nas palavra de Antunes:

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no *limite*, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação do meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. E, ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica.⁴⁵

⁴⁴ Marx, K., 1983 [1897], p. 149.

⁴⁵ Antunes, R., 1999, p. 138.

Ao comentar as previsões sobre o fim da centralidade do trabalho, o autor acentua que, com a eliminação do capitalismo, é possível conceber a extinção do trabalho alienado. Entretanto, como criador de valores de uso ou forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não é possível abolir o trabalho vivo no âmbito da sociabilidade humana.

Para muitos teóricos do campo das ciências sociais tornou-se corrente falar em fim do emprego (Jeremy Rifkin), desaparecimento do trabalho (Dominique Mèda), substituição do trabalho pela esfera comunicacional (Jürgen Habermas), perda da centralidade da categoria trabalho (Claus Offe), dentre tantas outras formas possíveis de abordar as metamorfoses contemporâneas do trabalho. Todavia, concordamos com Antunes quando este assegura que a questão do trabalho e do emprego é uma das mais explosivas dos dias de hoje.

Trabalho e desemprego; trabalho e precarização; trabalho e etnia; trabalho e nacionalidade; trabalho e corte por geração; trabalho e (des)qualificação; *trabalho e gênero*. Afinal, o que se passa no mundo do trabalho?

1.5. Trabalho: uma Questão de Gênero

Em um estudo clássico intitulado *A Mulher na Sociedade de Classes* (1969), Heleieth Saffioti destaca que na era pré-capitalista as mulheres eram extremamente ativas: trabalhavam nos campos, manufaturas, minas, lojas, mercados, oficinas, teciam e fiavam, além de realizarem inúmeras tarefas domésticas. Na Inglaterra, participaram do comércio varejista e atacadista, chegando a deter o monopólio da fiação têxtil. Enquanto a família atuou como unidade de produção, as mulheres desempenharam um papel econômico visível. A autora comenta:

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desenvolvendo, portanto, um relevante papel econômico.⁴⁶

Com o advento da Revolução Industrial, o trabalho deslocou-se para as fábricas. Outrora complementares, produção e reprodução passam a ocupar espaços distintos, acentuando-se o vínculo entre público/masculino e privado/feminino. No entanto, observa Saffioti, a industrialização nascente não prescinde do trabalho das mulheres oriundas das camadas inferiores. Ao contrário, estas são extremamente exploradas através da intensificação do trabalho, extensão da jornada e salários aviltantes. Na verdade, o contingente que efetivamente não se inclui no sistema produtivo é constituído pelas mulheres que provêm da burguesia ascendente. Estando fora do trabalho, qual o destino dessas mulheres?

Apoiada em autores como Philippe Ariès e Elisabeth Badinter, Silvia Alexim Nunes (2000) enfatiza que, até o século XVIII, as mães não eram encaradas como fundamentais para o desenvolvimento e a educação das crianças. Amas-de-leite, instituições pedagógicas ou religiosas, assim como os demais membros da família extensa, mostravam-se suficientes para assumir tal responsabilidade. De fato, o ideal de maternidade burguês solidificou-se quando o Estado passou a interessar-se pela sobrevivência das crianças, o que ocorreu a partir da Revolução Industrial. Para reverter os altos índices de mortalidade infantil até então aceitáveis, a mulher burguesa foi convocada a cuidar pessoalmente de seus filhos. Na cruzada para manter vivas as crianças, foi alçada à condição de "mãe".

A sexualidade da mulher-mãe orienta-se para a procriação, o que se articula à dicotomia entre natureza e cultura. A mulher situa-se ao lado da natureza (maternidade/reprodução) e o homem ao lado da cultura (trabalho/produção). Sem ter muitas fontes de onde extrair prazer, a mulher burguesa concentrava grande parte de sua atenção e sua libido nos filhos. A

⁴⁶ Saffioti, H., 1969, p.38.

maternidade não se colocava como escolha, pois essa era a nobre vocação da mulher, via para a feminilidade reafirmada por Sigmund Freud em 1933.

Segundo Christopher Lasch (s/d)⁴⁷, com avanço do assalariamento e o declínio da produção doméstica, a esfera privada tornou-se depositária de valores incompatíveis com uma sociedade orientada pela competitividade, resguardando "... bondade, afeto espontâneo e o que John Stuart Mill chamava de *cultura de sentimentos*"⁴⁸. A família, refúgio num mundo insensível e dominado pela impessoalidade do mercado, possibilitava ao homem suportar as transformações decorrentes da nova ordem industrial.⁴⁹

Visando a "preservação" da família, os discursos médico, político e moral mantiveram por muito tempo o argumento de que o trabalho era um mal para a mulher, atrapalhava a reprodução, podendo contaminar a pureza do lar. A separação entre o mundo masculino e o feminino certamente não foi instaurada com o avanço da economia capitalista, porém, este acentuou a articulação entre sexo e divisão do trabalho.

Saffioti (1969) salienta que o ideal de família construído na burguesia foi apropriado pelos proletários na medida de suas possibilidades. Assim, os homens que obtinham renda suficiente para sustentar suas famílias mantinham as esposas distantes do mercado de trabalho, "livres" para cuidarem unicamente das obrigações domésticas e dos filhos. Em um simulacro do prestígio da classe dominante, buscavam fazer de suas mulheres as "rainhas do lar", mesmo que este não ostentasse luxo ou riqueza.

Um curioso panfleto do sindicato comunista francês chamado *Confédération Générale du Travail (CGT)*, de 1920, define o papel da mulher de então:

Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, é concebida inicialmente para fazer

⁴⁷ A coletânea póstuma dos trabalhos de Lasch, intitulada *A Mulher e a Vida Cotidiana* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999), não indica as diferentes datas em que cada artigo foi escrito.

⁴⁸ Lasch, C., s/d, p. 114.

⁴⁹ Essa idéia é desenvolvida por Lasch em *Refúgio em um Mundo sem Coração*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

filhos; em seguida, para lavá-los; conservar sua casa limpa; educar seus filhos; instruir-se ao educá-los e tomar o mais feliz possível a existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. A nosso juízo, esse é seu papel social.⁵⁰

De fato, conceber o trabalho público como um mal para o "sexo frágil" arrefeceu o questionamento quanto à exploração da mão-de-obra feminina. Se as mulheres pobres sempre participaram da produção, muito pouco se discutia sobre a especificidade de tais condições de trabalho. Foi com a delimitação do conceito de gênero que mudanças significativas aconteceram no campo das ciências sociais, possibilitando questionar a *invisibilidade* da mulher no trabalho. Até o final da década de 70, os termos "sexo" e "gênero" eram considerados sinônimos, sendo que a diferenciação entre ambos fez do gênero uma ferramenta conceitual indispensável no combate a modelos que não levavam em conta a problemática feminina no trabalho.

Antes de seguir adiante, vale delimitar: o que o campo das ciências sociais entende por *gênero*? Como caracterizar a *divisão sexual do trabalho*?

Maria Luiza Heilborn acentua que não reduzir o gênero às características biológicas e anatômicas é uma conquista recente do mundo ocidental. Embora a assimetria entre os dois gêneros seja universal, estes impregnam-se de significados específicos, dado que os adjetivos agregados ao feminino e ao masculino variam de acordo com a cultura na qual se atualizam. Gênero é valor.⁵¹

De acordo com Teresa de Laurentis (1994), o gênero não representa um indivíduo, mas uma relação social. Não se reduz à anatomia, mas indica a representação de cada um em termos das relações sociais que lhe são preexistentes e que foram forjadas a partir da oposição entre os dois sexos biológicos. Em outras palavras: gênero é a expressão cultural da diferença sexual. Tal estrutura conceitual é o que os cientistas sociais chamam de sistema sexo-gênero, descrito pela autora nos termos abaixo:

⁵⁰ Apud Kartchevsky-Bulport, A., 1986, p. 13.

⁵¹ Heilborn, M. L. apud Meis, C., 1997.

... um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais.⁵²

Quanto ao conceito de divisão sexual do trabalho, Jussara Brito e Simone Oliveira (1997) destacam que este revela a realidade sexuada no mundo do trabalho, favorecendo o questionamento da cisão radical entre trabalho produtivo e reprodutivo; trabalho e não trabalho; trabalho assalariado e trabalho doméstico. Apesar de sua universalidade, a divisão sexual do trabalho está ligada às relações de força entre homens e mulheres, acarretando variações vinculadas ao momento histórico e ao contexto social, porém, mesmo levando em conta as modificações, sua estruturação sempre se rege pela idéia de valor do trabalho.

Historicamente, o valor atribuído ao trabalho masculino permaneceu superior ao feminino. No Japão, ainda nos dias de hoje, a mulher ganha 50% menos que o homem para o exercício das mesmas funções, sendo esta diferença no Brasil e na França em torno de 25%⁵³. Segundo Brito e Oliveira: "Como a divisão sexual do trabalho faz parte da estrutura da hierarquia do trabalho e mesmo de toda a hierarquia social, as diferenças sexuadas na vivência do trabalho são explicadas em termos de dominação"⁵⁴. Para as autoras, as relações sociais entre homens e mulheres definem uma condição de gênero diferenciada no processo de trabalho, o que significa que ser *trabalhador* não é o mesmo que ser *trabalhadora*.

De acordo com o IBGE, o ingresso da mulher brasileira no mercado eleva-se 5% ao ano. O censo de 1991⁵⁵ identifica, ainda, que ela vem ocupando o

⁵² Laurentis, T., 1994, p. 212.

⁵³ Dados fornecidos por Helena Hirata durante sua apresentação no II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde, Rio de Janeiro, 1999.

⁵⁴ Brito, J. e Oliveira, S., 1997, p. 246.

⁵⁵ Os dados do censo realizado em 2000 ainda não foram totalmente disponibilizados para consulta, daí utilizarmos as informações relativas ao ano de 1991.

lugar de responsável pela família: 25% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, o que significa cerca de 10% a mais do que em 1980. No entanto, apesar do vertiginoso crescimento do número de mulheres na produção, um dado chama a atenção: 43% ganham menos do que os homens, constituindo a maioria entre os trabalhadores sem carteira assinada.

São muitos os descompassos na trajetória de trabalhadores e trabalhadoras. Pesquisadoras como Brito (1999) anunciam que a formação profissional não é suficiente para justificar o desnível entre homens e mulheres no trabalho (diferença de salário, hierarquia etc.). Na indústria, chama a atenção a nítida separação que articula o sexo à divisão do trabalho: às mulheres são reservadas tarefas menos qualificadas e repetitivas, enquanto que os homens ocupam setores que permitem maior *mobilidade* (tanto física quanto em termos de ascensão na carreira). O fato das tarefas repetitivas serem atribuídas prioritariamente às mulheres, explica o porquê destas apresentarem maior índice de LER (Lesões por Esforços Repetitivos).⁵⁶

Helena Hirata, em um estudo comparativo entre Brasil, Japão e França, também enfatiza que a organização do trabalho orienta-se por políticas diferenciadas segundo o sexo. As mulheres são menos associadas às atividades de grupo, pouco solicitadas para opinar sobre a melhoria do plano técnico e, freqüentemente, vêm-se excluídas das decisões. As variações quanto ao grau de discriminação das trabalhadoras, acentua a autora, relacionam-se diretamente à evolução das relações sociais dos sexos dentro de cada sociedade.

No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão é que nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino ou feminino segundo o tipo de máquina, o tipo de trabalho e a organização do trabalho. O trabalho manual e

⁵⁶ As LER são determinadas por processos de trabalho que implicam movimentos repetitivos geralmente dos membros superiores. Quanto à associação entre este conjunto de doenças e a histeria, conferir Antunes Lima, M. E. – “A dimensão psicológica”. In: *LER: dimensões ergonômicas, psicológica e sociais*, Belo Horizonte, Editora Health, 1998. Nesse estudo, critica-se a atribuição dos sintomas das LER à histeria como categoria clínica. Cabe destacar, ainda, que as LER freqüentemente acometem os “melhores” trabalhadores, isto é, aqueles que não fazem “cera”, não burlam o trabalho, enfim, os mais produtivos.

repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens.⁵⁷

Antunes (1999) aborda a divisão sexual no trabalho⁵⁸ nos seguintes termos: as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* (com máquinas mais avançadas, áreas de trabalho mais valorizadas) são exercidas por homens, enquanto aquelas menos qualificadas e fundadas em *trabalho intensivo* (mais rotinizado, envolvendo tarefas manuais), são exercidas por mulheres. Mesmo quando estas se inserem em áreas tecnologicamente sofisticadas, seu trabalho mantém-se rotinizado e menos qualificado, sendo predominantemente temporário, *part-time*, fortemente marcado pela informalidade, com jornadas mais prolongadas e salários inferiores.

Os dados ^{acima} colhidos pelos pesquisadores supra citados confirmam que as trabalhadoras continuam sendo mais exploradas que seus companheiros homens. Grande parte das mulheres insere-se no trabalho de meio período (*part-time*), precarizado e desregulamentado. Quando comparadas aos homens, as mulheres enfrentam condições de trabalho ainda mais aviltantes. Enquanto aqueles têm mais chances de construir uma trajetória profissional ascendente e contínua, as mulheres vão e vêm da atividade à inatividade, freqüentemente desvalorizadas e, conseqüentemente, mau pagas. O trabalho que se precariza é, em grande parte, composto por mulheres, realidade que se expressa nos números apresentados por Antunes: na França, entre 1982 e 1988, geraram-se 11.000 empregos de tempo parcial, sendo que 83% foram preenchidos pela força de trabalho feminina.

Para o autor, a grande inserção das mulheres no trabalho precarizado articula-se ao seguinte fato:

... o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da *polivalência* e *multiatividade* do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas

⁵⁷ Hirata, H. *apud* Antunes, R., 1999, p. 107.

⁵⁸ No lugar do termo *divisão sexual do trabalho fabril*, utilizado por Antunes, optamos por *divisão sexual no trabalho*, pois este termo refere-se as diferenças sexuadas na vivência do trabalho produtivo de forma ampla, não se limitando ao universo fabril.

atividades realizadas na esfera do *trabalho reprodutivo*, do *trabalho doméstico*. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de *exploração*), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres.⁵⁹

A dupla jornada é parte da exploração "a mais" destinada às mulheres. Trabalhando dentro e fora de casa, a mulher é duplamente explorada pelo capital, pois é na esfera privada que se criam as condições para a reprodução de sua própria força de trabalho e, também, da força de trabalho daqueles que são cuidados por ela (marido e filhos). Antunes comenta o caráter estratégico da esfera reprodutiva: "Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas".⁶⁰

O autor assevera que trabalhadores de ambos os sexos deverão lutar duplamente, buscando eliminar o trabalho alienado e promovendo uma relação de gêneros harmônica. Afirma, também, que o fim da sociedade de classes não significa a superação da opressão de gênero, ou seja, a causa feminista pré-capitalista poderá ser também pós-capitalista.

Não é possível prever como o fim do capitalismo afetaria a relação entre os gêneros nas diferentes culturas. Tentando antecipar tal situação, Antunes imagina que um mundo verdadeiramente livre (sociedade sem classes) favoreceria a existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas, possibilitando equidade nas relações entre homens e mulheres.

⁵⁹ Antunes, R., 1999, p. 110.

⁶⁰ *Idem*, p. 109.

PARTE II

AS TRÊS TECELÃS

AS TRÊS TECELÃS

Em 1933, na conferência intitulada "Feminilidade", Freud apresenta um mito sobre a relação das mulheres com o trabalho. Ao afirmar que estas contribuíram escassamente para as descobertas e invenções da humanidade, aponta uma única exceção: a técnica de trançar e tecer. Acrescenta, ainda, que as realizações das primeiras tecelãs articulam-se à importância da castração para a sexualidade da mulher. Trançar e tecer, trabalho feminino destacado por Freud, remete-nos também a duas conhecidas figuras míticas: Penélope e Aracne.

Penélope é personagem da epopéia que narra as aventuras de Ulisses, nobre guerreiro que se afasta de casa por longo tempo, deixando a esposa e o filho recém-nascido. Durante sua longa ausência, a beleza e a fortuna de Penélope atraem inúmeros pretendentes. Assim, quando Ulisses é dado como morto, Penélope vê-se duramente pressionada a casar-se novamente. Em seu íntimo, porém, acredita que o marido ainda vive e que irá regressar. No auge de seu desespero, os deuses inspiram-na a armar um grande tear e a tecer a mortalha do herói Laertes, condicionando o novo casamento ao término deste trabalho. Não tencionando concluir a tarefa, Penélope desfaz à noite aquilo que tece pela manhã, e seu trabalho interminável garante o laço com Ulisses.

Quanto a Aracne, exímia tecelã lídia, seu trabalho acarreta-lhe terrível maldição. Ao despertar o ciúme da deusa Palas Atena, esta a desafia para um combate. Os teares são colocados lado a lado e ambas começam a tecer motivos diferentes. Enquanto Palas Atena cria imagens gloriosas de Júpiter e de outros seres imortais, Aracne retrata a violência dos deuses olímpicos contra as mulheres, descortinando uma paisagem onde a brutalidade e as artimanhas destes vencem a resistência feminina. Colérica, a própria Palas Atena não pode negar a superioridade do trabalho de Aracne. Após rasgar o pano bordado por sua rival, a deusa transforma-a em aranha, condenando-a a tecer para sempre.

O *trabalho* é o fio que une esses mitos. A tecelã de Freud *trabalha* para confeccionar o véu que encobrirá sua castração, Penélope empenha-se num *trabalho* interminável e Aracne, por fim, tem no *trabalho* uma condenação: deixa de ser mulher para se tornar um reles inseto, sendo o produto de seu trabalho - a teia - exemplo de fragilidade diante dos deuses. Essas três tecelãs indicam diferentes aspectos da relação entre mulher e trabalho? Qual o lugar da mulher para o trabalho? Qual o lugar do trabalho para a mulher?

2. TRABALHO INVISÍVEL: AS TECELÃS DE FREUD

Parece que as mulheres fizeram poucas contribuições para as descobertas e invenções na história da civilização; no entanto, há uma técnica que podem ter inventado – trançar e tecer. Sendo assim, sentir-nos-íamos tentados a imaginar o motivo inconsciente de tal realização. A própria natureza parece ter proporcionado o modelo que essa realização imita, causando o crescimento, na maturidade, dos pêlos pubianos que escondem os genitais (...) Se os senhores rejeitarem essa idéia como fantasiosa e considerarem *idée fixe* a minha crença na influência da falta do pênis na configuração da feminilidade, estarei, naturalmente, sem apoio. (Freud, 1933)

A intrincada relação da mulher com a civilização é tema recorrente na obra de Freud. O trecho de 1933, que nos serve de epígrafe, explicita um importante aspecto: a escassa contribuição da mulher para as descobertas e invenções da humanidade. Quanto ao desenvolvimento das técnicas de trançar e tecer, presume Freud, tais ofícios articulam-se à castração feminina e a sua importância para a sexualidade da mulher. Anos antes, em 1930, Freud sublinhara que a mulher não se mostra talhada para o *trabalho* da civilização, ao contrário, dedica-lhe hostilidade.

A partir dessas asserções, como caracterizar o vínculo da mulher com o trabalho? Afinal, *o que quer uma mulher trabalhadora?*

2.1. Mulher: Continente Negro

Nos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905), Freud atesta que a vida amorosa do homem mostra-se acessível à investigação, enquanto que a da mulher, "em parte por causa da atrofia cultural, em parte por sua discrição e insinceridade convencionais, *permanece envolta numa obscuridade ainda impenetrável*".⁶¹ Na verdade, a sexualidade feminina instigou a mente de Freud desde o início da psicanálise, sendo que sua atitude como pesquisador variou entre ignorar a questão - quando descrevia apenas o Édipo no menino e deduzia que o processo era análogo na menina -, e reconhecer-se impossibilitado de desvendar o mistério encarnado pela mulher. Em "A questão da análise leiga" (1926), afirma que o conhecimento sobre a vida sexual das meninas é insuficiente quando comparado ao que se conhece dos meninos. E conclui: "Mas não é preciso envergonharmo-nos dessa distinção; afinal de contas, a vida sexual das mulheres adultas é um 'continente negro' para a psicologia".⁶²

As razões pelas quais Freud sentiu-se incapaz de avançar em suas pesquisas não são alvo de interesse aqui. Vale, porém, lembrar uma explicação formulada em 1931, na qual atribui sua particular dificuldade em compreender a vida sexual das mulheres à transferência que oculta o vínculo primitivo com a mãe: as analisandas reviviam com Freud a ligação com o pai, mantendo encoberto o pré-Édipo. Tempos depois, acentua novamente que o modelo psicanalítico da sexualidade feminina é "incompleto e fragmentário". Assim, aconselha: aqueles que desejarem saber mais "consultem os poetas".⁶³

Antes de avançar na abordagem da sexualidade feminina e da feminilidade, é importante marcar que a teorização freudiana sobre a diferença sexual oscila entre pressupostos naturalistas e construtivistas, o que certamente afeta a maneira de conceber a mulher. Como assinala Maria Thereza Toledo (1997), os conceitos de masculino e feminino mantêm-se

⁶¹ Freud, S., 1905, p. 142, grifo nosso.

⁶² *Idem*, 1926, p. 242.

⁶³ *Idem*, 1933, p. 165.

imprecisos para Freud, que ora concebe um desenvolvimento predeterminado da sexualidade, ora enfatiza as identificações. Segundo o próprio autor, masculino e feminino são conceitos que “figuram entre os mais confusos da ciência”.⁶⁴

Ainda nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, no mesmo trecho anteriormente citado, Freud afirma que é no par de opostos ativo/passivo que a psicanálise se apoia para abordar a diferença sexual. Assim, o pólo de satisfação pulsional por fins passivos articula-se à sexualidade feminina e o pólo oposto (ativo) à sexualidade masculina. Quanto as manifestações auto-eróticas, estas caracterizam a sexualidade da menina como masculina, uma vez que têm caráter ativo. A sexualidade propriamente feminina (passiva) surge quando, na puberdade, a excitação clitoridiana sucumbe ante ao recalçamento, dando lugar à vagina como zona *erógena privilegiada*.

Freud enfatiza a tendência feminina à passividade:

É certo que já na infância se reconhecem bem as disposições masculinas e femininas; o desenvolvimento das inibições da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão etc.) ocorre nas garotinhas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos; nelas, em geral, a tendência ao recalçamento sexual parece maior, e quando se tornam visíveis as pulsões parciais da sexualidade, *elas preferem a forma passiva*.⁶⁵

Contudo, conforme sublinhamos, Freud não utiliza apenas argumentos naturalistas ou construtivistas na caracterização do masculino/feminino. Na nota de 1915 acrescentada aos “Três ensaios”, afirma: “masculinidade ou a feminilidade puras não são encontradas (...) Cada pessoa exhibe (...) uma conjugação de atividade e passividade”.⁶⁶ Concordamos com Toledo quando esta acentua que o par de opostos ativo/passivo expressa a oscilação freudiana entre pressupostos naturalistas e construtivistas: designa tendências “naturais” de homens e mulheres e, paralelamente, aponta para modalidades de satisfação pulsional disponíveis para todos.

⁶⁴ *Idem*, 1905 [1915], p. 207.

⁶⁵ *Idem*, 1905, p. 206, grifo nosso.

A exemplo de inúmeros outros comentadores, Maria Rita Kehl (1998) assevera que Freud traduz para a esfera psíquica a posição dos dois sexos na cultura de sua época, dividida entre homens inseridos na esfera produtiva (ativos) e mulheres restritas ao lar (passivas). Quando enfatiza a vertente naturalista, Freud despreza a conjuntura social que favorece diferentes constituições subjetivas para meninos e meninas, descrevendo a passividade como uma essência feminina. No entanto, destaca Toledo, Freud faz mais do que situar na esfera psíquica as desigualdades entre os gêneros, dado que também indica a masculinidade e a feminilidade como resultado de uma construção, focalizando o processo identificatório articulado ao complexo de Édipo.

Em sua teorização inicial, o desenrolar do complexo de Édipo é visto de forma análoga para ambos os sexos: "O primeiro amor de uma menina é por seu pai, enquanto os primeiros desejos infantis do menino são pela mãe".⁶⁷ Na verdade, a concepção de uma trajetória edípica simétrica para meninos e meninas está presente em épocas diversas da obra de Freud, sendo que este freqüentemente limita-se a descrever o modelo do menino. É o que se nota no seguinte trecho:

Como vêem, descrevi apenas a relação de um menino para com seu pai e sua mãe. As coisas passam de modo exatamente igual com as meninas, com as devidas modificações: uma afetuosa ligação com o pai, uma necessidade de eliminar a mãe.⁶⁸

As proposições comentadas acima mudam radicalmente em 1925, momento no qual se estabelece a fase pré-edípica na mulher. Cai por terra, definitivamente, o paralelo entre o Édipo de meninos e meninas.

Como observa Cláudia Garcia (1993), o pré-Édipo parece ocupar a mesma centralidade que o Édipo possui na dinâmica sexual do menino: se para ele a dificuldade está na saída do Édipo, no caso da menina os maiores

⁶⁶ *Idem*, 1905 [1915], p. 207.

⁶⁷ *Idem*, 1900, p. 254.

⁶⁸ *Idem*, 1916 [17], p. 389.

obstáculos estão na saída do pré-Édipo. Este designa a “longa história do complexo de Édipo”⁶⁹, que passa a ser entendido como uma formação secundária.

Em ambos os casos [meninos e meninas], a mãe é o objeto original [de amor], e não constitui causa de surpresa que os meninos retenham esse objeto no complexo de Édipo. Como ocorre, então, que as meninas o abandonem e, ao invés, tomem o pai como objeto? Perseguindo essa questão pude chegar a algumas conclusões capazes de lançar luz exatamente sobre a *pré-história da relação edipiana nas meninas*.⁷⁰

Se, para o menino, a ameaça de castração articula-se à saída do complexo de Édipo, para a menina dá-se o inverso: é justamente a castração que a conduz a essa triangulação. Todavia, para que a menina ingresse no Édipo, é preciso abandonar a zona erógena privilegiada (clitóris) e a mãe como objeto original de investimento. A inveja do pênis é indicada por Freud como desencadeador dos sentimentos contra a masturbação clitoridiana, processo que anuncia o recalque que, na puberdade, “extinguirá grande quantidade da sexualidade masculina na menina, a fim de dar espaço ao desenvolvimento de sua feminilidade”.⁷¹

Ao ver-se ferida em seu narcisismo pela inveja do pênis, a mulher “desenvolve como cicatriz um sentimento de inferioridade”⁷². Outra conseqüência é o afrouxamento da relação afetiva da menina com a mãe, uma vez que esta é “culpada” por tê-la trazido ao mundo “insuficientemente aparelhada”. Não ter recebido o órgão sexual “adequado” é o principal motivo que leva a menina a renunciar à mãe.

A inveja do pênis, que representa nas mulheres o complexo de castração, é descrita por Freud nas seguintes palavras:

⁶⁹ *Idem*, 1925, p. 313.

⁷⁰ *Idem*, p. 312.

⁷¹ *Idem*, p. 317.

⁷² *Idem*, p. 315.

Elas notam o pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, notavelmente visível e de grandes proporções, e imediatamente o identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; *dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis.*⁷³

De forma sintética, Freud define a reação peremptória da menina diante do pênis: "Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo".⁷⁴

Pouco antes do texto de 1925, em "Organização genital infantil" (1923b), Freud indica o momento no qual os genitais tornam-se fonte privilegiada de prazer. Destaca que, *para crianças de ambos os sexos*, dá-se o seguinte: "entra em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*".⁷⁵

Se apenas o órgão masculino existe para a criança, o genital da mulher não representa outro sexo, sendo interpretado como resultado da castração. O termo *falo* é, então, a representação psíquica de um único órgão que pode estar presente ou ausente. A criança não diferencia o genital feminino do masculino, dividindo o mundo entre pessoas valorizadas (que tem o *falo*) e seres desprezíveis (castrados). Na dinâmica inconsciente, apenas as mulheres desvalorizadas são desprovidas de pênis, enquanto aquelas respeitadas pela criança, como a mãe, o retém por muito tempo.

Como vimos, a inveja do pênis leva a menina a afastar-se da masturbação clitoridiana e da mãe como objeto de amor, o que irá conduzi-la à "feminilidade". Entretanto, Freud reconhece que este não é o único destino possível, discutindo outras possibilidades identificatórias. Ao contato com a castração, as meninas podem responder de formas diferentes, o que se explicita nas três possíveis linhas de desenvolvimento para a mulher apresentadas em 1931 e retomadas em 1933.

⁷³ *Idem*, 1925, p. 313, grifo nosso.

⁷⁴ *Idem*, p. 314.

⁷⁵ *Idem*, 1923b, p. 180.

A primeira saída apontada para a mulher é a histeria/frigidez. Resumidamente, esta consiste no seguinte: em virtude da inveja do pênis, a menina - que até então ostentava uma intensa masturbação clitoridiana (fálica) e tinha a mãe como objeto de amor -, abre mão da sexualidade masculina e ativa e, também, de uma boa parte de suas inclinações sexuais em geral.

A segunda saída possível para a mulher é o complexo de masculinidade. Identificada à mãe fálica ou ao pai, a menina conserva - e até exacerba - sua masculinidade pré-edípica, mantendo a atividade masturbatória clitoriadiana. Desse modo, "evita-se a afluência da passividade que abre caminho à mudança rumo à feminilidade".⁷⁶

Por fim, a terceira saída apresentada por Freud é o caminho para a feminilidade "normal". Ao tomar o pai como objeto, a menina poderá dirigir-se para a forma feminina do Édipo.

Já em 1917, assevera que o desejo de possuir um pênis "é substituído pelo desejo de um bebê (...) É como se tais mulheres tivessem compreendido (...) que a natureza dá bebês às mulheres como substitutos para o pênis que lhes negou"⁷⁷. Na equação pênis/falo = bebê, a feminilidade equivale à maternidade.

Em 1933, Freud reafirma o vínculo entre feminilidade e maternidade:

O desejo que leva a menina a voltar-se para o seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis consoante uma primitiva equivalência simbólica.⁷⁸

A saída do Édipo para a mulher torna-se praticamente impossível na perspectiva de Freud, dado que o filho não passa de um substituto do pênis que ela esperava receber do pai. Kehl (1998) nota que, por um lado, a

⁷⁶ *Idem*, 1933, p. 159.

⁷⁷ *Idem*, 1917, p. 161.

⁷⁸ *Idem*, 1933 [1932b], pp. 157-158, grifo nosso.

masculinidade das mulheres deve ser recalcada para dar lugar à feminilidade mas, por outro lado, tal feminilidade se sustenta na teoria freudiana como mera estratégia para reconquistar o falo. Nas palavras do próprio Freud: "Talvez devêssemos identificar esse desejo do pênis como sendo, *par excellence*, um desejo feminino".⁷⁹

Quanto as linhas de desenvolvimento para a mulher apresentadas em 1931 e 1933, a atitude feminina "normal" articula-se à heterossexualidade, à maternidade como realização máxima e ao predomínio da satisfação pulsional por fins passivos. Ser mãe é o "destino" da feminilidade, e não uma dentre tantas outras satisfações ou realização possíveis para as mulheres na cultura.

2.2. Filhas da Natureza, Hostis à Cultura

Após enfatizar que o modelo freudiano consolida a *invisibilidade* da mulher ao propor a maternidade como saída para a feminilidade "normal", focalizaremos agora aspectos da relação entre mulher e cultura. Vale destacar alguns pontos cardeais da perspectiva de Freud, relacionados em 1933: a mulher possui um superego "prejudicado"; escasso senso de justiça; capacidade sublimatória limitada; interesses sociais "débeis". É sobre este último que nos deteremos aqui.

A origem do limitado interesse social da mulher é examinada na obra "O mal-estar na civilização" (1930), na qual Freud trata do inevitável antagonismo entre as exigências da pulsão e as restrições da civilização, indagando a respeito das dificuldades da humanidade em conquistar a felicidade. Nesse estudo, a problemática feminina relaciona-se ao papel do amor no laço social.

Freud indica que a vida comunitária teve um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho (criada pela necessidade de encontrar alimento, abrigo etc.) e o "poder do amor" (o homem reluta em privar-se da mulher, seu objeto sexual, enquanto esta reluta em separar-se dos filhos). Assim, conclui

⁷⁹ *Idem*, 1933 [1932b], p. 158.

Freud, trabalho e amor, sobretudo este último, atuam agregando as pessoas desde a proto-história da humanidade.

O amor que fundou a família continua a operar na civilização, tanto em sua forma original, em que não renuncia à satisfação sexual direta, quanto em sua forma modificada, como afeição inibida em sua finalidade. Em cada uma delas, continua a realizar sua função de reunir consideráveis quantidades de pessoas, de um modo mais intensivo do que o que pode ser efetuado através do interesse pelo trabalho em comum.⁸⁰

Após localizar o amor na origem do laço social, Freud deduz que, com o passar do tempo, a relação deste com a civilização torna-se ambígua. O amor passa a representar uma barreira aos interesses da civilização e, conseqüentemente, esta lhe impõe inúmeras restrições. Tal incompatibilidade expressa-se, por exemplo, no conflito entre a família e a comunidade maior à qual o sujeito pertence. Enquanto a civilização pressupõe a reunião das pessoas em grandes unidades, a família obstaculiza esse intento: "Quanto mais estreitamente os membros de uma família se achem mutuamente ligados, com mais freqüência tendem a se apartarem dos outros e mais difícil lhes é ingressar no círculo mais amplo da cidade"⁸¹. O amor sensual, por sua vez, torna o casal uma unidade autônoma; dois amantes se bastam, sendo a presença de terceiros algo perturbador para um idílio. Freud arremata: "Para que esses objetivos [da civilização] sejam realizados, faz-se inevitável uma restrição à vida sexual".⁸²

O paradoxo que caracteriza o papel do amor na coesão social – ora agregador, ora desagregador – estende-se ao vínculo da mulher com a civilização.

⁸⁰ *Idem*, 1930, p. 123.

⁸¹ *Idem*, *Ibidem*.

⁸² *Idem*, p. 130.

Além do mais, as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora – as mesmas mulheres que, de início, estabeleceram os fundamentos da civilização pelas reivindicações de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual. O trabalho da civilização tornou-se cada vez mais um assunto masculino, confrontando os homens com tarefas cada vez mais difíceis e compelindo-os a executarem sublimações instintivas de que as mulheres são pouco capazes.⁸³

Amor e trabalho, que estão na origem do laço social, vinculam-se aos sexos de forma diferente: enquanto as mulheres defendem os interesses da família e da vida sexual, aos homens cabe o trabalho da civilização. Freud acentua, ainda, que a execução das tarefas estritamente “masculinas” ocorrerão às expensas da sexualidade, dado que a quantidade de energia psíquica é limitada. O argumento de Freud nesse momento pode ser sintetizado da seguinte maneira: quanto mais “civilizado”, menos “sexualizado” é o homem. Por meio da amizade (amor inibido em sua finalidade) ou do trabalho conjunto, os homens vinculam-se fortemente uns aos outros, diminuindo seu investimento libidinal na relação com o sexo oposto e com os próprios filhos. Tal arranjo tem amplas conseqüências na relação da mulher com a civilização, isto é, com o mundo “masculino”: “... a mulher se descobre relegada a segundo plano pelas exigências da civilização e adota uma atitude *hostil* para com ela”.⁸⁴

Kehl (1996) observa que a mulher descrita por Freud é a grande solapadora do pacto civilizatório, visto que requer a atenção do homem para a família em detrimento das “difíceis” tarefas que este precisa executar em prol da cultura. A autora lembra que em “Totem e Tabu” (1913), texto no qual Freud constrói um mito para explicar a origem da lei de interdição do incesto, a mulher é apresentada como mero objeto de disputa que motiva o pacto civilizatório, e não como partícipe deste.

Nas palavras de Kehl:

⁸³ *Idem*, p. 124, grifo nosso.

⁸⁴ *Idem*, *Ibidem*.

A mulher, neste mito, não tem o lugar do sujeito. É o *objeto* do desejo, ao mesmo tempo o objeto-tabu e o objeto tornado acessível pela nova lei. Não é responsável pelo pacto civilizatório.⁸⁵

Em contraponto à perspectiva de Freud - que realça o papel da mulher como antagonista da cultura e menospreza suas contribuições -, vale reproduzir uma nota que Simmel acrescenta ao artigo "Cultura feminina" (1902b), a propósito das idéias do professor Breysig. Nessa nota, apresenta uma perspectiva diferente de Freud, declarando que a própria "alma masculina" é "produto" do trabalho feminino. Esta seria a contribuição cultural "original e objetiva" das mulheres.

As influências, as formações e transformações vindas das mulheres, graças às quais a alma masculina é justamente aquilo que ela é, decorrem da cultura objetiva tanto quanto o fenômeno da pedagogia, ou a ação legal dos humanos uns sobre os outros, ou ainda o trabalho de um artista sobre o material dado. De fato, na feitura da alma masculina, as mulheres se exprimem, criam um produto unicamente possível através delas (...) se elas dão sua contribuição cultural modelando qualitativamente a vida dos homens, isso significa que encontram neles sua matéria-prima.⁸⁶

Se, de acordo com Freud, o trabalho das mulheres na cultura é inferior ao dos homens, o texto destacado acima induz a outro ponto de vista: a participação feminina na cultura é intensa, o que irá se revelar através da "alma masculina". Dar forma a um "produto" que as exprime e, paralelamente, também as oculta, determina o *trabalho invisível* do gênero feminino?

⁸⁵ Kehl, M. R., 1996, p. 34.

⁸⁶ Simmel, G., 1902b, p. 212.

3. TRABALHO INTERMINÁVEL: AGONIA DE PENÉLOPE

Replicou-lhe Penélope, a mais cordata das mulheres: (...) Os pretendentes urgem minhas núpcias e eu defendo-me com o tecido de minhas artimanhas. Primeiramente, um deus inspirou-me a idéia de armar, em meu aposento, um grande tear e ir tecendo um véu sutil e comprido (...) Que não se percam todos esses fios. (...) Desde então, durante o dia, lidava na imensa teia; e, de noite, à luz das tochas, desmanchava-a. Por essa forma, consegui, durante três anos, encobrir meu ardil. (Homero, *Odisséia*)

No estudo da relação entre mulher e trabalho, a questão da administração do tempo ganha grande destaque. Mantendo-se como principal responsável pelos serviços de casa e cuidado dos filhos, a conciliação entre o período dedicado às esferas reprodutiva e produtiva é uma difícil tarefa que se impõe à mulher.

Lasch (s/d), ao discutir a participação da mulher norte-americana no cotidiano da cidade, considera grave erro imaginar que esta se iniciou no trabalho e na vida pública somente a partir de 1960. Para apoiar seu argumento, o autor focaliza dados quantitativos sobre a intensa participação feminina na vida urbana através do trabalho voluntário, cujo ápice foi entre o final do século XIX e início do século XX. A Associação dos Clubes Femininos, por exemplo, chegou a ter dois milhões de sócias em 1910 e, em 1920, a Liga Feminina Cristã Antialcoólica contava com quase um milhão de participantes. O

voluntariado tornou-se acessível às mulheres na medida em que o cuidado dispensado aos filhos diluía-se na família extensa e, também, entre membros da comunidade que se revezavam informalmente na atenção às crianças. Além disso, essa modalidade de trabalho caracterizava-se por horários bastante maleáveis.

Quando inúmeras famílias norte-americanas encaminharam-se para os subúrbios no pós-guerra, as antigas redes de sociabilidade desfizeram-se e as mulheres perderam a possibilidade de dividir o cuidado dos filhos com outros parentes outrora próximos e com os vizinhos. O cuidado profissional (creches, amas-secas etc.) era um ônus financeiro que dificultava a dedicação feminina às tarefas não remuneradas. O autor ressalta, ainda, que os subúrbios eram afastados da cidade, contribuindo para o isolamento da mulher.

Apesar de sua extrema importância, frisa Lasch, essa etapa da história é freqüentemente desconsiderada por estudiosos que valorizam demasiadamente o assalariamento, o que impede o reconhecimento do voluntariado como um autêntico trabalho das mulheres de então. Findo o período de maior efervescência do voluntariado, as mulheres norte-americanas de classe média incorporaram-se progressivamente à força de trabalho paga, provocando ampla repercussão não só para estas mas, também, para a própria esfera produtiva.

Segundo Sennett (1999), a flexibilização do tempo necessário para o desempenho das tarefas produtivas surgiu com a entrada maciça das mulheres da classe média na força de trabalho paga. Necessitando de horários maleáveis em função das exigências da esfera doméstica, essas trabalhadoras favoreceram a implementação do *flexitempo* que, desse modo, representa uma das importantes transformações acarretadas pela mão-de-obra feminina na organização do trabalho.

Originalmente, o *flexitempo* contemplava apenas as necessidades das mulheres, porém, essas mudanças acabaram transcendendo a questão de gênero, possibilitando também aos homens o acesso a horários mais elásticos. O *flexitempo* existe sob três formas, sendo que a mais simples dá-se pela

variação do turno cumprido na empresa. Outra possibilidade é quando o tempo de execução das tarefas é comprimido, ou seja, o trabalhador executa em poucos dias o que faria em uma semana. Por fim, a terceira forma do flexitempo é o trabalho em casa.

Autores como De Masi (2000) comemoram as vantagens trazidas pela implementação do flexitempo, o que estaria permitindo ao capitalismo conciliar alta produtividade e falta de sincronização, levando em conta os biorritmos individuais. Com o flexitempo, o turno fixo deu lugar a um mosaico de pessoas trabalhando em turnos diferentes e de forma mais individualizada. Entretanto, para Sennett, apesar de sugerir uma ampla e democrática reformulação da rotina padronizada do trabalho, o flexitempo é algo bem diferente do que parece à primeira vista. Segundo o autor: "Nos Estados Unidos, homens e mulheres brancos de classe média têm hoje mais acesso a horários flexíveis de trabalho que os que trabalham em fábricas, ou os trabalhadores hispânicos".⁸⁷

O flexitempo é concedido apenas a um determinado segmento de trabalhadores "privilegiados". Não se constituindo em um direito trabalhista, é distribuído de forma desigual e racionada. Sennett vai além em sua crítica: ao invés de dar maior liberdade, o flexitempo torna-se parte das novas formas de controle do trabalhador. Assim, apesar de ser encarado como "recompensa", este mantém o trabalhador sob o domínio da instituição. O trabalho em casa, exemplo máximo do flexitempo, tem por trás de si uma enorme rede de controle (telefone, e-mail etc.). Na verdade, a fiscalização é tão intensa para quem trabalha em casa quanto para quem permanece no escritório.

Os trabalhadores, assim, trocam uma forma de submissão ao poder - cara a cara - por outra, eletrônica (...). A *lógica métrica* do tempo de Daniel Bell passou do relógio de ponto para a tela do computador. O trabalho é fisicamente descentralizado, o poder sobre o trabalhador mais direto.⁸⁸

⁸⁷ Sennett, R., 1999, p. 67.

⁸⁸ *Idem*, p. 68.

Outra questão importante que se articula ao trinômio mulher/trabalho/tempo é o surgimento, no início da década de 80, do trabalho em tempo parcial (*part-time*). E se o flexitempo é um efeito causado pela entrada das mulheres na esfera produtiva, o *part-time* – que resulta da dispensabilidade do trabalho vivo –, atinge predominantemente às mulheres. Portanto, alerta Margarete Maruani (1999), o trabalho em tempo parcial é um tempo de crise, não podendo ser encarado como uma feliz conciliação entre vida familiar e profissional. Ao contrário de autores como Rifkin (1995)⁸⁹, Maruani não acredita que o *part-time* seja fruto da reivindicação das mulheres e pergunta: “Quais mulheres? Dentro de quais condições? Por quais salários? Com quais horários?”⁹⁰

Na França, as mulheres representam cerca de 85% da mão-de-obra que atua em tempo parcial, taxa que varia entre 76% e 90% na União Européia. Ao longo dos anos, o tempo parcial virou, de fato, uma forma de subemprego reservada às mulheres. Para Maruani, tal processo de pauperização seletiva permanecerá invisível enquanto este modo de inserção no trabalho for encarado como uma conquista feminina.

Com o salário diminuído e o vínculo empregatício instável, a mulher muitas vezes trabalha em mais de um local. Ao retornar para casa, cumpre outra jornada, pois continua como principal responsável pela esfera reprodutiva. Cabe destacar, ainda, que a mulher contemporânea vê-se às voltas com mais uma tarefa árdua: a “jornada da beleza”, associada a uma excessiva valorização do corpo.

Assim, apesar do assalariamento ter garantido uma relativa autonomia financeira, a entrada na produção representou um extraordinário acréscimo de tarefas, não acarretando nova divisão do trabalho entre os gêneros. Trabalho interminável? De acordo com dados apresentados no *Le Monde*, em um suplemento especial publicado em 1999, a dupla (tripla?) jornada leva as mulheres a trabalharem mais do que os homens em quase todas as

⁸⁹ Cf. segmento 1.4. desta dissertação.

⁹⁰ Maruani, M., 1999, p. 36. No original: *Quelles femmes? Dans quelles conditions? Pour quels salaires? Avec quels horaires?*

sociedades, sendo que essa diferença é ainda maior nas zonas rurais e nos países subdesenvolvidos. Mais trabalho, menor salário: essa é a escolha das mulheres?

3.1. Gênero e Subjetividade

Em 1958, Lawrence Kohlberg realiza um estudo empírico que o aproxima das conclusões de Freud sobre os prejuízos do superego feminino (1925, 1933). Entendendo o juízo moral como produto do desenvolvimento lógico e do grau de percepção do semelhante, Kohlberg busca avaliá-lo em meninos e meninas através de uma escala que varia quanto ao nível de submissão às regras e às expectativas da autoridade/sociedade. A escala de Kohlberg divide-se em três níveis, a saber: 1) Nível pré-convencional: o indivíduo ainda não compreende as regras e expectativas sociais (estágios I e II); 2) Nível convencional: o indivíduo submete-se às regras e expectativas da autoridade/sociedade (estágios III e IV); 3) Nível pós-convencional: o indivíduo pauta-se pelos princípios universais de justiça, não se limitando às convenções (estágios V e VI).

A estrutura do pensamento moral é avaliada por Kohlberg através do "dilema de Heinz", situação hipotética a partir da qual são formuladas perguntas apropriadas à aplicação da escala acima descrita. Neste dilema, um homem chamado Heinz reflete se deve ou não roubar um medicamento para salvar a vida de sua mulher enferma. O farmacêutico recusa-se a vender o medicamento por um preço acessível a Heinz e, apesar da gravidade da situação, este hesita em roubá-lo.

Aplicado o teste em crianças do sexo masculino e feminino, dentre elas Amy e Jake, Kohlberg chegou às seguintes conclusões: ao defender que Heinz deveria roubar o remédio, Jake levou em conta as leis e avaliou sua importância para manter a ordem social, porém, reconheceu que estas, sendo um produto do homem, são passíveis de erro e não podem sobrepor-se ao

direito à vida. As respostas do menino situam-se entre os estágios III e IV, sendo que a análise global do teste aproxima-o do ápice do desenvolvimento moral (nível pós-convencional).

As respostas de Amy diferenciam-se muito das de Jake. A avaliação de Kohlberg sugere que ela é insegura, falha no raciocínio lógico, não pensa por si mesma, desconsidera a lei ou a propriedade, detendo-se apenas nos efeitos que o roubo traria sobre a relação entre Heinz e a esposa. Kohlberg conclui que Amy situa-se abaixo de Jake, oscilando entre os estágios II e III e permanecendo no nível convencional.

As idéias de Kohlberg são amplamente comentadas por Carol Gilligan (1983) em um estudo que contempla o desenvolvimento moral da mulher. A autora deduz que os pressupostos equivocados deste autor levaram-no a interpretar a tendência feminina à relação e à associação como indicador de um desenvolvimento moral incompleto. A diferença qualitativa que marca os valores morais e éticos de meninos e meninas tornou-se *invisível* para Kohlberg, uma vez que este se pautou unicamente por princípios elaborados a partir de padrões masculinos.

Ao contrário de Kohlberg, Gilligan acentua que há uma lógica diferente que rege as respostas de Amy e Jake. Enquanto o menino propõe uma solução impessoal para o dilema de Heinz, algo mediado por termos lógicos e pela justiça, Amy acredita na comunicação humana, apostando, por exemplo, que o farmacêutico cederia o remédio a Heinz caso percebesse que salvaria uma vida humana dessa maneira. A menina não trata o dilema como um problema matemático, pois enfatiza as conexões entre as pessoas ao invés de deter-se em um sistema de regras.

Gilligan sintetiza a questão da seguinte maneira: a concepção de moralidade para a mulher baseia-se no cuidado e nas relações, isto é, a moral centra-se num conflito de responsabilidades e não num conflito de direitos, pois a ênfase nas relações sobrepuja a dedicação à princípios abstratos. Para resolver problemas morais, a mulher tenderá a utilizar um pensamento contextual e descritivo. Quanto ao homem, sua concepção de moralidade

ênfatiza a separação e o individual em detrimento dos vínculos e das relações humanas. Diante de uma questão moral, o homem recorrerá ao pensamento formal e abstrato.

Por não perceber que as respostas de Amy e Jake indicavam lógicas diferentes, Kohlberg rotulou os argumentos da menina como inferiores. Sua expectativa era de que ela respondesse se Heinz deveria ou não roubar o medicamento, assim como fez Jake, porém, esta recompõe o problema segundo novos termos e indaga sobre alternativas. Amy pondera:

*- Se ele roubar o remédio, ele poderá salvar a vida dela, mas se ele fizer isso, ele poderá ir para a cadeia, e depois sua mulher pode ficar doente de novo, e ele não poderá conseguir mais remédios, e isso pode não ser bom. Então, eles precisam conversar e achar outra forma de conseguir o dinheiro.*⁹¹

O que Kohlberg julgou como incapacidade para responder o problema tratava-se, na verdade, de uma busca por solução mais adequada. Jake centra-se no conflito entre a vida e a propriedade – o que ele resolve por dedução lógica – enquanto Amy tenta reparar a ruptura nas relações. Gilligan ênfatiza que o idioma moral próprio às mulheres não significa desenvolvimento atrasado, ao contrário, revela grade eloquência. O não reconhecimento da diferença entre esses "dialetos" morais taxa o gênero feminino como inferior, assim como fez Kohlberg em sua análise.

Por séculos, salienta Gilligan, propagaram-se teorias apoiadas unicamente em parâmetros masculinos. O silêncio da mulher na cultura, sua invisibilidade, perpetua-se quando vigora a crença de que há um único modo válido de experiência social e interpretação. Para a autora, somente através do questionamento dessa univocidade poderemos reconhecer uma voz diferente que anuncia a *ética do cuidado* - calcada no laço entre relação e responsabilidade -, e que se distancia da *ética da justiça* que serve de lume ao mundo masculino.

⁹¹ Apud Gilligan, C., 1983, p. 28. No original: *if he stole the drug, he might save his wife then, but if he did, he might have to go to jail, and then his wife might get sicker again and he couldn't get more of the drug, and it might not be good. So, they should really just talk it out and find some other way to make the money.*

Assim como no estudo empreendido por Gilligan, Nancy Chodorow (1978) também aborda a problemática do gênero feminino. Enquanto Gilligan critica as teorias do desenvolvimento evidenciando a perspectiva da mulher, Chodorow investiga os efeitos da maternagem⁹² em meninos e meninas e rebate pressupostos freudianos que naturalizam esta função. De acordo com sua hipótese, é a partir da maternagem exclusiva das mulheres que se reproduz o lugar social superior para o masculino em detrimento do feminino.

No âmbito da reprodução, Chodorow chama a atenção para o fato de que as mulheres não se diferenciam dos homens apenas por gerar os filhos, pois também assumem o cuidado inicial do bebê e passam mais tempo com este. Refutando argumentos apoiados na biologia e na anatomia, a autora frisa que a capacidade de dar à luz e amamentar não justifica a maternagem exclusiva das mulheres, equívoco que a própria psicanálise contribuiu para perpetuar. O pressuposto finalista de que a "anatomia é o destino" (Freud, 1924) e a feminilidade "normal" atrelada à maternidade (Freud, 1931, 1933) colaboraram para obscurecer o que realmente condiciona o exercício desta função em nossa cultura.

Para discutir a relação entre a maternagem exclusiva das mulheres e a desigualdade social dos gêneros, Chodorow recorre a autores que também criticam os pressupostos naturalistas de Freud, dentre eles Robert Stoller (1993). O termo *identidade de gênero*⁹³, cunhado por Stoller, é utilizado por Chodorow em seu estudo. Todavia, enquanto Stoller se propõe somente a investigar as conseqüências subjetivas da maternagem (relação mãe-bebê), Chodorow traz à tona as relações de poder entre os gêneros.

Vale retomar, brevemente, os comentários de Stoller a respeito de algumas afirmações de Freud, visto que seus argumentos reforçam a hipótese de Chodorow sobre os efeitos da maternagem exclusiva das mulheres.

⁹² Por maternagem (*mothering*), a autora entende os cuidados dispensados aos bebês, isto é, tudo aquilo que visa alimentá-los, ampará-los, socializá-los, tarefas que poderiam ser executadas por homens e mulheres indistintamente. Embora a edição brasileira utilize o neologismo *maternação* para traduzir *mothering*, optamos por *maternagem*, uma vez que se trata de um termo consagrado.

⁹³ Opondo-se a qualquer determinação biológica, Stoller utiliza o termo *identidade de gênero* para resumir um comportamento psicologicamente motivado, que remete à construção de uma identidade

Em "Psicologia de grupo e a análise do ego" (1921), ao descrever a identificação como o mais primitivo laço afetivo com um objeto, Freud acentua que o menino toma o pai como ideal: "um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal."⁹⁴ Paralela a identificação com o pai, a relação do menino com a mãe resume-se a "uma catexia de objeto sexual".

Anos mais tarde, em "O ego e o id" (1923), Freud reafirma a identificação primária exclusiva com o pai, isto é, uma identificação direta e imediata que antecipa qualquer catexia objetual. Não aprofundaremos, no presente estudo, as questões que podem ser depreendidas a partir desses dois importantes trechos da obra de Freud. Ressaltaremos, porém, que uma nota de rodapé do mesmo texto sugere a identificação primária com a mãe. Nesse momento, Freud indica que talvez fosse mais seguro pressupor que a identificação primária ocorre "com os pais" (e não apenas com o pai), pois antes do reconhecimento da diferença sexual a criança não faz distinção de valor entre pai e mãe.

O *insight* que poderia redundar na investigação da identificação primária com a mãe é lamentavelmente interrompido, pois logo em seguida Freud assevera: "A fim de simplificar minha apresentação, debatarei apenas a identificação com o pai".⁹⁵ Dito isso, segue na descrição de que a origem do ideal do ego repousa na "mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação *com o pai* na sua própria pré-história pessoal".⁹⁶

Opondo-se às idéias de Freud, Stoller descreve a *feminilidade primária* ou *protofeminilidade* como a primeira fase da identidade de gênero em meninos e meninas, ou seja, um momento inicial de fusão com a mãe no qual não há distinção de fronteiras anatômicas ou psíquicas. Esse período *feminilizador* propicia uma identificação primária ou pré-verbal com a mãe, acarretando conseqüências diferentes para cada sexo: a identificação facilitaria a

masculina ou feminina apoiada em identificações. O interesse de Stoller pela problemática da sexuação nasceu de sua vasta experiência clínica com transexuais.

⁹⁴ Freud, S., 1921, p. 133.

⁹⁵ *Idem*, 1923^a, p. 45.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, grifo nosso.

construção da feminilidade da menina, tornando-se, para o menino, um obstáculo na elaboração da masculinidade. Nas palavras do autor: "Estes processos favorecedores da feminilidade colocam em risco a identidade de gênero nuclear do menino, não da menina".⁹⁷

Se o árduo caminho para a feminilidade, enfatizado por Freud, articula-se aos percalços inerentes à escolha objetal heterossexual - é preciso abandonar o clítoris (zona erógena privilegiada) e a mãe como objeto de investimento -, a difícil construção da masculinidade deve-se ao estabelecimento da *identidade de gênero*. Contudo, na perspectiva de Chodorow, o período *feminizador* como obstáculo para a construção da masculinidade não é algo inescapável, mas uma consequência da maternagem exclusiva das mulheres.

Imerso em um mundo feminino, o menino precisará distinguir-se da mãe com excessivo rigor. Sua masculinidade não é formulada positivamente, mas em oposição à feminilidade. Assim, irá esquivar-se das qualidades tidas como femininas: "rejeita e desvaloriza as mulheres e tudo o que ele considera ser feminino no mundo social".⁹⁸ Para a autora, o desprezo dos meninos pelas mulheres não é, como afirmou Freud, resultado das diferenças anatômicas⁹⁹, mas uma forma de livrá-lo da *feminilidade que está dentro dele próprio*.

A excessiva presença da mãe resulta da relativa ausência do pai e cuidado quase que exclusivamente materno prestado por uma mulher isolada num lar nuclear. Cria, nos homens, desprezo e pavor pelas mulheres (...) Por esses mesmos processos os homens vêm rejeitar, desvalorizar, e até mesmo ridicularizar as mulheres e coisas femininas.¹⁰⁰

No âmbito de um lar dominado pela figura da mãe e na ausência de um modelo masculino continuamente disponível no cuidado, Chodorow salienta

⁹⁷ Stoller, R., 1993, p. 124.

⁹⁸ Chodorow, N., 1990 [1978], p. 227.

⁹⁹ A primeira reação do menino ante os genitais da mulher é de rejeitar a ausência do pênis. Somente mais tarde, ao ver-se tomado pela ameaça de castração dirigida contra ele próprio, a observação ganha novo sentido, isto é, força-o a acreditar na realidade da ameaça. Freud descreve duas respostas desenvolvidas pelo menino nesse momento, sublinhando que estas podem tornar-se fixas: "horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela" (1925, p. 314).

¹⁰⁰ Chodorow, N., 1990 [1978], p. 231.

que a construção da masculinidade dá-se através da *identificação posicional*, enquanto que a feminilidade constrói-se pela *identificação pessoal*. Se a *identificação posicional* está marcada pela distância entre os processos afetivos e o aprendizado das funções de gênero, no caso da *identificação pessoal* observa-se forte elo entre ambos.

A *identificação pessoal* ou *posicional* não é exclusiva para cada sexo. Na verdade, a *identificação pessoal* é preferencialmente escolhida por qualquer criança, sendo facilitada apenas para a menina uma vez que a mãe, seu duplo de gênero, está mais presente que o pai no cuidado diário. Chodorow resume a questão da seguinte forma: os meninos identificam-se com o estereótipo cultural masculino – a construção da masculinidade não é fortemente mediada pela relação afetiva com o pai –, e as meninas identificam-se com suas mães num contexto particular e afetivo.

Os entraves na construção da masculinidade não se devem à complexidade inerente às tarefas tidas como “masculinas” (mundo do trabalho), mas ao fato do menino ter a mãe como principal cuidador. Inúmeros ritos de passagem, presentes em diferentes sociedades, visam ao rompimento radical entre o mundo feminino da infância (esfera privada) e o mundo masculino do adulto (esfera pública). A violência que freqüentemente acompanha tais rituais deve-se à barreira que a identificação feminina impõe à construção da masculinidade.

Segundo Rosiska de Oliveira (1991), embora o fenômeno de iniciação comporte múltiplas leituras, sua significação profunda gira em torno de um eixo comum:

Quer a iniciação exorcize a parte do feminino que cada jovem traz em si para confirmá-lo na virilidade, quer ela sirva para retirar a criança da mãe e vinculá-la à classe dos homens, quer ela faça o jovem esquecer o tempo da inocência doméstica e sua vivência no mundo das mulheres (...) quer sancione a passagem da natureza para a cultura, do espaço privado para o espaço público (...) ela

reafirma sempre uma polaridade fundamental: *o feminino é o infantil e o natural, o masculino é o adulto e o social.*¹⁰¹

Quanto às dificuldades na construção da feminilidade, Chodorow acentua: após se identificar com a mãe para construir sua feminilidade, a menina deverá separar-se dela (identificação primária), embora mantendo e construindo uma identificação secundária. Se, por um lado, a feminilidade é favorecida pela "continuidade" com a mãe proporcionada pela maternagem, por outro lado, a menina irá deparar-se com o desvalor atribuído à mulher na cultura, algo que poderá obstaculizar sua identidade de gênero. É disso que trata Emilce Dio Bleichmar (1988) ao descrever a histeria como um transtorno narcisista de gênero, tema abordado no próximo capítulo.

Vale retomar a pergunta que motiva o estudo de Chodorow: *por que as mulheres maternam?* Ora, a qualificação para maternar está teoricamente ao alcance de ambos os sexos, visto que esta se estabelece no relacionamento com o cuidador primário no pré-Édipo. Tal relação propiciará ao adulto "a capacidade básica para participar num relacionamento com os aspectos do primitivo relacionamento pais-filho, como o desejo para criar essa intimidade"¹⁰². Todavia, a qualificação para maternar, que deveria desenvolver-se para homens e mulheres indistintamente, esbarra no fato da maternagem ser desempenhada exclusivamente pela mãe, o que tem como corolário uma masculinidade que necessita esquivar-se do feminino. O vínculo do pré-Édipo torna-se significativamente diferente para os gêneros: a base relacional necessária a maternagem é ampliada nas mulheres e inibida nos homens que, por sua vez, sentem-se mais separados e distintos de outros.

Quando os homens fazem o trabalho caseiro – lavar pratos, fazer compras, pôr crianças na cama -, essa atividade é em geral organizada e delegada pela esposa/mãe, que mantém a *responsabilidade residual* (os homens *assistem* seus próprios filhos; as mulheres cuidam). Os pais, embora se relacionem com os filhos, o fazem para criar 'independência'. Isso é instrumentado pela

¹⁰¹ Oliveira, R. D., 1991, p. 36, grifo nosso.

¹⁰² *Idem*, p. 257.

socialização anterior do pai para repressão e negação de relação, e sua participação normal no mundo público não relacional.¹⁰³

Assim, enquanto as mulheres qualificam-se para a reprodução, onde as tarefas são marcadas por vínculos pessoais e afetivos (esfera privada), os homens qualificam-se para um trabalho produtivo no qual tais vínculos são indesejáveis (esfera pública). Um peso, duas medidas. Ao “demasiado de mãe”¹⁰⁴ que caracteriza o cuidado primário – igual para meninos e meninas – surgem resultados bem diversos: as mulheres maternam porque foram maternadas por mulheres e os homens, porque também foram maternados por mulheres, têm sua “qualificação” para maternar reduzida e sua “qualificação” para o mundo do trabalho aumentada.

3.2. Mulher Trabalhadora: Preciosa Diferença

Durante longo tempo, a organização da família e do trabalho mantiveram-se como campos de estudo incomunicáveis na tradição sociológica, algo que contribuiu para que não viesse à tona a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e no trabalho. Para dar mais visibilidade à trabalhadora, Carla Ravaoli¹⁰⁵ divide a esfera produtiva em duas categorias: o *corpo forte* e o *corpo fraco* da produção.

O *corpo forte*, normalmente confiado aos homens, requer agressividade, competitividade, autoridade. Nele se desenvolvem ofícios especializados que exigem a tomada de decisões vitais e o acúmulo de experiência. Além disso, há mais oportunidades de fazer carreira, ser bem pago, estável, gratificado.

¹⁰³ *Idem*, p. 225.

¹⁰⁴ Chodorow destaca o estudo de Bibring (1953) que descreve organizações familiares onde o pai tem escassa participação na criação dos filhos, cabendo às mães a transmissão dos padrões sociais e morais, valores religiosos, estéticos, assim como dos elogios e reprimendas. Os meninos oriundos dessas famílias, conclui a pesquisa, desenvolvem despreço pelas mulheres em sua vida adulta em razão da excessiva presença materna no cuidado, isto é, do *demasiado de mãe*.

¹⁰⁵ *Apud* De Masi, D., 1999.

Quem integra o corpo forte da produção prioriza o trabalho, colocando a família e o tempo livre em segundo plano.

O *corpo fraco* da produção, destinado sobretudo às mulheres, inclui tarefas repetitivas e de execução, ausentes de conteúdo intelectual. Além disso, requer apenas uma frágil identificação entre trabalhador e trabalho; baixa escolaridade; baixa qualificação; baixa remuneração; alta rotatividade.

Se o homem deve dedicar-se plenamente ao mundo do trabalho, é preciso que a mulher cumpra as tarefas do lar. Apesar do trabalho reprodutivo ser duro, cansativo e muitas vezes ingrato, o fato de caracterizar-se por fortes relações afetivas produz gratificação e prazer. A marca do privado é tão forte que, mesmo quando alcançam independência financeira através do trabalho produtivo, muitas mulheres continuam a definir-se exclusivamente a partir de seu trabalho reprodutivo, isto é, como mães, esposas e donas-de-casa. O homem, por sua vez, normalmente se reconhece a partir de seu lugar como profissional.

Confirmando as observações feitas por Ravaioli, Sílvia Jardim (1995) cita um estudo realizado na Finlândia por Viinamäki *et alii* em 1993 que indica os seguintes dados: as mulheres desempregadas apresentam menor índice de depressão e demanda de auxílio psicológico que os homens em situação semelhante. Ao contrário, são as mulheres empregadas que apresentam escores mais altos de sintomas psicossomáticos do que as desempregadas. A marca da divisão sexual do trabalho revela-se nesses dados. O Ocidente, enfatiza Jardim, produz um homem identificado com a imagem de provedor e uma mulher identificada ao cuidado do lar: "A inserção no mercado de trabalho para os homens e para as mulheres é socialmente diferenciada, determinando, portanto, perfis psicopatológicos diferentes".¹⁰⁶

Chodorow (1978) denomina *trabalho emocional* as tarefas produtivas tidas como femininas. Nestas, as mulheres atualizam seu papel de donas-de-casa, esposas ou mães, desenvolvendo funções em que os laços afetivos são aceitos, como é o caso da professora, secretária, empregada doméstica, ama-

¹⁰⁶ Jardim, S., 1997, p. 100.

seca etc. Assim, seja na reprodução ou na produção, tais mulheres mantêm-se sempre conectadas às outras pessoas. Os homens, por sua vez, ajustam-se às tarefas nas quais o colorido afetivo é menor. As tarefas eminentemente masculinas dificilmente terão matizes afetivas: os homens são trabalhadores especializados, objetivos, técnicos e profissionalizados.

Maria das Graças Moulin (1996) traz importantes contribuições para compreendermos as diferenças relacionadas ao trabalho de homens e mulheres. Em seu estudo sobre a inserção da mulher no trabalho bancário, enfatiza que esta freqüentemente atua na esfera produtiva de acordo com o padrão aprendido no espaço doméstico e caracterizado pela díade sacrifício/sacerdócio. Quando permanece no trabalho além da hora ou leva o serviço para casa, boa parte das mulheres não deseja, ao contrário dos homens, poder e prestígio (ascensão na carreira). O modelo sacrifício/sacerdócio impõe-se à mulher como modo legítimo de inserção no trabalho e seu paradigma de competência profissional expressa-se na enorme dedicação às tarefas que realiza com cuidado, paciência, presteza e altruísmo, fazendo muito além do que é formalmente exigido pela chefia.

Parece-nos, então, que a mulher almeja consonância em algo fadado a trazer-lhe sofrimento. Buscando o ideal da *trabalhadora dedicada* e, paralelamente, aferrando-se à maternidade/feminilidade tradicional, fatiga-se em um *trabalho interminável*. Não há tempo suficiente para conjuminar esses dois modelos de maneira satisfatória. De fato, [a entrada no mercado transformou o tempo em um 'cobertor curto' para a mulher, colocando em jogo o equilíbrio entre público e privado.]

[Oliveira (1991) assevera que a ambição pessoal e o êxito no trabalho são vividos pelas mulheres como ameaça ao modelo de feminilidade baseado nas noções de sacrifício, sacerdócio e vulnerabilidade. Ao esquivarem-se do sucesso profissional, tentam evitar a fragmentação desta identidade feminina. Temem perder o forte elo com o privado e, por conseguinte, a possibilidade de se consagrarem à maternidade e ao casamento de forma irrepreensível.] Na opinião da autora, as mulheres encaram o êxito no trabalho como algo ainda mais arriscado que o fracasso:

Ter sucesso não está previsto e introduz ao desconhecido. Negociar o sucesso profissional com o equilíbrio familiar e afetivo parece a muitas mulheres configurar uma ameaça de desencontro que elas preferem evitar.¹⁰⁷

Enfatizando o "medo do sucesso" como uma marca importante do trabalho feminino, Oliveira cita as pertinentes observações feitas por Collete Dowling no início da década de 80.

As mulheres não parecem procurar o êxito como fazem os homens. Elas se protegem dele. Sentem tanta ansiedade quando as coisas vão bem quanto quando a rejeição ou o fracasso parecem iminentes. Tem-se a impressão que se sair bem – tornar-se eficiente num dado campo, ter êxito – assusta um número incrível de mulheres.¹⁰⁸

Se a *profissional competente* contrapõe-se ao ideal de feminilidade tradicional e a *trabalhadora dedicada* o preserva, isto não ocorre simplesmente porque esta última consagra mais tempo ao lar. Ao contrário, como observou Moulin, o paradigma de competência da trabalhadora dedicada implica grande dispêndio de energia e tempo no exercício das tarefas produtivas. Enfim, não é o tempo gasto na produção que diferencia a *profissional competente* da *trabalhadora dedicada*, mas o fato desta continuar regida pela díade sacrifício/sacerdócio; mesmo que parcialmente ausente das tarefas domésticas, preserva o elo com o privado.

Ao finalizar esse capítulo, lembramos de Penélope e de seu trançado cotidianamente feito e desfeito. Mas qual a relação entre o *trabalho interminável* de Penélope e a trabalhadora contemporânea?

Conforme afirmamos acima, o modelo da trabalhadora dedicada atualiza a posição ocupada pela mulher na esfera privada. Ou seja, a díade sacrifício/sacerdócio que marca a feminilidade tradicional vigora, também, na

¹⁰⁷ Oliveira, R. D., 1991, p. 84.

¹⁰⁸ Dowling, C. *apud* Oliveira, R. D., 1991, p. 86.

esfera produtiva. Se a competência e o sucesso profissional ameaçam a feminilidade tradicional, a trabalhadora dedicada trata de evitá-los. A dupla jornada, quando exercida segundo esses ideais (trabalhadora dedicada/feminilidade tradicional), acarreta um *trabalho interminável* no qual a mulher fatiga-se. Arriscamos a seguinte analogia: assim como o trançar infinito de Penélope evita o luto de Ulisses, o trabalho interminável da mulher contemporânea evita o luto do privado.

É preciso frisar, ainda, que o modo de inserção no trabalho que desfiamos até aqui não é exclusivo. Nem todas as mulheres são Penélopes. Ao lado daquelas que buscam sustentar os ideais de feminilidade tradicional acoplados ao modelo de trabalhadora dedicada, percebe-se um notório contramovimento: mulheres que não reproduzem no trabalho público seu papel de esposa, mãe ou dona-de-casa. Ocupando determinadas funções que até bem pouco tempo atrás permaneciam prerrogativa dos homens, tais mulheres aderem a novos modelos identificatórios e não recuam diante do sucesso profissional.

4. TRABALHO AMALDIÇOADO: A CONDENAÇÃO DE ARACNE

... mal Aracne foi tocada pelo filtro maldito, caíram-lhe os cabelos, o nariz e as orelhas; a cabeça tornou-se minúscula e o corpo se encolheu proporcionalmente (...) o resto é o ventre, de onde, no entanto, deixa escapar o fio, e, tornada aranha, continua a tecer, como antigamente. (Ovídio, *As Metamorfoses*)

Lasch (s/d) relata que as primeiras campanhas feministas defenderam a tese de que as diferenças entre os sexos eram mínimas, porém, essa estratégia foi alterada ao longo do tempo, dando lugar a uma exacerbação dessas mesmas diferenças. De acordo com a nova perspectiva, atributos como suavidade e delicadeza tornaram-se uma expressão legítima do mundo feminino e, segundo as feministas: "quando a mulher passasse a ter acesso ao mundo dos homens, a competição desumana daria lugar à dedicação e à solidariedade".¹⁰⁹

A valorização das diferenças marca o feminismo norte-americano da atualidade. No Brasil, Oliveira revela tendência semelhante no livro *Elogio da Diferença* (1991), onde acentua que as mulheres pautam-se por valores distintos daqueles que orientam o mundo masculino:

As mulheres são diferentes dos homens porque no centro de sua existência estão valores outros: a ênfase no relacionamento

¹⁰⁹ Lasch, C., s/d, p. 139.

interpessoal, a atenção e cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações. Em uma palavra, uma identidade que provém da interação com outros. Daí serem as mulheres mais intuitivas, sensíveis, empáticas.¹¹⁰

Na Europa, mais precisamente na Itália, Carla Ravaioli destaca-se entre as autoras que acreditam nas transformações decorrentes do ingresso das mulheres na força de trabalho paga:

... [o trabalho] agora contaminado por valores estritamente femininos, somente eles capazes de humanizar e melhorar a organização produtiva, porque filtrados durante milênios por meio de uma atividade destinada à produção de pessoas e não de mercadorias, de valores de uso e não de troca, porque usa ao mesmo tempo a mão, a cabeça, a razão e os afetos.¹¹¹

Na opinião da autora, a chamada “feminilização do trabalho” não deve resumir-se a um grande contingente de mulheres realizando tarefas monótonas e ausentes de sentido, mas significar uma verdadeira transformação da relação com o trabalho. Ravaioli acredita que a herança da esfera reprodutiva – da qual as mulheres retiram intenso prazer de tarefas à margem da lógica do mercado – favorece a crítica à esfera produtiva.

Como resposta à tradição que reduziu a mulher ao rótulo de mãe, dona-de-casa ou trabalhadora inapta, estudos psicológicos e sociológicos vinculados ao movimento feminista traçaram uma mulher extremamente idealizada, marca que se apresenta nas idéias de Ravaioli. Ao participar do mundo “masculino” do trabalho em condições iguais, esta *mulher idealizada* promoveria grandes mudanças através de sua ética própria, transformando o ambiente desumano da fábrica ou do escritório em um lugar acolhedor e maternal. A ênfase na *preciosa diferença* encarnada pela mulher busca articular feminismo e progresso social, porém, traz como desvantagem a reafirmação dos mesmos estereótipos que obstaculizam seu desenvolvimento. Esse é o ciclo que

¹¹⁰ Oliveira, R. D., 1991, p. 103.

¹¹¹ Ravaioli, C. *apud* De Masi, D., 1999, p. 81.

engendra a *armadilha do essencialismo*: ao supervalorizar a diferença, solidifica-se uma certa essência feminina que, mesmo positivada, não deixa de ser uma essência.

Lasch identifica no estudo de Gilligan¹¹² (1983) o paradoxo que marca o movimento feminista. Apontando a ética do cuidado como a *voz diferente* da mulher, a autora reafirma características que acarretaram um lugar social predeterminado. Em vez de manter-se descrente quanto aos estereótipos sexuais, Gilligan insiste em positivá-los. Descrevendo uma moralidade feminina baseada no cuidado e nas relações – oposta à moralidade masculina de direitos e regras –, garante que esta não decorre de um desenvolvimento retardado; ao contrário, sugere que o idioma moral próprio às mulheres é mais expressivo que o masculino. A feminilidade apresenta-se idealizada e as idéias de Gilligan lembram “o ataque romântico à razão instrumental, para o qual o sentimento estava acima do intelecto, a *clemência feminina* acima da *justiça masculina*”.¹¹³

Gilligan, que criticou Kohlberg por não escutar a *voz diferente* das mulheres, é acusada por Lasch de cometer erro semelhante em um estudo posterior, *Meeting at the Crossroads: Women's Psychology and Girl's Development* (1992). Essa pesquisa incluiu uma série de entrevistas realizadas em escolas americanas, dentre as quais um externato para meninas chamado Laurell School, em Cleveland. Ao analisar a transcrição dessas entrevistas, Lasch chega a conclusões opostas às de Gilligan: as meninas utilizam, com tranquilidade, a “linguagem masculina” dos direitos e regras, enquanto os homens lançam mão da “linguagem feminina” da dedicação e da compaixão. Além disso, meninos e meninas demonstraram generosidade e crueldade indistintamente, contrariando os pressupostos da autora acerca de moralidades distintas para cada gênero.

Apesar das entrevistas terem explicitado que a ética do cuidado ou a ética da justiça não pertencem a um determinado gênero, Gilligan manteve-se aferrada à idéia de uma *voz diferente* da mulher e de sua maior preocupação

¹¹² O estudo de Gilligan foi comentado no terceiro capítulo desta dissertação.

com os relacionamentos. Enfatiza, ainda, que as meninas da *Laurell Scholl* procuram ser agradáveis e amáveis para corresponder ao ideal de feminilidade transmitido pela cultura patriarcal. Lasch discorda dessa interpretação: ao invés do ideal de amabilidade que supostamente caracteriza as meninas, as entrevistas revelaram o multifacetado mundo feminino.

A competição pelo *status* abala mesmo as que têm sucesso. (...) essas meninas percebem claramente que a popularidade as obriga a ferir outras pessoas e que, na maioria das situações, seja qual for a decisão tomada, 'alguém sairá machucado'. As que se recusam ou as que não conseguem agradar o grupo dominante, aquelas que 'sobram', como explicou uma delas a respeito de si mesma, tornam-se prematuramente desiludidas e cínicas e se convencem de que 'só se pode confiar em si mesmo'.¹¹⁴

Segundo Lasch, Gilligan desconsiderou aquilo que as entrevistas realmente revelaram, escamoteando o fato de que as mulheres, assim como os homens, são capazes de abusar do poder e de serem cruéis. Ao obter material suficiente para questionar idéias preconcebidas a respeito do dom natural das mulheres para o altruísmo e a lealdade, Gilligan constrangeu-se diante dos fatos e reafirmou seus pontos de vista anteriores.

A crítica que Lasch dirige a Gilligan pode ser estendida a inúmeros autores que também apregoam uma *mulher idealizada* (leia-se: valorização dos estereótipos sexuais). Nos estudos sobre trabalho, a reafirmação desses estereótipos redundava em argumentos semelhantes aos de Ravaioli, isto é, na crença de que a ética feminina pode transformar a esfera produtiva. Vale mencionar uma *desalentadora constatação que põe termo a tal suposição*: mesmo com a entrada avassaladora das mulheres na força de trabalho paga, não temos assistido a um abrandamento da violência do capitalismo; ao contrário, este vem se tornando mais eficaz e camaleônico a cada dia. A transformação viria a partir de um combativo exército feminino ocupando posições estratégicas?

¹¹³ Lasch, C., s/d, p. 141.

¹¹⁴ *Idem*, p. 147.

Na opinião de Lasch, as transformações certamente não dependem do sexo de quem se insere na organização do trabalho:

Enquanto o trabalho for dominado pela necessidade de sustentar o crescimento econômico, produzindo bens de consumo e serviços de que ninguém precisa, será impossível satisfazer os desejos de independência, utilidade e amor-próprio. *Da mesma forma, o emprego de mulheres não transformará o local de trabalho, como geralmente prometem as feministas.* O fato de mulheres trabalharem em empresas, editoras, escritórios de advocacia, jornais, estações de televisão, universidades e hospitais não torna essas instituições mais democráticas e humanas.¹¹⁵

4.1. Da mulher invisível à histérica barulhenta

No primeiro capítulo desta dissertação, afirmou-se que a introdução do conceito de gênero e a discussão em torno da divisão sexual do trabalho são acontecimentos recentes nas ciências sociais. Foi o crescente interesse dos pesquisadores pela divisão sexual do trabalho como campo de estudo que ampliou o conhecimento acerca da inserção das mulheres na esfera produtiva.

Vale retornar ao estudo de Moulin (1996) no qual se constata que as mulheres exibem índices de conformidade com o trabalho maiores do que os homens; sentem-se menos pressionadas; são mais conciliadoras e não costumam propor soluções próprias para situações inusitadas, recorrendo à chefia. Além disso, têm tímida participação nos movimentos sindicais e grevistas.

Esta característica feminina, que as torna mais obedientes, mais dóceis, mais propensas a aceitarem as regras prescritas, pode até mesmo dispensar o controle direto exercido por chefias. O controle interno é até mais eficaz, porque, por ser invisível, tende a dificultar as eventuais resistências aos agravos no trabalho.¹¹⁶

¹¹⁵ *Idem*, pp. 133-134, grifo nosso.

Na assistência em saúde mental do trabalhador deparamo-nos com situações nas quais as mulheres certamente não se enquadram na placidez observada por Moulin. Nesse campo, sobressai o embaraço acarretado pelo adoecimento da mulher no mundo do trabalho, sendo a histeria o diagnóstico que melhor encarna esse mal-estar.

- *Toda vez que chego ao trabalho começo a derrubar tudo: cadeiras, papéis, esbarro nas pessoas ... Não consigo chegar sem fazer barulho*, diz Alaíde, farmacêutica, 35 anos, que é encaminhada para tratamento psiquiátrico no PRASMET após inúmeros desajustes com a chefia do "organizado" laboratório onde é funcionária.

Destacamos a seguinte pluralidade: ora *dóceis e dedicadas*, ora *histéricas e barulhentas*, registra-se uma dissensão entre a mulher que preserva a ordem do trabalho e aquela que rompe essa mesma ordem. Docilidade extremada ou histeria rumorosa são tomadas aqui como possíveis respostas da mulher à organização do trabalho. Acreditamos que essas diferentes posições constituem lados da mesma moeda, sendo necessário mantê-las em tensão para avançar na compreensão da problemática feminina no trabalho.

É grande o contingente de mulheres que chega ao PRASMET em função de intrincadas situações de trabalho. Em vias de aposentadoria precoce ou demissão, a maioria passou por longos tratamentos médicos, após os quais, em vista da ausência de melhora, foram encaminhadas para um serviço psiquiátrico. Como caracterizar a interface entre as situações de trabalho e a histeria? Na assistência ao trabalhador, o diagnóstico de histeria caracteriza-se por acarretar preconceitos: é subestimado como algo de somenos importância e, freqüentemente, cai na seara da "simulação".

Acreditamos que a discussão em torno da histeria é uma valiosa contribuição para o estudo da relação entre a mulher e o trabalho. Foi em meados da década de 70 que a histeria começou a ser percebida pelas feministas como um profeminismo, isto é, um protesto individual das mulheres ante às desigualdades de gênero, à invisibilidade da mulher na

¹¹⁶ Moulin, G., 1996, p. 125.

cultura. A partir daí, psicanalistas sensíveis às questões colocadas pelo movimento feminista desenvolveram estudos que articulam a histeria à posição da mulher na cultura.

Assim como ocorreu no campo das ciências sociais, a introdução do conceito de gênero na psicanálise também provocou novo exame de pressupostos outrora estabelecidos. Para refletir sobre a relação entre histeria (diagnóstico estrutural), gênero (categoria sociológica) e feminilidade (posição subjetiva), vale apresentar brevemente as idéias de Bleichmar (1988), que excedem a leitura psicanalítica ortodoxa.

Bleichmar vale-se do conceito de gênero para discutir a problemática feminina, visando com isso a eliminar o naturalismo que impregna esse campo de estudo. Por "gênero", a autora entende a reunião dos aspectos psicológicos, sociais e culturais de feminilidade e masculinidade, reservando o termo "sexo" apenas para referir componentes biológicos e anatômicos e para designar o intercâmbio sexual propriamente dito. Em sua opinião, a diferenciação entre gênero e sexo contribui para que a feminilidade e a masculinidade, identidades de gênero, fossem entendidas como tributárias do discurso cultural:

O que revoluciona o pensamento psicanalítico é que, então, a feminilidade/masculinidade não se encontra exclusivamente sob a égide da anatomia, do biológico para sua organização.¹¹⁷

Bleichmar assevera que o "continente negro" da psicanálise não é a vida sexual das mulheres, como afirmou Freud em 1926, mas a própria feminilidade. Ressalta que Freud, limitado pelas questões de seu tempo, tentou tratar as hísticas remetendo-as à feminilidade que elas próprias recusavam. Ou seja, buscou reconciliar a mulher com o ideal de feminilidade tradicional, produzido a partir das necessidades da nova ordem familiar burguesa. Para a autora, a histeria dá visibilidade ao conflito feminino gerado pelo profundo desacordo entre os ideais de feminilidade tradicional e as aspirações por novos horizontes.

¹¹⁷ Bleichmar, E. D., 1988, p. 19.

É notório que os conflitos femininos na cultura não são prerrogativa das históricas de Freud. Até os dias de hoje, ser mulher ainda significa ocupar um lugar desvalorizado. Se cada uma lidar com essa questão de forma singular, todas são invariavelmente afetadas por ela em algum grau. Assim, Bleichmar define a histeria como um *transtorno narcisista de gênero* e afirma que os matizes deste dependerão do grau de aceitação ou rechaço da mulher em relação ao que é definido pela cultura como próprio ao feminino.

O sexo constitui o palco das reivindicações históricas. Todavia, para a autora, o que está em questão na histeria não é uma indefinição sexual, mas um "conflito básico de caráter narcisista, que impulsiona a mulher a uma espécie de *feminismo espontâneo*, pois o que tenta é equiparar ou inverter a valorização de seu gênero, não o comportamento sexual".¹¹⁸ Ao rechaçar a sexualidade para valorizar seu gênero, a histórica reforça os paradigmas que a aprisionaram e seu *feminismo espontâneo* irá manifestar-se no mesmo terreno em que ficou circunscrita, isto é, o sexo.

Apesar das mudanças acarretadas pela liberação sexual e pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, os valores contraditórios ligados à sexualidade feminina em nossa cultura ainda levam os pais a transmitirem aos meninos a "valorização do desejo autônomo, em estado puro, com as mulheres como objetos intercambiáveis; para a mulher: o amor de um homem que outorgue legitimidade a seu gozo".¹¹⁹

Em síntese: a histórica rebelar-se diante do anulamento do gênero feminino e requer sua positivação, sendo que é no rechaço à sexualidade que objetiva valorizar-se, expressando sua enigmática queixa.

De acordo com a autora, a pergunta mais intrigante "não é como faz a menina para trocar de objeto e passar da mãe ao pai mas, sim, como faz a menina para desejar ser uma mulher num mundo paternalista, masculino e fálico".¹²⁰ Como harmonizar ambições tidas como masculinas (que apontam para algo além do mundo doméstico/materno) e o ideal feminino? As

¹¹⁸ *Idem*, p. 26.

¹¹⁹ *Idem*, p. 192.

¹²⁰ *Idem*, p. 23.

aspirações intelectuais e profissionais da mulher são, freqüentemente, interpretadas como uma fuga da verdadeira feminilidade, supondo-se que esta se encontra no orgasmo vaginal e na maternidade.

Existe um feminismo espontâneo na histérica que consiste no protesto desesperado, aberrante, atuado, que não chega a articular-se em palavras, uma reivindicação de uma feminilidade que não quer ser reduzida à sexualidade, de um narcisismo que clama por poder privilegiar a mente, a ação na realidade, a moral, os princípios e não ficar preso somente na beleza do corpo.¹²¹

Para desvelar diferentes formas de relação da mulher com o ideal de feminilidade tradicional, Bleichmar propõe a seguinte polaridade: personalidade histórica/infantil-dependente X caráter fálico-narcisista. No primeiro pólo, há maior adequação aos valores tidos pela cultura como femininos, enquanto que no segundo pólo a mulher busca equiparar-se ao homem.

Ao aceitar mais amplamente as convenções da cultura, a mulher terá seu *ideal do ego feminino*¹²² marcado pelo modelo fêmea-mãe-dona-de-casa, forjando uma feminilidade tradicional que lhe adormece o desejo de transcendência, mas lhe traz o prazer de estar satisfazendo o desejo do outro. A descrição dada por Bleichmar remete-nos aos modos de inserção no trabalho discutidos nos capítulos anteriores: a *mulher-mãe*, limitada à reprodução, e a *trabalhadora dedicada*, que atualiza na produção a feminilidade tradicional.

No pólo oposto, quando identifica-se com o homem e invade o território masculino, a mulher é percebida como fálica ou castradora. Segundo Bleichmar, a partir da segunda metade do século XX, exacerbou-se o "lado ofensivo" da histeria, quadro descrito por Wilhelm Reich no início dos anos 30 e que, naquela época, era pouco freqüente na mulher. A fálico-narcisista reivindica para o gênero feminino os direitos e modos de ação tipificados como masculinos, demonstrando franca rivalidade com o homem. Assim, seu *feminismo espontâneo* expressa uma recusa categórica em aceitar a

¹²¹ *Idem*, p. 193.

feminilidade tradicional como modelo exclusivo de subjetivação. Bleichmar sintetiza a questão em torno da qual esta mulher situa-se: como se identificar com o gênero feminino sem que isso implique ser inferior?

Na opinião de Kehl (1998), "Contra a inveja fálica, o falo"¹²³, pois a "cura" para a inveja do pênis só é possível pelo acesso àquilo que é tradicionalmente visto como posse exclusiva dos homens, mas que poderia ser das mulheres também. Não um pênis, mas algumas das infinitas faces do falo. Segundo a autora, ao distanciarem-se dos ideais de feminilidade do século XIX (casamento/maternidade), as mulheres poderão alcançar novas possibilidades identificatórias (ao pai e aos novos atributos fálicos da mãe e de suas substitutas) e modalidades de satisfação pulsional variadas.

Parece-nos que os embaraços causados pela histeria "barulhenta" no trabalho associam-se ao fato desta expressar contradições que permeiam a própria inserção da mulher na cultura. O *feminismo espontâneo*, incompatibilizado com a feminilidade tradicional, rejeita também o modelo de trabalhadora dedicada que atualiza esse ideal? Como harmonizar posições dissonantes: ser feminina, competente, dedicada, profissional, dócil, produtiva?

4.2. Hay que endurecer ...

A partir das contribuições de Bleichmar, coloca-se a seguinte pergunta: o profeminismo embutido na histeria promove uma posição alternativa para a mulher na cultura? Na opinião de Regina Alice Neri (1999), seja no pólo da feminilidade tradicional, seja no pólo fálico, a histeria como protesto frente à redução da mulher à sexualidade parece não surtir efeito.

¹²² Bleichmar descreve o *ideal do ego do gênero* (que compreende o ideal do ego feminino e o masculino) como uma subestrutura que faz parte do sistema global de ideais.

¹²³ Kehl, M. R., 1988, p. 327.

A nosso ver, há um deslocamento da posição de vítima para a posição de uma rebeldia pertinente, mas esse *feminismo espontâneo* é visto como um protesto estéril, que não promove alternativas, não inaugura uma saída. A figura paradigmática seria a rebeldia de Dora de não se conformar ao destino da neurose doméstica da mãe, mas rebeldia essa que se revela improdutiva para traçar um outro destino para a sua vida que a insatisfação esterilizante da neurose.¹²⁴

O “barulho” da histérica ou a docilidade tácita da trabalhadora dedicada expressam facetas da relação mulher/trabalho. Destacamos, ainda, que novas formas de inserção da mulher na esfera produtiva vêm ganhando cada vez mais espaço. Vemos surgir uma *mulher econômica* que, como o próprio nome indica, identifica-se à lógica do mercado. Esta passa ao largo da “ética do cuidado” e age, na esfera produtiva, tal qual o estereótipo do homem frio e calculista nos negócios. A *mulher econômica* é o novo “produto” (efeito subjetivo) da organização do trabalho? Afinal, ao “homem econômico” corresponde a *mulher econômica*?

A *mulher econômica* testemunha um dos efeitos da inserção feminina no trabalho, diferenciando-se do *feminismo espontâneo da histeria* na medida em que não remete ao adoecimento caracterizado, à neurose. Na verdade, a ênfase está no êxito e na competência da mulher no mundo do trabalho.

A impassibilidade ostentada pela *mulher econômica* no trabalho produtivo talvez indique outro desencontro na história de homens e mulheres. Como observa Kurz (2000), atualmente a emoção vem sendo apropriada pelo capital, o que originou o modelo da “inteligência emocional”. Enquanto a “mulher de profissão” exhibe rigor e frieza para crescer na carreira, paradoxalmente a gestão pós-moderna tem enfatizado a “inteligência emocional” como peça importante no sucesso empresarial. “Empresários sensíveis”, “peritos em emoção” e “estudiosos da emoção” ganham espaço na esfera produtiva.

Na opinião de Kurz, trata-se de ...

¹²⁴ Neri, R. A., 1999, p. 17, grifo nosso.

... manipular e regular funcionalmente as sensações subjetivas e os sentimentos próprios. A emotividade, circunscrita até hoje à esfera privada e delegada à mulher, deve ser carreada para fins capitalistas e transformada, de certa maneira, numa fórmula de sucesso. (...) O chefe 'emocionalmente inteligente' evita atritos pessoais e passa aos trabalhadores a sensação de que são amados e reconhecidos, mesmo quando ele os trata feito simples material humano. O rendimento do 'capital emocional' atingiria o auge de eficiência quando as pessoas, comovidas às lágrimas, agradecessem ao empresário o fato de serem postas no olho da rua.¹²⁵

O afeto, até então reservado à esfera privada, é agora empregado na lógica do dinheiro. Na mesma medida em que a "mulher de carreira" renúncia às emoções, o homem aprimora seu lado afetivo, sua "inteligência emocional". Na contramão dos estereótipos sexuais (mulheres emotivas X homens pragmáticos), trabalhadores e trabalhadoras contribuem para a maior eficácia do mercado. Enfim, enquanto a mulher "endurece" seus sentimentos, o homem supostamente "amolece" seu coração...

O modelo pós-moderno não é mais a mulherzinha dengosa e de miolo mole, mas o tipo andrógino da *mulher de carreira*. Ao lado da loiraça oxigenada, da vampe e da mãe extremosa, fiel dona-de-casa, surge a banqueira que faz jogging e surfa na Internet, em cujo caminho de solteira ela passa, feito um homem, por cima de tudo e de todos.¹²⁶

O modelo da mulher pós-moderna, descrito por Kurz, encontra expressão em uma empresária que recentemente ganhou as páginas da *Revista de Domingo*, suplemento do *Jornal do Brasil*¹²⁷. Verônica Nieckele, alvo da referida reportagem, é apresentada como a "socialite linha dura" que administra os bilhões de um banco com mão-de-ferro.

Jovem, rica e sem filhos, Verônica sobressai na imprensa em função de seu estilo gerencial. Comandando uma equipe de cinco mulheres, estabelece regras demasiadamente rígidas. Segundo a reportagem, as funcionárias de

¹²⁵ Kurz, R., 2000, p. 13.

¹²⁶ *Idem*, p. 12.

¹²⁷ Entrevista publicada no dia 10 de setembro de 2000.

Verônica chegam às 8h em ponto, "... arrumadérrimas, penteadérrimas e com os jornais lidos. Só vão embora depois das 20h. Raramente saem para almoçar." Em caso de gravidez, a licença-maternidade é de apenas um mês, e o acordo entre Verônica e suas funcionárias é de que um *motoboy* transportará o leite materno para alimentar o bebê. Todavia, não é "permitido" engravidar a qualquer hora, pois é preciso respeitar um rodízio criado para evitar que mais de uma funcionária se ausente ao mesmo tempo.

A relação entre o trabalho e a vida pessoal é descrita pela empresária da seguinte maneira:

- *Vivo dizendo que as meninas [funcionárias] têm que escolher entre namorar e casar e ganhar dinheiro. Eu, particularmente, acho que o importante é ser independente.*

Sobre as recompensas para todos esses sacrifícios, promete:

- *Quem quiser ficar aqui tem que dar o sangue, mas vai ganhar dinheiro.*

A admiração que o estilo de Verônica suscita revela-se na seguinte declaração de uma funcionária:

- *Ela gosta de dar exemplo, já passou oito anos sem férias. Eu fui a primeira a vir trabalhar com ela e aprendi a respeitar sua rigidez.*

Esforço e resignação. Esse é o lema da equipe de Verônica. Entretanto, em virtude da pressão, freqüentemente as funcionárias "saem correndo aos prantos para o banheiro, depois de levar uma bronca da impiedosa chefe." Verônica responde:

- *Se alguém chorou, chorou. Nem fomo conhecimento. Sou rígida mesmo, exijo muito. (...) Desde pequena só sabia que queria trabalhar e ganhar dinheiro.*

Mulher econômica, mulher de carreira, mulher dinâmica. Designações que indicam alguém capaz de articular profissão e família, conservando-se bela para manter a posição de objeto de desejo. No entanto, alerta Kurz, poucas conseguem tal façanha e a imensa maioria padece ante a sobrecarga de ter que responder pelo dinheiro, pela família e pelo amor.

O modelo da inteligência emocional que invadiu o trabalho, assim como a mulher econômica, levam Kurz a afirmar que caminhamos para uma "androgínia" na qual todos devem fazer uso da ternura e da frieza, aliando a competência técnica à competência emocional para manter azeitado o sistema de produção.

Segundo o autor, a mídia vem sugerindo uma progressiva distensão na "batalha dos sexos" sob a forma de futebol feminino, *strip-tease* masculino etc. Contudo, o que realmente vigora na pós-modernidade é algo bem diferente disso:

... o patriarcado não some, antes 'se embrutece' e se estilhaça em formas múltiplas de barbárie, como escreve a feminista alemã Roswitha Scholz. Este é o mundo que transforma as crianças em assassinos e psicopatas.¹²⁸

A histórica fálico-narcisista e a mulher econômica denotam um desacordo com a feminilidade tradicional, porém, cabe sublinhar as diferenças: enquanto a primeira adoece, situando-se no campo da neurose, a segunda expressa operacionalidade, isto é, o pleno êxito da mulher na esfera produtiva. Se a fálico-narcisista reivindica os direitos e modos de ação tipificados como masculinos e com isso embaraça-se quanto a sua feminilidade, a *mulher econômica* aderiu com sucesso à lógica econômica; não se resumindo a um pastiche ordinário do homem, ela congratula-se com os suportes narcísicos que alcança. Supomos, ainda, que a mulher econômica gere o privado de acordo com os mesmos padrões que utiliza na esfera pública.

É preciso cautela ao festejar a aptidão da mulher para ocupar postos (e posturas) considerados prerrogativa masculina. Aquilo que soa como vitória, conquista feminina de mais espaço na cultura, parece muitas vezes encarnar um efeito pernicioso da lógica do mercado. Utilizando uma expressão de Simmel (1902^a), este seria um "fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada".¹²⁹ Assim, ao demonstrar que também é capaz de

¹²⁸ Kurz, R., 2000, p. 13.

¹²⁹ Simmel, G., 1902^a, p. 16. Cf. segmento 1.1. desta dissertação.

desenvolver certas qualidades outrora associadas aos homens (mente calculista, frieza etc.), a mulher pode estar sendo cooptada pela androginia que não objetiva uma relação mais justa entre os gêneros, servindo apenas aos interesses do mercado.

Enredada na teia dos negócios, a *mulher econômica* não tece, assim como fez Aracne, um protesto contra a brutalidade e as artimanhas dos deuses dominadores. Ao contrário, constata-se que a suposta "natureza" feminina não impede que a mulher se veja aderida à lógica econômica.

Para a aranha, Aracne amaldiçoada, já não há alternativa: é tecer ou tecer. Que outros horizontes vislumbramos para a inserção feminina no trabalho?

5. TRABALHO FEMININO: A SAÍDA PELO LUTO

A principal questão inquietante de hoje: estar vivo num mundo que decreta nossa falência cotidianamente através da obsolescência de tudo. (Néida Piñon)

Nos capítulos anteriores, foram apresentadas diversas formas de inserção da mulher no trabalho, a saber: o modelo da *mulher invisível* (para o trabalho e também para a psicanálise freudiana) ou a *mulher-mãe* (restrita à maternidade e às tarefas domésticas); a *trabalhadora dedicada* (que se norteia pela díade sacrifício/sacerdócio); a *mulher idealizada* (detentora da "ética do cuidado"); a *histérica barulhenta* (que encerra um "feminismo espontâneo"); a *mulher econômica* (aderida à lógica do mercado).

Estamos de acordo com Lasch (s/d) e Kurz (2000) quando estes observam que o simples fato da mulher integrar-se à produção não é suficiente para subverter a lógica econômica ou instituir equidade entre os gêneros. A questão que nos orienta neste momento é a seguinte: o que realmente contribui para o rompimento de tais conjunturas?

5.1. Tornar-se Trabalhadora?

Conforme destacado no primeiro capítulo, grande parte do contingente feminino inserido na produção distingue-se por tarefas repetitivas e de

execução, ausência de conteúdo intelectual, baixa escolaridade, baixa qualificação, trabalho em tempo parcial e alta rotatividade. Assim, após indagar sobre o lugar da mulher para o trabalho, o texto que segue dá continuidade ao percurso iniciado na segunda parte desta dissertação e busca auxílio na teoria psicanalítica para investigar o lugar do trabalho para a mulher.

Retornemos a Freud. O artigo "Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna" (1908) discute a etiologia das doenças nervosas e apresenta hipóteses que justificam sua maior incidência. As indagações de Freud levam-no ao antagonismo entre civilização e sexualidade¹³⁰ e, também, à crença de que a moral sexual "civilizada" lesa a saúde das pessoas em virtude dos sacrifícios que impõe, podendo prejudicar o próprio objetivo cultural. O paradoxo é o seguinte: embora possibilite a cultura, a moral sexual "civilizada" é responsável pelo adoecimento. Freud faz a seguinte afirmação: "Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos"¹³¹ (p.192), advertindo que o grau de renúncia individual em prol da civilização aumentou com o passar do tempo.

Ao relacionar as vicissitudes da pulsão em face à civilização, Freud destaca três possibilidades: satisfação, recalque e sublimação. Quanto à satisfação, acentua que existem claras diferenças entre homens e mulheres. Apesar da moral sexual "civilizada" limitar a relação sexual ao casamento e à reprodução, os homens evitam a insatisfação recorrendo a moral sexual dupla, uma prerrogativa masculina para satisfazer a pulsão: sendo-lhes imposto o "respeito" pela esposa, dão vazão ao erotismo com a mulher "da rua". Essa moral dupla, conclui Freud, "... é a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos".¹³²

Na impossibilidade da satisfação, outro destino possível para os componentes "pervertidos" da pulsão sexual o é recalque, porém, este fracassa na medida em que o desfecho é a neurose, algo inútil para a sociedade.

¹³⁰ Já em 1905, nos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Freud afirmava o antagonismo entre civilização e sexualidade, sendo que "O mal-estar na civilização" (1930) é o texto mais importante sobre essa questão.

¹³¹ Freud, S., 1908, 192.

¹³² *Idem*, p. 188.

Segundo Freud, os neuróticos “apenas conseguem sob o influxo de exigências culturais efetuar uma supressão ‘aparente’ de seus instintos, supressão essa que se torna cada vez mais falha”.¹³³ Para se inserirem em atividades próprias à cultura, os neuróticos despendem muita energia, interrompendo freqüentemente tal contribuição para adoecer. Assim, enquanto os homens burlam a moral sexual “civilizada” através de uma moral dupla (satisfação da pulsão), as mulheres adoecem mais amiúde, recaindo na histeria (anestesia sexual).

Apesar do prognóstico aparentemente sombrio favorecido pela neurose, nesse mesmo artigo Freud indica outra “saída” possível:

... [a pulsão sexual] coloca à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia, em virtude de uma singular e marcante característica: sua capacidade de deslocar seus objetivos sem restringir consideravelmente a sua intensidade. A essa capacidade de *trocar seu objetivo sexual original por outro*, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro, chama-se capacidade de *sublimação*.¹³⁴

Desse modo, a sublimação é apresentada como um terceiro destino possível para a pulsão sexual, sendo que este conceito ganhará novos contornos ao longo da obra de Freud. Se em 1908 a sublimação é pensada como capacidade de trocar um *objetivo* sexual por um não sexual, a partir de 1932 passa a incluir, também, a mudança do *objeto*. Nas palavras de Freud: “Um determinado tipo de modificação de finalidade e de mudança do objeto, no qual se levam em conta nossos valores sociais, é descrito por nós como *sublimação*”.¹³⁵ Ao afirmar que *objetivo* e *objeto* podem ser trocados, Freud salienta que é a relação da pulsão com o segundo que cede mais facilmente.

Ainda no âmbito da discussão acerca da sublimação, cabe chamar a atenção para o seguinte ponto: tanto na primeira acepção (1908) como na

¹³³ *Idem*, p. 196.

¹³⁴ *Idem*, p.193, grifo nosso.

¹³⁵ *Idem*, 1932^a, p. 121.

segunda (1932^a) permanece a noção de que a *motilidade* da pulsão (mudança de objetivo e/ou objeto) é algo que contribui para o engrandecimento da civilização, enquanto a tendência à *fixação* obstaculiza esse processo. Se a motilidade da pulsão expressa a possibilidade da sublimação, a fixação articula-se à neurose.

Quanto ao acesso das mulheres à sublimação, Freud observa, no texto de 1908, que as severas restrições impostas à sexualidade feminina imprimem uma marca psíquica que moldará sua relação com a cultura, dado que o comportamento sexual "constitui o protótipo de suas demais relações ante a vida".¹³⁶ Assim, a repressão da sexualidade irá manifestar-se numa suposta inferioridade intelectual, dificultando a sublimação.

A educação das mulheres impede que se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora o assunto lhes desperte uma extrema curiosidade (...) Assim a educação as afasta de qualquer forma de pensar, e o conhecimento perde para elas o valor.¹³⁷

Afora abordar o papel determinante da educação na relação mulher/sublimação, Freud volta-se também para uma perspectiva determinista, acentuando os efeitos causados pela inveja do pênis no psiquismo das mulheres e o esgotamento provocado pelo árduo caminho rumo à feminilidade. Partindo dessa perspectiva, traça a seguinte comparação entre homens e mulheres: enquanto o homem de trinta anos mais parece um adolescente, um indivíduo não formado, uma mulher da mesma idade atemoriza por sua "rigidez psíquica e imutabilidade". Conclui Freud: "Sua libido assumiu posições definidas e parece incapaz de trocá-las por outras".¹³⁸

Claudia Garcia (1997) observa que a relação entre sexualidade feminina e dificuldade sublimatória é recorrente no texto freudiano. Apesar das variações da teoria ao longo do tempo, a correspondência entre estes dois termos parece confirmar-se sempre. Assim, se em 1908 eram as restrições à sexualidade

¹³⁶ *Idem*, 1908, p. 203.

¹³⁷ *Idem*, p. 204.

¹³⁸ *Idem*, 1933, p. 165.

impostas pelo contexto social que acarretavam a “desvantagem” da mulher na cultura, nos textos finais sobre a feminilidade e a sexualidade feminina a questão repousa sobre nova variável, conforme indicado no trecho de 1933 comentado acima. Nesse momento, destaca a autora, Freud assume uma patente argumentação essencialista, abandonando a relação entre o social e a subjetividade, presente em 1908. Os prejuízos do superego e a menor capacidade sublimatória da mulher são agora articulados à inveja do pênis que caracteriza o complexo de castração feminino. Ora pelas amarras da cultura, ora em virtude das questões constitucionais, sobressai a incompatibilidade entre mulher e sublimação. Nas palavras de Garcia:

Freud muda, assim, sua justificativa teórica, mas preserva a relação entre os termos: mulher e atividade sublimatória continuam inconciliáveis. (...) se, no início, é justamente o excesso de supressão da sexualidade que impede ou prejudica o exercício da sublimação, a partir da década de 20 é justamente a *insuficiência* do recalque secundário, na saída do Édipo, que leva ao mesmo resultado. Assim parece que, seja por excesso ou por insuficiência do recalque, a mulher permanece sempre marcada por um a-menos no que diz respeito ao exercício da sublimação, e, portanto, à construção do cultural, no texto freudiano.¹³⁹

Em “O mal-estar na civilização” (1930), Freud afirma que o trabalho, quando livremente escolhido, pode constitui-se em uma saída sublimatória, tornando-se fonte de satisfação principalmente para o cidadão comum, aquele que não tem talento para as artes ou a pesquisa. A possibilidade de deslocar componentes libidinais, narcísicos, agressivos e eróticos confere ao trabalho um valor fundamental para a manutenção da coesão social. Todavia, como vimos no segundo capítulo, Freud considera que o trabalho da civilização tornou-se cada vez mais um “assunto masculino”. Incapazes de sublimar satisfatoriamente, que contribuições significativas as mulheres trariam para o mundo do trabalho?

¹³⁹ Garcia, C., 1997, p. 102.

Filhas da natureza (1914 [1915]), hostis à cultura (1930). Freud não vislumbrou novos horizontes para a relação entre a mulher e a civilização, porém, certamente inaugurou um campo fecundo para tais indagações.

Discordando de uma intransponível incompatibilidade entre o gênero feminino e a sublimação, Fortes (1998) salienta que as mulheres da época de Freud estavam completamente atreladas ao espaço doméstico, o que gerava melancolia e insatisfação com a vida. Tendo como única identificação o papel de mãe e esposa, viviam uma pura espera da morte. Como todas as suas aspirações e anseios dirigiam-se ao casamento e aos filhos, a concretização desses objetivos redundava num limite absoluto para as mulheres: já não havia mais o que ansiar ou esperar a não ser a própria morte.

A autora declara que circular apenas nos afazeres domésticos provoca um efeito pernicioso na economia psíquica. O problema não está no conteúdo inerente às tarefas, mas no fato da mulher restringir-se a este universo. *Fixada* ao espaço doméstico e à esfera privada, torna-se difícil para a mulher ter na sublimação um destino pulsional possível para seu sofrimento.

Acentuando a *motilidade* como condição para a sublimação, Fortes comenta:

Por outro lado, a *motilidade* necessária à economia pulsional para a promoção da cultura – e só com esta motilidade haverá a possibilidade de criação de novos objetos – é totalmente contrária à idéia da fixação da mulher no lar e na maternidade. Esta fixação da mulher, como não poderia deixar de acontecer, aparece no seu circuito pulsional (...) Assim, a cristalização da libido torna árdua, para a mulher descrita por Freud, a operação da motilidade pulsional necessária à tarefa do processo sublimatório.¹⁴⁰

No momento em que a mulher se insere no espaço público (mundo “masculino” do trabalho), coloca-se em risco seu lugar de infantilizada e dependente. É notório que a posição feminina no privado pode ser reeditada na produção, como explicita a *trabalhadora dedicada* discutida no terceiro capítulo,

¹⁴⁰ Fortes, I., 1998, p. 296.

porém, a inserção no trabalho pode implicar no real distanciamento do modelo infantilizada/dependente. Nas palavras de Fortes: "este mundo desconhecido [trabalho público] pode ser bastante ameaçador, na medida em que pode tirá-la do aconchego do lar, do aconchego materno. Há um risco nesta saída".¹⁴¹

Para ter acesso ao trabalho como via sublimatória, Fortes afirma que a mulher precisa realizar um *trabalho de luto do objeto-casa-mãe*. Ou seja, "não ficar atrelada exclusivamente à vida doméstica é desvencilhar-se deste acoplamento mulher-maternidade, é desvencilhar-se da mãe".¹⁴² O trabalho de luto, acentua a autora, é uma aposta na saída sublimatória para a mulher:

... o trabalho de luto faz uma espécie de contra-movimento à melancolia, já que o luto promove a operação da perda do objeto, enquanto na melancolia o sujeito busca agarrar-se ao objeto, para não perdê-lo.¹⁴³

Destaca-se aí a distinção fundamental entre um possível *trabalho psíquico* e a melancolia que caracterizou as mulheres no século XIX: *trabalhar* significa combater a melancolia, fazendo o luto do objeto que, no limite, é a "coisa materna", "objeto originário". Enfim, para que o trabalho público seja uma via sublimatória para a mulher é necessário um luto da *mãe como objeto* e da *maternidade como ideal feminino exclusivo*.

Teresa Pinheiro (2000), em um texto apresentado nos Estados Gerais da Psicanálise realizado em Paris, permite-nos avançar na discussão iniciada com Fortes. Pinheiro também aborda os ideais e a melancolia, porém, enquanto Fortes utiliza-os para discutir o luto da mãe como objeto e a maternidade como ideal feminino exclusivo, Pinheiro articula-os às transformações ocorridas na contemporaneidade, como veremos a seguir.

Até o princípio do século XX, acentua Pinheiro, o mundo regia-se por referências externas estáveis. Assim, para ser uma boa mulher, um homem digno ou um trabalhador valoroso era possível apoiar-se em modelos bem

¹⁴¹ *Idem*, p. 301.

¹⁴² *Idem*, p. 302.

¹⁴³ *Idem*, *ibidem*.

delineados, isto é, referenciais externos que endossavam ou refutavam os referenciais internos de cada um. Entretanto, a existência de modelos bem definidos não garantia uma vida sem sofrimentos; a histeria é um testemunho disso. A grande diferença é que não era preciso estruturar referências novas a cada dia.

Pinheiro acredita que novidades como a pílula e o movimento feminista contribuíram para abalar estruturas outrora sólidas, desconstruindo crenças em torno de como ser homem ou mulher. As transformações causaram a fragilização e a instabilidade dos referenciais externos, gerando importante consequência:

O resultado disso é que as subjetividades modernas têm que construir permanentemente seus referenciais internos, suas crenças, seus valores, seus modelos como suas imagens providas ou desprovidas de consistência.¹⁴⁴

Vale assinalar de que forma a autora diferencia a imagem *com* ou *sem* consistência. Uma imagem com consistência é aquela que agrega atributos, pressupondo uma subjetividade, valores intelectuais, éticos etc. Uma imagem sem consistência, por sua vez, é aquela que se reduz ao registro visual.

Na ausência de referências externas estáveis, a sociedade de consumo¹⁴⁵ oferece como modelo para o ideal do ego uma profusão de imagens sem consistência.

... os objetos são oferecidos como ornamentos fundamentais para a construção da imagem de ideal, este deixa de ser um modelo de

¹⁴⁴ Pinheiro, T., 2000, p. 5.

¹⁴⁵ A vasta literatura sobre sociedade de consumo não é objeto desta dissertação. Todavia, vale reproduzir observações de Araci Catapan e Zeina Thomé, feitos a partir de Baudrillard. Na sociedade de consumo, destacam as autoras, não consumimos apenas a mercadoria, mas o signo: publicidade e mercadoria juntam-se e constituem a mercadoria-signo. Não compramos bebidas, carros, roupas; compramos felicidade, sucesso, status. A lógica do consumo tornou-se um modo de estruturação da sociedade: "O consumidor encontra-se submerso numa imensa fantasmagoria de mercadorias expostas em feiras, shopping centers (...) ao mergulhar em um mundo de mercadorias; no entanto nem sempre vão possuí-las ou consumi-las diretamente, mas satisfazem-se em tê-las disponíveis – é a dimensão da produção e do consumo dos signos, ou seja, a produção da cultura do consumo" (pp. 78,79).

como o sujeito deseja ser no futuro e passa a ser o que ele precisa ter para ser uma imagem. A composição do ideal do eu deixa de ser uma imagem que contém uma subjetividade, que contém valores, para passar a ser um mero ícone.¹⁴⁶

Um exemplo fornecido pela autora demonstra com clareza a idéia comentada acima. Ao ser entrevistado na televisão, um menino explica o porquê de *trabalhar* no tráfico de drogas:

- *Para ganhar dinheiro*, ele responde. – *O que você quer fazer com o dinheiro*, perguntou o repórter. – *Com esse dinheiro eu compro um tênis Nike e roupa na Toulon e viro gente*.

Ser gente, conclui Pinheiro, corresponde a uma imagem que necessita de complementos (objetos). Não há espaço para questões existenciais ou princípios: "Como se a imagem com esses emblemas falasse por si só. O ter esses objetos é ser alguma coisa que não precisa de predicados".¹⁴⁷

Como observa Bauman (1997), atualmente os excluídos do sistema são classificados como *consumidores falhos*, o que indica o novo eixo sob o qual gira a sociedade¹⁴⁸. Se os modelos de antes eram coloridos de valores como solidariedade, princípios morais etc., hoje estes foram reduzidos a um amontoado de coisas, imagens estáticas desprovidas de valor social. Pinheiro assevera que a construção do ideal do ego a partir de imagens sem consistência favorecem o vazio e a depressão.

Parece-nos que após a melancolia que marcou as mulheres século XIX – momento em que a vida se reduzia ao casamento e à maternidade – estas agora vêm-se às voltas com o vazio e a depressão próprios da sociedade de consumo. Todavia, o mal-estar contemporâneo, sublinhado por Pinheiro, não é exclusivo das mulheres, pois ambos os gêneros encontram-se desmapeados, sem referências consistentes para seguir vivendo.

¹⁴⁶ Pinheiro, T., 2000, p. 6.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, grifo nosso.

¹⁴⁸ Cf. segmento 1.3. desta dissertação.

As variações na constituição do ideal do ego na contemporaneidade são fundamentais para pensarmos o processo de "tornar-se" trabalhador ou trabalhadora. Dado que o ideal do ego, no âmbito da sociedade de consumo, tem como modelo imagens desprovidas de consistência, de que modo homens e mulheres estão sendo marcados para trabalhar? Se o "tornar-se trabalhadora" colocou-se como possibilidade para a mulher contemporânea, ampliando portanto o campo da subjetivação, o próprio trabalho mergulhou em solo movediço. Qual o sentido do trabalho hoje? Que ideais estão a fomentá-lo?

Frente aos que insistem em reduzir a problemática mulher/trabalho à questão do "direito ao trabalho", cabe o alerta de Forrester (1997): "Mas integrar-se a que? (...) Às vacuidades do tédio, ao sentimento de ser inútil ou até mesmo parasita? Ao futuro sem projeto?"¹⁴⁹

5.2. Do Feminismo Espontâneo ao Feminismo Radical

A investigação sobre o sentido do trabalho, isto é, de que forma este tomou-se um valor, conduziu-nos à formação do "espírito do capitalismo" e ao nascimento do "homem econômico". Neste momento, indaga-se como o gênero feminino assimilou tal conjuntura, processo relacionado ao surgimento da *mulher econômica*, apresentada no capítulo anterior. Lasch (s/d), ao discutir a problemática gerada pelo crescimento dos subúrbios norte-americanos, traz-nos importantes indicações acerca dessa questão.¹⁵⁰ O texto que segue aborda algumas de suas conclusões.

Segundo Lasch, os norte-americanos que se dirigiram para os subúrbios no pós-guerra foram a procura de liberdade e tranquilidade, porém, esta se mostrou uma saída bastante embaraçosa. Nas palavras da feminista Betty

¹⁴⁹ Forrester, V., 1997, p. 59.

¹⁵⁰ O crescimento dos subúrbios norte-americanos foi brevemente abordado no terceiro capítulo, ao discutirmos a inserção das mulheres no trabalho voluntário.

Friedan¹⁵¹, os subúrbios tornaram-se um “confortável campo de concentração” para as mulheres. Se no passado as famílias ligavam-se à comunidade através de obrigações mútuas (como o cuidado das crianças), a organização dos subúrbios em torno do centro comercial deu cabo dessa rede de sociabilidade. Mergulhadas na solidão e no isolamento, as mulheres, mesmo aquelas com formação universitária, passaram a definir-se apenas como mães e donas-de-casa, ao contrário das mulheres do princípio do século XX, cujo lugar na rede social incluía o trabalho voluntário que exerciam.

Além das idéias de Friedan, Lasch também destaca um estudo de Paul Goodman sobre os problemas que afligiam os norte-americanos da década de 60. Goodman enfatiza a solidificação de um sistema no qual o trabalho *possibilita* o consumo, que *possibilita* a produção, que *possibilita* o pleno emprego (algo que não existe como *possibilidade* nos dias de hoje). O valor do trabalho já não depende da qualidade daquilo que se produz ou mesmo da satisfação intrínseca à sua execução; o objetivo é manter o sistema funcionando.

Lasch descreve nas seguintes palavras a perspectiva de Goodman:

[o sistema] não queria homens. Queria vendedores, promotores de vendas, oportunistas e artistas. E subordinou a produção de bens e serviços úteis à venda de mercadorias fabricadas para durar pouco tempo (...) Os jovens queriam sentir-se úteis, mas os trabalhos disponíveis exigiam que produzissem e vendessem bens de consumo inúteis, em vez de ‘comida e proteção.’ Nessas condições, muito provavelmente, seus sentimentos de ‘justificação, sociabilidade e prestabilidade’ desapareceriam. Não era de se ‘surpreender’ que ele se tornasse ‘cínico e oportunista’, interessado apenas em ganhar dinheiro fácil.¹⁵²

Enquanto Goodman deixa de lado o trabalho doméstico por acreditar que este era *útil* em essência - não cabendo analisá-lo no âmbito da sociedade de consumo -, Friedan assevera que as atividades domésticas e o cuidado dos

¹⁵¹ Em 1963, a norte-americana Betty Friedan publicou um livro intitulado *A Mistica Feminina*, que alcançou grande sucesso na época e deu novo impulso ao movimento feminista.

¹⁵² Lasch, C., s/d, p. 127.

filhos nos subúrbios americanos assumiu as características da “corrupção do trabalho”. Assim como na esfera produtiva não importa o que se produz (a produção visa conservar a estrutura econômica), o isolamento da mulher e a necessidade de mantê-la ocupada acarretaram descabida ampliação das tarefas reprodutivas, gerando preocupação excessiva com as crianças e com a vida doméstica de forma geral. Ou seja, produção e reprodução compartilham a lógica que rege a sociedade de consumo.

Assim como os homens idealizavam a tranquilidade do lar, daí a valorização da família como um *refúgio num mundo sem coração*, o tédio do aprisionamento doméstico levou a mulher a idealizar o trabalho masculino, concebendo-o como uma estimulante promessa de sucesso, satisfação e competição saudável. Tal idealização provocou o seguinte efeito: as feministas da década de 70 concluíram que a libertação da mulher equivalia à paridade no mercado e, conseqüentemente, era preciso conquistar os mesmos direitos gozados pelos homens no trabalho. Desde então, inúmeras mulheres passaram a depositar na carreira profissional a esperança de realização pessoal. Todavia, destaca Lasch, tendo em mente a natureza do trabalho no capitalismo contemporâneo, as mulheres lucrariam muito pouco ao obter “direitos” iguais aos dos homens na produção. Como encontrar sentido em um trabalho determinado pela exigência de produção de bens obsoletos? De forma peremptória, Goodman classificou este trabalho como desonroso e desmoralizante.

Lasch roga para que as mulheres não caiam na armadilha do “carreirismo”, lembrando que o bom trabalho pauta-se na relevância daquilo que se faz e não no salário. Já na década de 70, Friedan alerta que a mulher não deveria lançar-se no mercado mimetizando posturas masculinas.

Betty Friedan insistiu que as mulheres encontrassem um trabalho, remunerado ou não pago, que exigisse iniciativa, liderança e responsabilidade. O que importava era um ‘compromisso para a vida

toda', não apenas uma carreira – melhor dizendo, um compromisso para com a sociedade.¹⁵³

Na opinião de Lasch, homens e mulheres necessitam de um trabalho à altura de suas capacidades e que pressuponha o estabelecimento de propósitos comuns à sociedade, porém, frente à “corrupção do trabalho” ambos padecem. Uma vez que o trabalho produtivo, governado pela economia de mercado, não é mais libertador ou mais digno que as tarefas reprodutivas, Lasch critica o movimento feminista por ter superestimado a bandeira do “direito ao trabalho”. Segundo o autor, ao invés de “civilizar” o capitalismo empresarial como havia prometido, o movimento feminista foi corrompido por ele, adotando a lógica do consumo.

A sociedade de consumo estimula o “gosto” pela novidade, produzindo insatisfação com o que é velho, fora de moda. Na era do descartável, a idéia de consertar, restaurar ou reformar soa esquisito, pois o novo *substitui* o velho, em vez de aumentar a margem de escolha social e privada. Assim, a tecnologia força os consumidores a aceitarem aquilo que lhes é imposto.

Lasch identifica a intercessão entre feminismo e consumo:

... o movimento feminista adotou o *slogan* da ‘escolha’, não só em questões como o aborto, mas em seu ataque à família tradicional, agora considerada um dos muitos tipos de família que as pessoas podem escolher à vontade. Porém, na verdade, o movimento reconhece apenas uma escolha – a família em que os adultos trabalham em tempo integral no mercado de trabalho. As exigências por creches sustentadas pelo Estado discriminam os pais que decidem criar os próprios filhos, fazendo com que todos se conformem ao padrão dominante.¹⁵⁴

As feministas exaltam o padrão de família em que dois adultos trabalham como um produto do desenvolvimento social, assim como a ordem tecnológica torna obsoleta aquilo que não corresponde às últimas novidades produzidas.

¹⁵³ *Idem*, p. 131.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 135.

Ao assimilarem a lógica do consumo, conclui Lasch, as feministas esqueceram que esta é incompatível com a busca de um mundo mais amável e agradável.

Na opinião do autor, em vez de concentrar-se apenas na conquista dos “privilégios” masculinos no trabalho, a mulher deveria, em primeiro lugar, questionar a atual definição de “sucesso”. Sem defender um retorno ao lar, buscaria maior integração entre vida profissional e vida doméstica, questionando a subordinação da família ao trabalho. Em vez de afirmar que o salário legitima o trabalho, exigiria um sistema de produção que privilegiasse o uso e não o lucro, insistindo na importância de vocações dignas e não de carreiras rentáveis. Enfim, em vez de lutar apenas para integrar-se à estrutura capitalista e “aperfeiçoá-la”, o melhor seria que a mulher usasse sua herança calcada na reprodução para questionar essa mesma estrutura. De acordo com Lasch:

[o movimento feminista] Rejeitaria não só a ‘mística feminina’, mas também a mística do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico. Deixaria de se preocupar em mostrar como foi *progressista*. Ao rejeitar o *progresso*, esse feminismo seria execrado pela opinião pública – e se tornaria verdadeiramente tão radical quanto pretende ser.¹⁵⁵

Assim como Lasch, Kurz (2000) também lamenta que o movimento feminista tenha supervalorizado a bandeira do “direito ao trabalho” ao invés de questionar radicalmente o moderno sistema produtor de mercadorias e a lógica econômica. Para o autor, o capitalismo ainda fortalece o patriarcalismo, embora análises apressadas indiquem decréscimo das desigualdades entre os sexos.

Na moderna economia de mercado, a esfera de produção é considerada autônoma e central, embora esteja na estrita dependência da esfera reprodutiva. Ou seja, as tarefas domésticas são tão importantes quanto a produção de bens para a manutenção da sociedade, mas por não serem expressas em dinheiro, são rotuladas como inferiores e desvalorizadas segundo critérios capitalistas. Assim, conclui Kurz, a superação do patriarcado

não depende apenas do acesso das mulheres ao trabalho assalariado, mas da completa reformulação das forças produtivas modernas.

Enquanto a racionalidade destrutiva e 'masculina' da lógica empresarial não for rompida, serão também perpetuadas as formas de atividade e as pseudoqualidades definidas como inferiores e relegadas à esfera privada. Só para além da cisão estrutural entre uma 'lógica do dinheiro', de um lado, e uma 'falta de lógica' da vida doméstica, da dedicação pessoal e da emotividade, de outro, poderia florescer uma relação emancipatória entre homens e mulheres.¹⁵⁶

Assim, além do *luto do objeto-mãe* e da *maternidade como ideal feminino exclusivo*, acreditamos que o processo que engendra o *tornar-se trabalhadora* deve implicar, também, a renúncia à lógica econômica que preside nossos valores, subvertendo regras que nos empurram para um trabalho ausente de propósitos sociais comuns.

É oportuno retomar a definição que Marx nos dá de trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.¹⁵⁷

Nessa clássica definição, o trabalho transforma a subjetividade na mesma medida em que o homem transforma o mundo ao seu redor. Além disso, aquilo que é produzido materializa algo subjetivo, pois o produto do homem relaciona-se intimamente com ele, não lhe é estranho. Esse fragmento de *O Capital* indica uma forma de relação com o trabalho que se diferencia da lógica imperante na sociedade de consumo, o que implica trabalho alienado, seja esse produtivo ou reprodutivo.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 137, grifo nosso.

¹⁵⁸ Kurz, R., 2000, p. 12.

¹⁵⁷ Marx, K., 1983 [1867], p. 149.

Para concluir, vale enfatizar que em vez de iniciar esta dissertação com tais palavras de Marx, ao nosso ver um caminho legítimo, optamos por introduzi-las no termo de nosso percurso. Desse modo, evidenciamos que foi preciso efetuar um árduo *trabalho* para que, ao final, essas palavras alcançassem para nós pleno sentido no contexto da discussão apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desmontando os cinco mitos da globalização pag. 700

Universidade corporativa: vale a pena ter uma? pag. 88

Unicamp: o que parados e o que não é da universidade pag. 77

EXAME

11.000 R\$ ANO 25 Nº 2 26/10/2001 R\$ 5,00

ATÉ ONDE AS MULHERES CONSEQUEM CHEGAR

A participação feminina no mercado de trabalho está em queda. Mesmo quando estão em melhores condições, as mulheres recebem menos salários. Então, por que as poucas atingem cargos de comando nas empresas?



JORNAL DO BRASIL

Não pode ser vendido a quem não tem idade

DOMINGO

Manifesto MVT

Mulheres abandonam a obsessão pelo mercado de trabalho e assumem com orgulho o Movimento de Volta ao Trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco antes de encerrar esta dissertação, deparei-me com duas reportagens sobre a relação da mulher com o trabalho publicadas na mesma semana (24 e 28 de janeiro de 2001). A primeira, capa da revista *Exame*, tem o seguinte título: "Até onde as mulheres conseguem chegar". Na segunda reportagem, capa da *Revista de Domingo do Jomal do Brasil*, o título é: "Manifesto MVT, mulheres abandonam a pressão do mercado de trabalho e assumem com orgulho o Movimento de Volta ao Tanque". Na *Revista de Domingo* vê-se uma alegre dona-de-casa rodeada por seus utensílios de cozinha, na *Exame* uma alinhada executiva escala um paredão com seus sapatos de salto "agulha".

Uma visão otimista de tal antagonismo nos levaria a pensar apenas no quanto aumentou a margem de escolha da mulher. Não mais restrita ao marido e aos filhos, esta pode optar entre trabalhar fora ou não (desde que tenha, é claro, alguma fonte de renda), havendo espaço para as escolhas singulares. Fiquei um bom tempo olhando a capa das revistas antes de ler os respectivos textos. A dona-de-casa exibe um sorriso ingênuo, a executiva concentra-se em sua tarefa risível sem olhar para trás... Será?

Na *Exame*, encontro uma frase que sintetiza um importante aspecto da espinhosa inserção feminina no trabalho: "Ser mãe é padecer no escritório". Se as grandes executivas americanas freqüentemente têm maridos que não trabalham e lhes servem de apoio para ascender na carreira – assim como fizeram as mulheres desde que o mundo é mundo –, as trabalhadoras comuns ainda não experimentaram trocar de lugar com seus companheiros. Para a mulher, o investimento na profissão e o casamento/maternidade são termos de difícil conciliação.

Enquanto os homens estão habituados a rumar para a longa jornada de trabalho que os mantém afastados da esposa e dos filhos por boa parte da

vida, as mulheres vem fazendo o mesmo e ... sentindo muita culpa. Quase todas queixam-se da dificuldade em harmonizar o tempo gasto no público e no privado. Cabe lembrar que a diminuição dos postos de trabalho tem acarretado, além do desemprego, o sobretrabalho. Aqueles que permanecem empregados, trabalham cada vez mais, estão constantemente apressados e atrasados, isto é, sempre em "dívida" com as exigências do mercado. Para constatar isso não é preciso ir muito longe, basta observar em volta ou conversar com as pessoas.

A *Revista de Domingo* traz o seguinte comentário no topo da primeira página: "A história que as perdoe, mas essas mulheres estão mais felizes assim". Apresenta, em seguida, relatos daquelas que abriram mão de suas profissões para se dedicarem integralmente à família. As opções individuais não estão em questão; o que assusta é o fato do "MVT" tornar-se realmente uma tendência.

Vale reproduzir um trecho da reportagem:

Fraldas, mamadeiras, pias, tanques, fogões: eis o novo paraíso. Dito assim, três décadas depois da consagração do feminismo, pode causar arrepios e soar até como deboche ou piada. Mas é fato: um número cada vez maior de mulheres está trocando as mazelas do mercado de trabalho e percorrendo o caminho de volta... ao lar-doce-lar. O que já é realização para muitas – e para isso há que se ter um provedor – é sonho acalentado por inúmeras.¹⁵⁸

O argumento é de que hoje valoriza-se aquilo que antes era vivido como imposição social. Assim, as mulheres estariam se retirando do sórdido mundo do trabalho "masculino" – onde já teriam provado sua competência – e voltando mais uma vez para o mundo "feminino" do cuidado e do amor. Frente à exaustão da tripla jornada (produção, reprodução e beleza), muitas desistem de tentar equacionar público e privado, optando unicamente por este último. Através dessa manobra, a lógica econômica que rege o mundo "masculino" do trabalho fica assegurada e evita-se, também, a contaminação da "ética do cuidado" atribuída ao mundo feminino/infantil.

¹⁵⁸ Guimarães, C., 2001, p. 24.

Ao iniciar meus estudos sobre o vínculo da mulher com o trabalho, acreditava que o centro das reivindicações femininas limitava-se ao "direito ao trabalho" e a luta por paridade em relação aos homens neste campo. Talvez eu tenha me enganado. Será que há um clamor pelo "direito de voltar para casa"?

Concordo com Lasch (s/d) e Kurz (2000) quando afirmam que o movimento feminista fez *muito barulho por nada* ao privilegiar a bandeira do "direito ao trabalho", não questionando, veementemente, o tipo de trabalho em jogo. Todavia, penso que um equívoco semelhante ocorrerá caso as mulheres retirem-se da arena deixando as coisas intocadas. Voltar-se integralmente para a família, nestas circunstâncias, não significa subverter valores. Ao contrário, sugere que as mulheres irão tecer novamente o manto que as manteve invisíveis por tanto tempo.

A histeria, acusada de fazer *barulho* sem propósito, continua a expressar a incompatibilidade da mulher com os ideais femininos tradicionais que pressupõem desigualdade entre os gêneros. Trata-se de denunciar que ser dedicada e dócil (seja como trabalhadora ou como mulher no espaço privado) é algo aprisionador quando condiciona um lugar social inferior.

Busco frisar, ainda, que na multiplicidade inerente à relação da mulher com o trabalho, o processo de "tornar-se trabalhadora" pode indicar algo além do sucesso mensurado pelo salário ou poder. Ou seja, aponto para uma relação com o trabalho apoiada na conciliação entre o bem individual e o bem coletivo, apostando ser este um caminho legítimo para uma vida mais feliz.

Tempos atrás, parecia-me um pouco anacrônico tratar de tais questões, visto que muitos ideais pareciam ultrapassados ou mesmo soterrados sob a destrojada utopia socialista. Atualmente, quem não aceita a "fatalidade" da lógica econômica é taxado de sonhador incurável, quando não de "neobobo", na feliz expressão de Moacir Werneck de Castro (2001) para designar os "não-alinhados" à ideologia propagada pela globalização liberal. Entretanto, opina o jornalista, é um pensamento simplório e enganoso achar que o sistema que produz tamanha massa de excluídos irá eternizar-se. No passado recente, milhões de alemães acreditaram cegamente que o Terceiro Reich de Hitler iria

durar um milênio. Castro conclui: "A ilusão da força gera esses mitos, que não passam de utopias às avessas".¹⁵⁹

Os "neobobos" de que fala Castro parecem estar se organizando. De fato, a realização do Fórum Mundial Social (Porto Alegre, 25 a 30 de janeiro de 2001) foi uma grata surpresa que coroou o desfecho desta dissertação. Como não pude ir até lá, tentei acompanhar os debates pelos jornais e pela Internet. De uma hora para outra, senti-me reanimada e novamente esperançosa. Quando indagamos a respeito de uma nova relação com o trabalho não estamos pregando no deserto. Ao contrário, esta é uma das principais discussões deste milênio que se inicia. *Quem viver, verá!*

Segundo os dados da imprensa, participaram do Fórum cerca de 22 mil pessoas. Foram ao todo 900 ONGs, representantes de sindicatos, entidades comunitárias, políticos, homens e mulheres de 122 países do mundo. No cerne da proposta está a firme oposição à lógica econômica e a certeza de que é necessário promover ações conjuntas. Ou seja, busca-se criar alternativas mais justas que o atual caminho trilhado pelo neoliberalismo. Para que os seres humanos sejam o centro do mundo – e não mais os interesses do mercado – é preciso que a lógica econômica dê lugar à lógica do social ou à "ética do futuro", para utilizar uma expressão de Ignacio Ramonet (2000).

Nas palavras de Bernard Cassen (2001), diretor do *Le Monde Diplomatic* e da ONG ATTAC:

É necessário passar a uma atitude ativa, de elaborar perspectivas e alternativas. A globalização atual é resultado de decisões políticas e, por ações políticas, queremos reverter e apresentar alternativas; essa globalização neoliberal falsamente apresentada como modernismo é perfeitamente reversível.¹⁶⁰

De acordo com as normas impostas pela globalização liberal, todos os povos devem se curvar aos dispositivos legitimados por instituições internacionais como o Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional

¹⁵⁹ Castro, M. W., 2001, p. 9.

¹⁶⁰ Cassen, B., 2001, p. 23.

(FMI), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Tais instituições, em virtude de uma suposta "competência técnica", têm a missão de determinar as únicas políticas possíveis.

Segundo Cassen, para combater a globalização liberal com eficácia é preciso lançar mão de algumas de suas próprias armas. Se os povos vêem-se submetidos às normas internacionais, a reação a tudo isso deverá ser, também, global. Trata-se de promover um "novo internacionalismo" que irá se firmar progressivamente. Se até agora temos assistido lutas isoladas, o Fórum visa a integrá-las e potencializá-las. Cassen espera que Seattle¹⁶¹ e Porto Alegre tornem-se, para o movimento de cidadãos, uma referência tão forte como é o encontro de Davos¹⁶² (Suíça) para os neoliberais. Acentua, ainda, que os poderosos mostram-se bastante assustados com tudo o que vem acontecendo, pois percebem que não há mais como conter a rebeldia dos povos oprimidos. Tudo indica que vem "barulho" por aí...

Ramonet também enfatiza que um número significativo de cidadãos tem procurado integrar-se a um projeto global capaz de contrapor-se ao modelo econômico atualmente dominante. Levar adiante tal empreitada requer uma audácia que já fez parte de movimentos passados: "Arrisca teus passos por caminhos que ninguém passou, arrisca tua cabeça pensando o que ninguém pensou", dizia uma pichação nas paredes do Teatro Odéon de Paris em maio de 1968. De volta ao nosso próprio tempo, acredito que cabe aos homens e mulheres do século XXI tecer novas tramas para um futuro mais justo e inclusivo.

¹⁶¹ Os protestos anti-globalização liberal ocorridos em Seattle (dezembro de 1999) ficaram conhecidos como "A Batalha de Seattle".

¹⁶² O Fórum Econômico Mundial, que se realiza anualmente na estação de inverno de Davos, está na 31ª edição.

CRÉDITO DAS IMAGENS

PARTE I

Lewis W. Hine (EUA) – “Steamfitter” (1920).

Anônimo - Tecelãs de uma fábrica francesa, início do século XX.
Coleção de Roger-Viollet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo – *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- _____ - “Qualificação profissional não é antídoto contra o desemprego”, entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 2001.
- BARROSO, Nícia Marcílio, NIQUET, Lenôra e JARDIM, Sílvia Rodrigues - “Assistência em Saúde Mental do Trabalhador II: uma reflexão sobre a oferta de tratamento”, *Cadernos IPUB* n^o2 (3^a edição ampliada), 1997.
- BAUMAN, Zygmunt - *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BLEICHMAR, Emílce Dio - *O Feminismo Espontâneo da Histeria*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1988;
- BOTTOMORE, Tom – *Dicionário do Pensamento Marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRITO, Jussara – *Saúde, Trabalho e Modos Sexuados de Viver*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999.
- BRITO, Jussara e OLIVEIRA, Simone - “Trabalho e Gênero: divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho”. In: SILVA FILHO, João Ferreira & JARDIM, Sílvia (orgs.), *Danação do Trabalho*, Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997.
- CAMARGO, Maria Sílvia & ISIDORO, Cristina - *Mulher e Trabalho 32 história*, São Paulo, Editora 34, 1997.
- CASSEN, Bernard – “Um novo internacionalismo”, artigo publicado no *Jornal do Brasil*, 21 de janeiro de 2001.
- CASTEL, Robert - *As Metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 21 – 37, 495 - 611.

- CASTRO, Moacir Werneck – “Vale a pena lutar, sim”, artigo publicado no *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 2001.
- CATAPAN, Araci & THOMÉ, Zeina – *Trabalho e Consumo*, Florianópolis, Editora Insular, 1999.
- CHODOROW, Nancy (1978) – *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990.
- DEJOURS, Christophe – *A Banalização da Questão Social*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DE MASI, Domenico – *Desenvolvimento sem Trabalho*, São Paulo, Estera, 1999.
- _____ - *O Ócio Criativo*, Rio de Janeiro, Sextante, 2000.
- FORRESTER, Viviane - *O Horror Econômico*, São Paulo, Unesp, 1997.
- FORTES, Isabel - “Mulher e trabalho: entre a melancolia e o luto”. *Estudos Feminista*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998.
- FREUD, Sigmund - A interpretação de sonhos (1900), *ESB*, vol. IV, Rio de Janeiro, Imago, 1980.
- _____ - Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), *ESB*, vol. VII, Rio de Janeiro, Imago, 1980.
- _____ - Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna (1908), *ESB*, vol. IX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.
- _____ - Observações sobre o amor transferencial (1915[1914]), *ESB*, vol. XII, Rio de Janeiro, Imago, 1980
- _____ - O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais (1916 – 1917 [1915 - 1917]), *ESB*, vol. XVI, Rio de Janeiro, Imago, 1980
- _____ - As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal, (1917), *ESB*, vol. XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1980
- _____ - Psicologia de grupo e a análise do ego (1921), *ESB*, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - O ego e o id (1923a), *ESB*, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - A organização genital infantil (1923b), *ESB*, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - A dissolução do complexo de Édipo (1924), *ESB*, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - Algumas conseqüências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos (1925), *ESB*, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - A questão da análise leiga (1926), *ESB*, vol. XX, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - O mal-estar na civilização (1930), *ESB*, vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ - Sexualidade feminina (1931), *ESB*, vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1980

_____ - Ansiedade e vida instintual (1933 [1932^a]), *ESB*, vol. XXII, Rio de Janeiro, Imago, 1980

_____ - Feminilidade (1933 [1932^b]), *ESB*, vol. XXII, Rio de Janeiro, Imago, 1980

GARCIA, Claudia - "Psicanálise e mulher contemporânea: novas questões, antigas soluções". In: D'ÁVILA NETO, Maria Inácia & GARCIA, Claudia, (orgs.), *Mulher: cultura e subjetividade, Coletâneas da ANPEPP*, Rio de Janeiro, 1997.

_____ - "Sexualidade feminina e a questão do ideal em Freud". In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.), *A Palavra e o Silêncio. Construção do Saber Psicanalítico na Universidade*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

GILLIGAN, Carol - *In a Different Voice: psychological theory and woman's development*, Harvard University Press, 1983.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle - *Divisão Sexual e Psicopatologia do Trabalho*, trabalho apresentado no XII encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988. (mimeo).

HOMERO (Séc. VIII a.C.) - *Odisséia*, São Paulo, Abril Cultural, 1981.

JARDIM, Sílvia Rodrigues - "O trabalho e a construção do sujeito". In: SILVA FILHO, João Ferreira & JARDIM, Sílvia (orgs.), *Danação do Trabalho*, Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997^a.

_____ - *Assistência em Saúde Mental do Trabalhador*, relatório de pesquisa encaminhado à FAPERJ, 1997b. (mimeo).

_____ "Perícia, trabalho e doença mental", *Cadernos IPUB* nº 2, Rio de Janeiro, 1995.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée - "Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes". In: *O Sexo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KEHL, Maria Rita - *Deslocamentos do Feminino*, Rio de Janeiro, Imago, 1998.

_____ - *A Mínima Diferença*, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

KURZ, Robert - *Os Últimos Combates*, Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 151 - 157, 119-125.

_____ "O eterno sexo frágil", artigo publicado no *Caderno Mais, Folha de São Paulo*, 9 de janeiro de 2000.

KERGOAT, Danièle - *Da Divisão do Trabalho entre os Sexos*, curso de pós-graduação em sociologia da USP, 1987. (mimeo).

LAFARFGUE, Paul (1880) - *O Direito à Preguiça*, São Paulo, Hucitec/Unesp, 1999.

LASCH, Christopher - *A Mulher e a Vida Cotidiana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

LAURENTIS, Teresa - "A tecnologia de gênero". In: *Tendências e Impasses*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

- MARUANI, Margarete – “Les temps modernes de l’emploi féminin”, *Le Monde Diplomatic*, Paris, abril de 1999.
- MARX, Karl (1897) – *O Capital*. In: *Os Economistas*, vol. I, Abril Cultural, 1983, pp.149 – 163.
- MEIS, Carla - “Uma Questão de Gênero: ensaio sobre sociabilidade, mulher, trabalho e prostituição”. In: SILVA FILHO, João Ferreira & JARDIM, Silvia (orgs.), *Danação do Trabalho*, Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997.
- MOULIN, Maria das Graças Barbosa - *Trabalho, Gênero e Saúde Mental: modos de inserção da mulher no trabalho bancário* (tese de mestrado), EICOS/UFRJ, 1996.
- NERI, Regina Alice – *Modernidade: o encontro histórico da psicanálise com a histeria* (tese de doutorado), Instituto de Psicologia da UFRJ, 1999.
- NEVES, Magda - *Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Gênero*, trabalho apresentado no XII encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988. (mimeo).
- NUNES, Silvia Alexim – *O Corpo do Diabo entre a Cruz e a Caldeirinha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy - *Elogio da diferença*, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- OVÍDIO, Públio (42 a.C. – 18 d.C.) – *As Metamorfoses*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1983.
- PINHEIRO, Teresa – “Sublimação e idealização e a pós-modernidade”, <http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/EG.htm>
- RAMONET, Ignacio – “A necessidade da utopia”, *Le Monde Diplomatic, Diplô Brasil* n^o1, setembro de 2000.
- RIFKIN, Jeremy – *O Fim dos Empregos*, São Paulo, Makron Books, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth – *A Mulher na Sociedade de Classes*, São Paulo, Quatro Artes, 1969.

SELIGMANN SILVA, Edith. - *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*, Rio de Janeiro, Cortez Editora, 1994.

SILVA FILHO, João Ferreira - "O Trabalho, a Mulher e a Saúde", *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* nº 37 (3), 1988.

_____ - "Organização do trabalho e saúde mental: estudo das relações entre a prevalência de doenças mentais e organização do trabalho no município do Rio de Janeiro", *Textos para Discussão* nº 7, Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1993.

SENNETT, Richard - *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

SIMMEL, Georg - "A metrópole e a vida mental" (1902^a). In: VELHO, Gilberto (org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

_____ - "Cultura Feminina" (1902b). In: *Filosofia do Amor*, São Paulo, Martins Fontes, 1993.

STOLLER, Robert - *Masculinidade e Feminilidade*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

TOLEDO, Maria Teresa - *A Diferença Sexual na Psicanálise* (tese de mestrado), PUC/RJ, 1997.

WEBER, Max (1904) - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1999.

REPORTAGENS

COHEN, David - "Até onde as mulheres conseguem chegar", *Revista Exame*, 28 de janeiro de 2001.

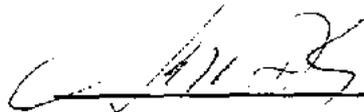
GUIMARÃES, Cléo - "Manifesto MVT, mulheres abandonam a pressão do mercado de trabalho e assumem com orgulho o Movimento de Volta ao Tanque", *Revista de Domingo, Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 2001.

LUCA, Isabel – "Socialite linha dura", *Revista de Domingo, Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 2000.

SIMONETTI, Eliana Gianella – "Elas venceram", *Revista Veja*, 8 de novembro de 2000.

VASSALLO, Claudia – "O futuro mora aqui", *Revista Exame*, 21 de fevereiro de 2001.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Nícia Maria Marcílio Barroso, intitulada "Muito barulho por nada?: Um estudo sobre as formas de inserção da mulher contemporânea no trabalho", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Junia de Vilhena (Orientadora)
PUC-Rio

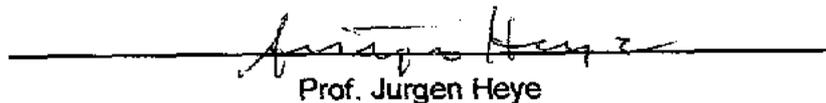


Prof. Claudia Amorim Garcia
PUC-Rio



Prof. Maria Helena Oliva Augusto
USP

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, ...9...12.../2001.



Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas